

# ANAIIS

ISSN 2965-6419

**INHUMAS/UEG**

## Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – UnU

(v. 5, 2025)

**15 A 17 DE OUTUBRO DE 2025**



## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Keides Batista Vicente

Renata Ramos da Silva Carvalho



# Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – UnU

(v. 5, 2025)

**15 A 17 DE OUTUBRO 2025**

INHUMAS | 2025



### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

37

S471a Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – UnU Inhumas (5.: 2025: Inhumas, GO).

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – UnU [recuso eletrônico] / Organização de Keides Batista Vicente, Renata Ramos da Silva Carvalho. – Inhumas: Ed. PPGE, 2025.

183 p.: il. color.

ISSN 2965-6419

1. Educação. 2. Políticas Educacionais. 3. Formação Humana. 4. Teoria Histórico-Cultural. 5. Neoliberalismo I. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Universidade Estadual de Goiás. III. Unidade Universitária de Inhumas. IV. Título. V. Série.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário

Alexandre Modesto Cardoso (CRB-1/3555)

O Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEG/Inhumas foi financiado com recurso do PROPROGRAMAS 2024 (UEG/PrP – Convocatória Pró-Programas n. 001/2024)

# **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

## **Reitor**

Antônio Cruvinel Borges Neto

## **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

Claudio Stacheira

## **Pró-Reitoria de Graduação**

Roberto Barcelos Souza

## **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis**

Sandra Máscimo da Costa e Silva

## **Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas (IAEL)**

Marcos Vinícius Ribeiro

## **Câmpus Metropolitano**

Celso Lucas Fernandes Oliveira

## **Unidade Universitária de Inhumas**

Cleumar de Oliveira Moreira



## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

### **Coordenação**

Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto

### **Vice-Coordenação**

Rodrigo Roncato Marques Anes

## **COORDENADORAS DO SEMINÁRIO DE PESQUISA**

Keides Batista Vicente

Renata Ramos da Silva Carvalho



## SUMÁRIO

Prefácio .....	12
Apresentação .....	15

### Parte 1 | Pesquisas

1	Formação de Conceitos Teóricos em Biologia: o estudo da célula à luz da teoria do ensino desenvolvimental .....	18
	<i>Alliny Nayana da Silva Pagotto</i>	
	<i>Made Júnior Miranda</i>	
2	Educação Física e Formação Humana nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: contribuições da teoria histórico-cultural. ....	26
	<i>André Seixo Alonso</i>	
	<i>Made Júnior Miranda</i>	
3	A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino da Matemática no Nonο Ano do Ensino Fundamental: questões sobre a humanização .....	35
	<i>Alice de Oliveira Sousa Costa</i>	
	<i>Simone de Magalhães Vieira Barcelos</i>	
4	Políticas de Formação Continuada em Disputa: um estudo sobre o programa Alfamais Goiás .....	41
	<i>Cleythiany Aguiar e Silva</i>	
	<i>Renato Barros de Almeida</i>	

#### REALIZAÇÃO

5	Reflexões sobre Formação, Imaginação e Música na Educação Escolar. . .	49
	<i>Edson Donizeti Marra Junior</i>	
	<i>Liliane Barros de Almeida</i>	
6	A Pós-Graduação Stricto Sensu e a Meta 14 do PNE (2014-2024): balanço da expansão nas universidades estaduais . . . . .	55
	<i>Euder Rodrigues de Carvalho</i>	
	<i>Renata Ramos da Silva Carvalho</i>	
	<i>Mirian Fábria Alves</i>	
7	Gestão Democrática em Escolas Públicas Municipais na Cidade de Inhumas/ GO: desafios e possibilidades. . . . .	61
	<i>Eliane Polo de Oliveira Sousa Ferreira</i>	
	<i>Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto</i>	
8	Expansão da Educação a Distância durante o Plano Nacional de Educação (2014- 2024): avanço na democratização do acesso ou expansão para o mercado? . . .	68
	<i>Jéssica Cristina Mendes de Godoi Ferreira</i>	
	<i>Renata Ramos da Silva Carvalho</i>	
9	Educação em Direitos Humanos e a Formação dos Docentes do Ensino Médio . . . . .	76
	<i>Joyce Mesquita Quirino</i>	
	<i>Carla Conti de Freitas</i>	
10	Modalidade EAD: limites e possibilidades de educação numa perspectiva humanizadora . . . . .	84
	<i>Luciane Moreira Luz</i>	
	<i>Cláudio Pires Viana</i>	

REALIZAÇÃO

11	Educação Bilíngue e Formação Humana: perspectivas legais no contexto educacional brasileiro . . . . .	92
	<i>Maico Sousa Carvalho</i>	
	<i>Wesley Luís Carvalhaes</i>	
12	A Política Afirmativa de Cotas nos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> na Universidade Estadual de Goiás . . . . .	97
	<i>Maurilene de Souza Silva</i>	
	<i>Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto</i>	
13	Educação e Tecnologia na Perspectiva da Teoria Histórico-Cultural: instrumentalização ou emancipação? . . . . .	105
	<i>Michele Barros Souza Lucatan</i>	
	<i>Cláudio Pires Viana</i>	
14	Judicialização da Educação Infantil: o déficit de vagas em creches e pré-escolas no município de Goiânia (2014-2024). . . . .	110
	<i>Patrícia Melo Silva</i>	
	<i>Keides Batista Vicente</i>	
15	Entre a Repressão e a Sobrevivência: universidades, exílio e militância feminina durante a ditadura civil, militar e empresarial no Brasil (1964-1985) . . . . .	117
	<i>Paulla Crystina Gomes França</i>	
	<i>Keides Batista Vicente</i>	
	<i>Bolsista Capes</i>	

REALIZAÇÃO

16	O Trabalho Docente na Pós-Graduação Stricto Sensu: impactos das políticas de avaliação externa nas condições de trabalho – o caso da UEG/Inhumas . . . . .	125
	<i>Rahaby N. V. Carvalho</i>	
	<i>Rodrigo Roncato Marques Anes</i>	
17	A Matemática no Ensino Fundamental: questões sobre a racionalidade técnica e o exercício do pensamento crítico . . . . .	132
	<i>Paula Viturino da Silva</i>	
	<i>Simone de Magalhães Vieira Barcelos</i>	
18	Direitos Humanos no Cárcere: a remição da pena pela leitura como expressão do direito à educação e à dignidade na unidade prisional de Itauçu-GO	139
	<i>Walney Cesario da Cunha</i>	
	<i>Carla Conti de Freitas</i>	
19	O Revisar como Apostilar: uma análise crítica do Revisa Goiás de Língua Portuguesa – 9º ano . . . . .	148
	<i>Werley Lucas Martins</i>	
	<i>Wesley Luis Carvalhaes</i>	

REALIZAÇÃO

## Parte 2 | Diálogos com Egressos

- 20 Contribuições do Mestrado para Minha Vida Profissional e Atuação no Campo do Trabalho . . . . . 157  
*Charles Cleio Rodrigues Nascimento*  
*Renata Ramos da Silva Carvalho*
- 21 O Mestrado como Experiência Real: um caminho de transformação . . . . . 164  
*Laís Klennys Cardoso Silva*  
*Carla Conti de Freitas*
- 22 Caminhos Que Se Entrelaçam: da formação à continuidade da pesquisa . . 170  
*Patrícia Alves da Costa Ramos*  
*Wesley Luís Carvalhaes*
- 23 Recalculando Rotas: o mestrado em educação e a reconfiguração da trajetória profissional docente . . . . . 176  
*Nathália Pereira Borges*  
*Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto*

## Parte 3 | Comunicação de Pesquisa

- 24 Educação, Cultura e Direitos Humanos: formar para o mercado ou para a autonomia? . . . . . 181  
*Paulo Ventura Silva Bernardes*  
*Liliane Barros de Almeida*

### REALIZAÇÃO

## PREFÁCIO

O Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGE/UEG-Inhumas, realiza anualmente o Encontro de Egressos e o Seminário de Pesquisa como fechamento do trabalho realizado nos Componentes Curriculares Seminário I e II.

O Encontro de Egressos, em sua III edição, tem como objetivo reunir discentes de distintas turmas e acompanhar a atuação profissional realizada pelos mestres e mestradas em Educação após a defesa de suas pesquisas e seus desdobramentos em publicações, formação continuada e atuação profissional na área.

O Seminário de Pesquisa II, em seu desenvolvimento, busca propiciar a sistematização dos projetos de pesquisa dos mestrandos; a definição ou redefinição de concepções e perspectivas em vistas da problematização do objeto de pesquisa em Educação; a escolha do tema e elaboração do problema e objetivos de pesquisa; análise dos fundamentos teóricos e epistemológicos que se articulam com a proposta de investigação considerando a elaboração e o desenvolvimento do projeto de pesquisa; a revisão de literatura e escolha do tipo de pesquisa, das técnicas e orientações para coleta, análise e interpretação de dados, quando for o caso. Busca ainda, promover a organização e a produção da pesquisa na área da educação de modo a evidenciar a indissociabilidade entre diferentes objetos de estudo, criando condições para que os mestrandos ponham em questão seus projetos de pesquisa e os apresente à comunidade em geral e à comunidade acadêmica em particular.

Outro aspecto fundamental do Seminário de Pesquisa do PPGE/UEG-Inhumas é oportunizar aos discentes a experiência formativa de dialogarem com a Banca

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Examinadora – convidada pelos professores orientadores sob o acompanhamento dos professores responsáveis pelo componente curricular Seminário de Pesquisa II. As apresentações ocorrem nas dependências da Unidade da UEG/Inhumas em salas com suas respectivas bancas. Na edição atual do Seminário as apresentações aconteceram de modo concomitante em dias consecutivos. As apresentações, bem como as arguições dos professores participantes das bancas, constituem uma experiência formativa relevante para a formação dos discentes e docentes.

Em 2025 a abertura do Seminário de Pesquisa e III Encontro de Egressos foi realizada com uma conferência intitulada *Pesquisa e Pós-graduação em Educação: desafios e possibilidades para a América Latina*. Na oportunidade, a Professora da Universidade de Buenos Aires, Argentina, a Doutora Fernanda Saforcada apresentou dados sobre a pós-graduação na América Latina a partir de um recorte de classe e gênero, reconhecendo a educação como um direito a ser defendido constantemente principalmente com a agenda neoliberal em curso. A presença da professora marcou a aproximação do PPGE-UEG/Inhumas com a **Associação Latino-Americana de Investigação em Educação – ALIE**, a qual é presidida pela professora convidada, e assim foi firmada uma proposta efetiva de internacionalização e diálogo com instituições educacionais de diversos países como Argentina, Chile, México, Colômbia, Uruguai, entre outros.

A participação de forma presencial da Professora Fernanda Saforcada na cidade de Inhumas foi possível através da aproximação de discentes e docentes do PPGE com a ALIE durante o I Pré Congresso que ocorreu em Buenos Aires, Argentina, em agosto de 2025. E, deste modo, reafirmou a preocupação do programa com a interiorização e a internacionalização da pós-graduação, evidenciando assim a missão definida em seus documentos iniciais.

Destacamos, ainda, a participação efetiva dos docentes do Programa ao longo do planejamento do Seminário de Pesquisa, mais precisamente no acompanhamento da elaboração dos projetos de pesquisa e, posteriormente, na participação

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

como membros de banca examinadora. Nosso obrigada aos colegas da secretaria do Programa pelo apoio, pois, atividade acadêmica dessa natureza supõe o trabalho coletivo, o envolvimento e comprometimento de todos.

Registramos nosso agradecimento e reconhecimento aos docentes, discentes, técnicos administrativos do PPGE, professores convidados, aos docentes e discentes da graduação da UnU-Inhumas, assim como aos familiares e amigos de discentes que prestigiaram o evento. Nosso agradecimento especial ao diretor da UnU de Inhumas, professor Cleumar de Oliveira Moreira, pelo comprometimento, apoio e acompanhamento do trabalho realizado no Programa em geral e no Seminário de Pesquisa em particular.

**Equipe organizadora**

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## APRESENTAÇÃO

Os Resumos publicados na quinta edição dos Anais, decorrem de leitura, discussão e reelaboração dos projetos de pesquisa dos discentes da quinta turma de Mestrado em Educação aprovados no processo seletivo em 2024. Os projetos em questão foram apresentados nos dias 16 e 17 de outubro de 2025 no Seminário de Pesquisa. Somase a este aspecto publicações de participantes no III Encontro de Egressos, que sistematizaram as contribuições formativas no programa, a atuação profissional e os desdobramentos da pesquisa após a defesa das respectivas dissertações.

Desse modo, a quinta edição dos Anais do Seminário de Pesquisa do PPGE/UEG-Inhumas constitui uma síntese do trabalho acadêmico realizado ao longo do ano de 2025 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEG/Inhumas. E as publicações referentes aos participantes do III Encontro de Egressos constituem uma documentação que demonstra as contribuições efetivas do PPGE UEG Inhumas para profissionais e suas atuações na área da educação.

Os textos foram organizados em duas sessões. Primeiramente as dos discentes da V turma e, na sequência, os escritos dos egressos.

Em ordem alfabética estão os textos dos discentes: Alliny Nayana da Silva Pagôtto; André Seixo Alonso; Alice de Oliveira Sousa Costa; Cleythiany Aguiar e Silva; Edson Donizeti Marra Junior; Euder Rodrigues de Carvalho; Eliane Polo de Oliveira Sousa Ferreira; Jéssica Cristina Mendes de Godoi Ferreira; Joyce Mesquita Quirino; Luciane Moreira Luz; Maico Sousa Carvalho; Maurilene de Souza Silva; Michele Barros Souza lucatan; Patrícia Melo Silva; Paulla Crystina Gomes França; Rahaby N. V. Carvalho;

### REALIZAÇÃO

Paula Vitorino da Silva; Paulo Ventura Silva Bernardes; Walney Cesario da Cunha; Werley Lucas Martins.

O egresso do curso Charles Cleio Rodrigues Nascimento, orientando da Professora Renata Ramos da Silva Carvalho, enfatizou o aprimoramento profissional, conhecimento sobre a educação na cidade de Inhumas e a evasão de alunos e alunas no ensino médio.

Laís Klennys Cardoso Silva, orientanda da Professora Carla Conti de Freitas, enfatiza em seu texto as mudanças que enfrentou pessoalmente profissionalmente com a formação, o percurso da pesquisa e a atuação profissional com a experiência vivenciada no PPGE.

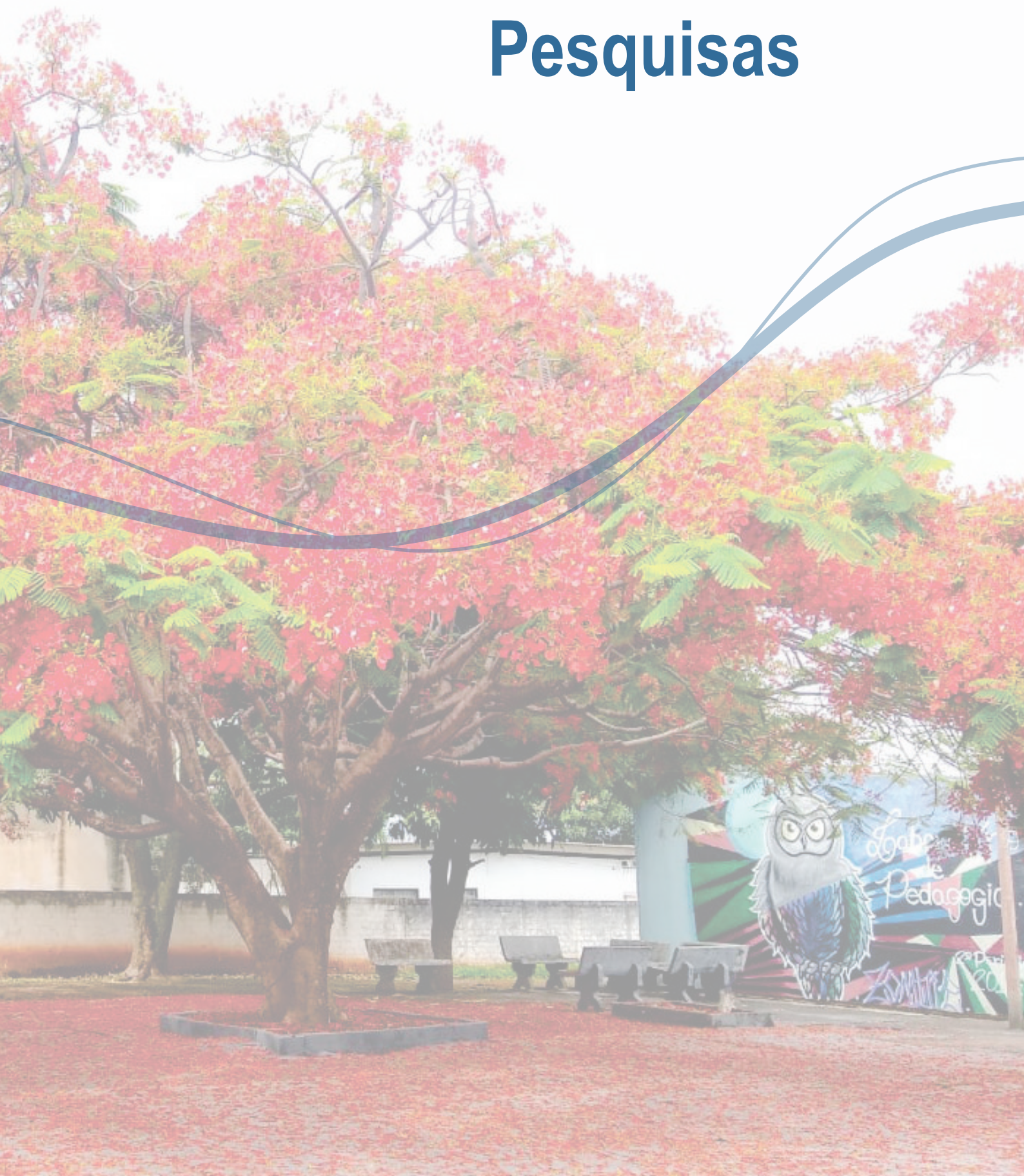
Para a egressa Patrícia Alves da Costa Ramos, orientanda do Professor Wesley Luís Carvalhaes, a formação foi acadêmica, com o aperfeiçoamento teórico e metodológico, e principalmente ético e político na profissão e no campo privado.

Nathália Pereira Borges, orientanda da Professora Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto, analisa a sua formação no PPGE como mediadora de transformações individuais com o acesso a leituras, e, principalmente em sua profissão.

REALIZAÇÃO

PARTE 1

# Pesquisas



# **FORMAÇÃO DE CONCEITOS TEÓRICOS EM BIOLOGIA: O ESTUDO DA CÉLULA À LUZ DA TEORIA DO ENSINO DESENVOLVIMENTAL**

Mestranda: Alliny Nayana da Silva Pagôto

Orientador: Made Júnior Miranda

Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

## **APRESENTAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA**

O ensino de Ciências da Natureza na educação básica constitui-se em um eixo formativo central, uma vez que possibilita a compreensão dos fenômenos naturais e a apropriação do conhecimento científico historicamente elaborado, permitindo ao estudante assimilá-lo e contribuir para sua ressignificação em contextos contemporâneos. Tal processo fomenta o desenvolvimento da capacidade de interpretar, intervir de forma crítica e fundamentada. A finalidade desse ensino deve, portanto, oferecer aos estudantes instrumentos cognitivos essenciais para a elaboração de uma concepção crítica de mundo e de ciência. Nesse sentido, como ressalta Campos (2019), a aprendizagem dos conceitos de Ciências constitui simultaneamente uma necessidade social, ao democratizar o acesso ao conhecimento e uma necessidade individual ao promover o desenvolvimento humano dos estudantes.

No contexto brasileiro, a organização desse ensino é balizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Suas diretrizes se materializam nos documentos curriculares regionais e nos livros didáticos aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Assim, currículo e materiais didáticos configuram-se como mediadores do processo de ensino-aprendizagem, definindo o escopo dos conteúdos e influenciando a lógica pedagógica de sua abordagem.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Considerando esse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar as possibilidades de aplicação da Teoria do Ensino Desenvolvimental (TED), de Vasili Vasiliévitch Davydov, no ensino de Ciências da Natureza. Para tanto, toma como objeto de estudo o conceito de célula, por se tratar de um conteúdo estruturante no campo da Biologia. A abordagem desse tema revela-se central por introduzir os estudantes à compreensão da base da vida e por constituir fundamento para o entendimento de outros conteúdos essenciais da área, como os processos de reprodução, hereditariedade, evolução, fisiologia dos seres vivos, além de questões relacionadas à saúde humana e ao meio ambiente.

Parte-se da premissa de que, embora a célula seja reconhecida como conteúdo estruturante da Biologia, sua abordagem em currículos e livros didáticos tende a privilegiar descrições e classificações, resultando em aprendizagem fragmentada e reprodutiva. Nesse horizonte, a Teoria do Ensino Desenvolvimental ou Didática do Desenvolvimento Humano oferece fundamentos para organizar o ensino de célula e superar a abordagem descritiva e classificatória observada em propostas curriculares e no PNLD. Na TED, aprender significa formar conceitos teóricos por meio da atividade de estudo, na qual o estudante enfrenta situações-problema, abstrai relações essenciais, modela o objeto e generaliza (Davióv, 1988; Vygotsky, 1991; Libâneo, 2015).

Ao ser organizado a partir da Teoria do Ensino desenvolvimental, o ensino de célula deixa de restringir-se a descrições fragmentadas ou classificações pontuais e passa a constituir-se em um processo de formação teórica. A sequência didática orientada pela TED favorece a ascensão do abstrato ao concreto, mobilizando atividades de investigação, modelagem e argumentação científica. Dessa forma, oportuniza a materialização das práticas previstas na BNCC (Brasil, 2018), mas frequentemente empobrecidas quando mediadas apenas pela memorização. Assim, a TED não se opõe às orientações curriculares, amplia suas possibilidades, recentrando o currículo na formação conceitual e na mediação docente intencional, elevando o conteúdo “célula” do plano meramente descritivo para o nível explicativo e teórico.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Nesse contexto, emerge um desafio didático-pedagógico central: como reorganizar o ensino do conceito de célula de modo a superar a fragmentação e favorecer a construção de conceitos teóricos pelos estudantes? Para enfrentá-lo, a presente pesquisa se fundamenta na Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky e nos pressupostos da Teoria do Ensino desenvolvimental, de Davídov, que compreendem a atividade de estudo como orientada pela resolução de contradições teóricas centrais, no caso, a diversidade morfológica em contraste com a unidade funcional das células. A TED propõe que o ensino seja estruturado a partir de situações-problema capazes de conduzir os estudantes à abstração das propriedades essenciais e à generalização conceitual. Assim, o estudo busca articular a análise das diretrizes curriculares e dos livros didáticos com a proposição de um experimento didático formativo, com objetivo de promover a construção teórica do conceito de célula e contribuir para o desenvolvimento do pensamento científico nos estudantes.

## **PROBLEMA**

Como organizar didaticamente a diversidade morfológica celular, como situação-problema, para conduzir os estudantes à formação do conceito teórico de “célula”, à luz da Teoria da Didática do Desenvolvimento Humano de Davídov e em consonância com as práticas científicas previstas na BNCC (Brasil, 2018)?

## **OBJETIVOS**

Analisar, na BNCC e em livros do PNLD, o tratamento do conceito de célula e seus limites para a formação de conceitos teóricos; e, a partir desse diagnóstico, elaborar um planejamento didático para o ensino de células alinhado à BNCC e às operações da TED (situação-problema, abstração do essencial, modelagem e generalização), incluindo um experimento didático-formativo.

### REALIZAÇÃO

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Discutir a relevância do conceito de célula no campo científico e no currículo escolar, evidenciando seu caráter estruturante para o ensino de Ciências e Biologia.
- b) Analisar, a partir da BNCC (Ciências da Natureza), as competências e habilidades relacionadas ao tema “célula” e examinar como esse conteúdo é abordado nos livros didáticos do PNLD, identificando convergências, ênfases e possíveis limitações em relação à formação conceitual.
- c) Abordar os fundamentos da Teoria do Ensino Desenvolvimental (TED), destacando suas operações de estudo, seu potencial para a formação de conceitos teóricos e sua contribuição para a superação de abordagens descritivas e mecânicas no ensino de Ciências e Biologia.
- d) Planejar e propor uma unidade didática para o ensino do conceito de célula, fundamentada nos princípios da TED, contemplando tarefas de modelagem, experimentos, comunicação e argumentação científica.
- e) Refletir sobre a viabilidade, os desdobramentos e as contribuições da proposta para a práxis pedagógica, incluindo orientações para uso crítico do PNLD e para a formação docente voltada à construção de conceitos teóricos em Biologia.

## METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural e, em especial, na Teoria da Didática do Desenvolvimento Humano, de V. V. Davíдов. Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica sobre a epistemologia de Vygotsky, Davíдов e outros psicólogos da educação russa, bem como de autores correlatos, com o objetivo de fundamentar

### REALIZAÇÃO

teoricamente a análise e justificar a pertinência do estudo do ensino de Biologia, em particular do conceito de célula, à luz da TED.

Na sequência, será conduzida uma análise documental dos principais instrumentos que orientam a prática pedagógica em Ciências e Biologia na educação básica brasileira, a saber: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os livros didáticos de Ciências e Biologia aprovados pelo PNLD, especificamente nos trechos referentes ao conceito de célula. O objetivo é identificar como o currículo e os materiais didáticos organizam a abordagem desse conceito, analisando em que medida favorecem ou restringem a formação de conceitos teóricos segundo os fundamentos da TED.

Com base nos resultados obtidos, será elaborada uma proposta didático-formativa fundamentada na TED. A construção da atividade de estudo seguirá as orientações de Davídov (1988), estruturando planos de aula com foco na diversidade morfológica celular, tomada como situação-problema capaz de mobilizar os estudantes para a abstração das propriedades essenciais e a reconstrução do conceito teórico de célula.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Teoria da Didática do Desenvolvimento Humano, proposta por Vasili V. Davídov, compreende que a função primordial do ensino é criar condições para que os alunos se apropriem dos conhecimentos científicos, desenvolvendo um modo de pensar e agir de caráter teórico-conceitual. Essa perspectiva fundamenta-se nas contribuições de Lev Vygotsky e Alexei Leontiev. Para Vygotsky (1991), a instrução escolar constitui o portal da consciência humana, pois possibilita a formação da consciência reflexiva e favorece a emergência de novas formações psíquicas. Leontiev (1978), ao desenvolver a teoria da atividade, aprofunda essa concepção ao demonstrar que o desenvolvimento humano ocorre na apropriação de atividades socialmente significativas, por meio das quais o sujeito se relaciona com os objetos culturais e os internaliza.

Davídov (1988) argumenta que a aprendizagem orientada por conteúdos científicos e atividades significativas promove o desenvolvimento de novas capacidades

### REALIZAÇÃO

cognitivas e sociais. Nessa direção, Libâneo (2015) destaca que a educação estimula o avanço mental ao desafiar os estudantes a construir conhecimentos cada vez mais complexos. Assim, a TED propõe superar práticas baseadas na transmissão e na memorização, organizando o ensino como atividade de estudo que favorece a abstração, a generalização conceitual e a apropriação crítica do conhecimento científico. Freitas (2016) enfatiza que o ensino desenvolvimental promove transformações cognitivas e subjetivas, estimulando funções psíquicas superiores e a consciência crítica, enquanto Miranda (2016) ressalta que a aprendizagem permite ao aluno internalizar a experiência humana historicamente constituída, organizada em teorias, habilidades, hábitos e valores, mediada por diferentes contextos sociais e culturais.

No ensino de Ciências, a TED se mostra uma via promissora para o desenvolvimento do pensamento abstrato e a formação de conceitos teóricos. De acordo com Ávila:

A teoria do ensino desenvolvimental de Davydov apresenta elementos consistentes para uma proposta de educação que tem como finalidade o desenvolvimento humano por meio dos conceitos científicos, sobretudo, biológicos, o que fortalece a compreensão da importância da didática desenvolvimental também na Biologia (Ávila, 2023, p. 8).

Assim, ao favorecer o contato com o conhecimento sistematizado, essa abordagem potencializa a interpretação crítica da realidade e reforça o papel da escola como espaço de humanização. Apesar dessas potencialidades, a implementação de políticas curriculares normativas, como a BNCC, e os documentos curriculares regionais podem limitar a autonomia docente e restringir metodologias que favoreçam a construção ativa e colaborativa do conhecimento. Inseridos em uma lógica de resultados, esses documentos refletem um contexto neoliberal de educação (Apple, 1995; Giroux, 1997; Moreira; Candau, 2007; Saviani, 2007; Freitas, 2021; Gentili, 1995; Leher, 2019). Ao privilegiarem competências e habilidades de caráter técnico, reforçam uma concepção de educação voltada às demandas de mercado, afastando-se do propósito essencial de formação humana.

#### REALIZAÇÃO

Em síntese provisória, a TED apresenta-se como uma abordagem promissora para a formação do pensamento teórico-conceitual e o desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente no campo das ciências. Propõe-se investigar como a articulação entre conceitos científicos, atividade de estudo e mediação docente, constitui o núcleo da proposta desenvolvimental, buscando, na continuidade da pesquisa, aprofundar a análise crítica da literatura e sistematizar propostas didáticas que evidenciem a viabilidade da teoria para o ensino de ciências.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

ÁVILA, Milton Pereira de. **O conceito célula na perspectiva do ensino desenvolvimental de Davydov**: uma proposta para alunos do ensino médio. 2023. 126 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CAMPOS, Eude Sousa. **Ensino para a formação de conceitos em ciências**: contribuições da teoria do ensino desenvolvimental de Davydov. 266 f. Tese (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

DAVÍDOV, V. V. Problems of developmental teaching: the experience of theoretical and experimental psychological research. *Soviet Education*, v. 30, n. 8, p. 3-83, 1988.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Escola do futuro e o futuro da escola**: os desafios educacionais do século XXI. Campinas: Papirus, 2021.

FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. **Formação de conceitos na aprendizagem escolar e a atividade de estudo como forma básica para a organização do ensino**. *Educativa*, 19 (2): 388-418, 2016.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1995.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

LEHER, Roberto. **Reforma empresarial da educação**: nova pedagogia da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **Atividade, consciência e personalidade**. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978.

LIBÂNEO, José Carlos. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 629-650, abr./jun. 2015.

MIRANDA, Made Júnior. **As tarefas escolares e o ensino desenvolvimental**. *Revista HIS-TEDBR On-line*, Campinas, n. 68, p. 249-260, jun. 2016.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, conhecimento e cultura**. Recife: Edupe, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

# **EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO HUMANA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Mestrando: André Seixo Alonso

Orientador: Made Júnior Miranda

Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

## **CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Este estudo se insere no campo da prática pedagógica da Educação Física nas séries iniciais do ensino fundamental. Ele se desenvolve como uma reflexão metodológica e pedagógica, à luz da Teoria Histórico-Cultural (THC), adotando uma perspectiva crítico-humanizadora sobre o desenvolvimento dos indivíduos. O foco é na formação integral do ser humano, considerando suas múltiplas determinações.

A defesa de uma Educação Física escolar sob uma perspectiva crítico-humanizadora se fundamenta nos estudos do materialismo histórico-dialético e nas contribuições de outros autores críticos da teoria histórico-cultural. Essa abordagem valoriza a cultura corporal e busca formar um sujeito que, consciente da sua realidade, se empenhará na construção de uma sociedade mais igualitária.

A Educação Física escolar, historicamente, foi marcada por práticas centradas no desenvolvimento de habilidades motoras e no rendimento atlético, muitas vezes dissociadas de uma concepção mais ampla de formação humana. Com o avanço de abordagens pedagógicas críticas e emancipadoras, essa disciplina passou a ser compreendida como um componente curricular que deve contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, articulando dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais. Tal discussão se torna especialmente relevante no contexto das escolas públicas, onde se manifestam de forma mais evidente as desigualdades sociais e educacionais do país.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Nesse cenário, torna-se necessário repensar as finalidades da Educação Física, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa em que as bases do desenvolvimento humano estão sendo constituídas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como documento orientador da educação brasileira, apresenta diretrizes para o ensino da Educação Física que merecem ser analisadas à luz de concepções teóricas comprometidas com uma formação humanizadora.

A Teoria Histórico-Cultural, elaborada por Lev Vygotsky e seus colaboradores, oferece subsídios fundamentais para compreender o desenvolvimento humano como um processo histórico e social, construído nas interações mediadas culturalmente. Conceitos como mediação, zona de desenvolvimento proximal, atividade e apropriação de signos permitem entender a aprendizagem escolar como motor do desenvolvimento, e não apenas como seu resultado. Essa perspectiva evidencia o papel da escola e, por conseguinte, da Educação Física como espaço privilegiado para promover experiências formativas que contribuam para o desenvolvimento das crianças.

Assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar de que maneira a BNCC orienta o ensino de Educação Física nos anos iniciais e em que medida suas proposições favorecem (ou limitam) a promoção de uma formação humana integral, na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural. Espera-se que este estudo contribua para fundamentar teoricamente práticas pedagógicas que superem a visão biologizante do movimento e que possibilitem às crianças, desde os primeiros anos escolares, experiências educativas que estimulem o desenvolvimento de suas potencialidades humanas, formando sujeitos mais críticos, autônomos e socialmente engajados.

## **PROBLEMA**

Diante desse contexto e justificativa, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: Em que medida as prescrições da BNCC de Educação Física para os anos iniciais (1º ao 5º ano) podem favorecer ou dificultar a formação humana na perspectiva histórico-cultural?

### REALIZAÇÃO

## OBJETIVO GERAL

Analisar as prescrições da BNCC para a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, identificando em que medida elas favorecem ou dificultam a formação humana na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Mapear, na BNCC de Educação Física para os anos iniciais do Ensino Fundamental, as competências, habilidades e objetos de conhecimento que se relacionam (ou não) com os princípios da mediação, da atividade e da generalização conceitual, conforme a teoria histórico-cultural.
- b) Identificar possíveis entraves presentes nas prescrições da BNCC, como tecnicismo, fragmentação dos conteúdos, ênfase procedimental dissociada do conceito e avaliação centrada no desempenho imediato.
- c) Propor elementos teórico-metodológicos para a organização didática da Educação Física coerente com a perspectiva vigotskiana, contemplando o papel do professor, a elaboração de tarefas de estudo e a construção de sequências de ensino.
- d) Analisar os limites e possibilidades da prática pedagógica da Educação Física na escola pública para a promoção do desenvolvimento humano integral dos estudantes.

## REFERÊNCIAL TEÓRICO

Os alunos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais possuem modos próprios de vida e múltiplas experiências pessoais e sociais, o que torna necessário reconhecer a existência de infâncias no plural e, conseqüentemente, a singularidade de qualquer processo escolar e sua interdependência com as características da comunidade local. É importante reconhecer, também, a necessária continuidade às

### REALIZAÇÃO

experiências em torno do brincar, desenvolvidas na Educação Infantil. As crianças possuem conhecimentos que precisam ser, por um lado, reconhecidos e problematizados nas vivências escolares com vistas a proporcionar a compreensão do mundo e, por outro, ampliados de maneira a potencializar a inserção e o trânsito dessas crianças nas várias esferas da vida social. Diante do compromisso com a formação estética, sensível e ética, a Educação Física, aliada aos demais componentes curriculares, assume compromisso claro com a qualificação para a leitura, a produção e a vivência das práticas corporais. Ao mesmo tempo, pode colaborar com os processos de letramento e alfabetização dos alunos, ao criar oportunidades e contextos para ler e produzir textos que focalizem as distintas experiências e vivências nas práticas corporais tematizadas. Para tanto, os professores devem buscar formas de trabalho pedagógico pautadas no diálogo, considerando a impossibilidade de ações uniformes (Brasil, 2017, p. 224).

De acordo com Saviani (2011), a escola deve oferecer o que é essencial para que todos possam se apropriar do conhecimento. Assim, ela também vai moldando a humanidade de cada indivíduo ao longo do tempo. A escola precisa considerar como objeto de conhecimento tudo o que foi produzido em sua máxima expressão, como ciência, história, filosofia e artes. As atividades escolares devem ser organizadas e sistematizadas para alcançar esse objetivo por meio do currículo. O papel da escola é promover a socialização do saber sistematizado, que se refere ao conhecimento elaborado, incluindo os clássicos que foram construídos ao longo da história. Ao valorizar esse conhecimento estruturado, a escola se abre para as ciências, que, ao contrário do senso comum, representam um saber coerente, metódico, consistente e resultado de pesquisa científica.

Segundo Quizzini (2023), o professor tem a responsabilidade de organizar, desenvolver e compartilhar o conhecimento, promovendo a humanização dos indivíduos por meio da socialização de saberes, valores e experiências presentes nas diferentes áreas do conhecimento. Nesse processo, sua atuação deve estar pautada em uma perspectiva

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

crítica, científica, filosófica e histórica. De forma complementar, Landim (2024) destaca que a mediação pedagógica, a linguagem e a atividade prática intencionalmente organizada assumem papel central no ensino, pois permitem criar situações que desafiem os estudantes a refletir, cooperar e tomar decisões, favorecendo seu desenvolvimento psíquico. Assim, ambos reforçam a importância do trabalho docente como elemento fundamental para que a escola cumpra sua função formadora.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), a docência é de responsabilidade do professor pedagogo, regente de turma, que pode ministrar todas as áreas do conhecimento, incluindo a Educação Física. Isso porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu art. 62, que a formação mínima para atuar na educação básica, nos anos iniciais, é a graduação em Pedagogia ou curso normal superior. Além disso, o art. 26, § 3º, define a Educação Física como componente curricular obrigatório, mas não restringe sua docência, permitindo que os pedagogos, como professores polivalentes, ministrem também essa disciplina (Brasil, 1996).

Entretanto, Saraiva, Fonseca e Meira (2016) explicam que a atuação de professores de Educação Física em cursos de Pedagogia tem evidenciado tanto oportunidades de crescimento intelectual e afetivo quanto preocupações em relação à formação dos futuros pedagogos, já que a carga horária limitada e a ausência de práticas associadas ao conteúdo teórico dificultam a apropriação de técnicas fundamentais para o ensino da disciplina. Essa lacuna tende a reforçar uma visão simplista das aulas de Educação Física, reduzindo-as a atividades de brincar, correr e jogar, sem a devida relação com fundamentos teóricos. Nesse contexto, defende-se que, preferencialmente, as aulas sejam ministradas por profissionais da área ou, caso isso não seja possível, que os pedagogos recebam formação mais consistente e contínua atualização. A problemática central envolve a ausência de clareza na legislação quanto à formação exigida para ministrar aulas nos anos iniciais, o que levanta questionamentos sobre a capacitação dos

REALIZAÇÃO

regentes de turma e sobre sua compreensão a respeito do papel da Educação Física no desenvolvimento motor e na formação integral das crianças.

Os PCNs de Educação Física destacam a relevância dessa disciplina, especialmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental, ao proporcionar aos alunos o desenvolvimento de habilidades corporais e a participação em atividades culturais, como jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, que vão além do lazer, permitindo a expressão de sentimentos, afetos e emoções (Brasil, 1997, p. 15). Nessa perspectiva, Quizzini (2023) ressalta que a Educação Física é um componente curricular fundamental, pois amplia as possibilidades humanas no campo das atividades educativas, lúdicas, expressivas e competitivas, favorecendo a apropriação da cultura corporal e dos saberes científicos acumulados historicamente. Sob a ótica da teoria histórico-cultural, tais atividades intencionais e voluntárias configuram-se como experiências educativas capazes de promover o desenvolvimento psicológico e a humanização dos indivíduos.

Metaforicamente, Vygotsky compara o nível de desenvolvimento real com os frutos do processo de maturação e o próximo com os brotos. Por isso mesmo, a escola não pode se restringir na repetição de conteúdos que o aluno já sabe, o que faria com que o aprendizado “estacionasse”, mas, ao contrário, deve instaurar continuamente novos “brotos”, para que sejam transformados em novos “frutos”. O fruto é que leva a criança/aluno à tomada de consciência, de forma a atuar de forma deliberada em uma atividade. E será somente quando o aluno demonstrar esse controle consciente sobre um determinado objeto que o processo de internalização realmente se evidenciará (Hila, 2010, p. 569).

Assim a teoria histórico-cultural, que surgiu do trabalho de Vygotsky e foi moldada pela influência do materialismo histórico e dialético no século XX, trouxe uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento social e cultural do ser humano. Essa abordagem abriu portas para entendermos melhor como se forma a mente humana em um contexto social. Vygotsky argumenta que o desenvolvimento psicológico e cognitivo de cada indivíduo é fruto de um processo histórico-social, destacando a importância da linguagem

REALIZAÇÃO

e da aprendizagem mediada nesse percurso. A questão central da sua teoria gira em torno de como adquirimos conhecimento e desenvolvemos funções cognitivas superiores por meio da interação com o ambiente e as pessoas ao nosso redor. Segundo essa visão, o ser humano se torna verdadeiramente social e cultural apenas por meio do diálogo e da interação com o “outro”. Por isso, é fundamental considerar não só o nascimento biológico, mas também o nascimento cultural do ser humano, que acontece quando ele se insere na cultura (Vygotsky, 1991).

## **METODOLOGIA**

Considerando os objetivos propostos e o caráter teórico a pesquisa será de natureza teórico-bibliográfica e documental, com foco na análise crítica das prescrições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a área de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Serão mobilizadas obras de Lev Vygotsky, especialmente *A formação social da mente e Pensamento e linguagem*, bem como autores que desenvolvem e aprofundam a perspectiva histórico-cultural, como Leontiev e Davíдов, entre outros.

A abordagem metodológica adotada será o método histórico-dialético, por possibilitar a compreensão dos fenômenos educativos como processos históricos, sociais e contraditórios, em permanente transformação, mediados pela linguagem, pela cultura e pela atividade prática. Essa perspectiva permitirá analisar criticamente as prescrições curriculares, evidenciando tanto os limites quanto as possibilidades que elas oferecem para a promoção do desenvolvimento humano na Educação Física escolar.

O desenvolvimento da pesquisa ocorrerá em etapas articuladas:

- 1) Construção de referencial teórico com base na leitura aprofundada e sistemática das obras selecionadas da tradição histórico-cultural, visando compreender os conceitos de mediação, zona de desenvolvimento proximal,

### REALIZAÇÃO

atividade, generalização conceitual, motivo/objetivo e funções psicológicas superiores.

- 2) Análise documental da BNCC de Educação Física dos anos iniciais, utilizando a análise de conteúdo como técnica, com categorias de análise definidas, *a priori*, a partir da teoria histórico-cultural (mediação, ZDP, atividade, generalização conceitual, motivo/objetivo, funções psicológicas superiores).
- 3) Interpretação dos achados à luz do método histórico-dialético, considerando as contradições internas da BNCC, seus limites e suas potencialidades formativas.
- 4) Elaboração de proposições teórico-metodológicas para a organização didática da Educação Física na escola pública, alinhadas aos princípios da teoria histórico-cultural.

Essa trajetória metodológica permitirá evidenciar em que medida as prescrições da BNCC favorecem ou dificultam a formação humana no ensino de Educação Física, além de apontar princípios que possam orientar uma prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC (Educação Física, EF1/EF2). Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

HILA, C. V. D. Teoria histórico-cultural: em busca de categorias para analisar a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. **Travessias**, v. 4, n. 1, p. 560-576, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil, 2010.

LANDIM, S. G. **Formação docente: práticas de intervenção e mediação**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho – Uninove, São Paulo, 2024.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

QUIZZINI, L. Z. A. **Educação física escolar em perspectiva crítica: o que foi, o que é, e o que pode vir-a-ser!** 2023. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2023.

SARAIVA, W. M.; FONSECA, M. A.; MEIRA, C. J. A visão do pedagogo na função de educadores físicos no ensino fundamental I. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, ago. 2016.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

# **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO NONO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: QUESTÕES SOBRE A HUMANIZAÇÃO**

Mestranda: Alice de Oliveira Sousa Costa

Orientadora: Simone de Magalhães Vieira Barcelos

Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

## **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

A pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento no âmbito do Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Universitária de Inhumas, Goiás, tem como foco investigar as possibilidades e limites da prescrição curricular da área do conhecimento de Matemática na formação dos alunos de nono ano do Ensino Fundamental a partir da Base Nacional Comum Curricular e dos Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego).

## **JUSTIFICATIVA**

Como professora de Matemática no nono ano do Ensino Fundamental, a questão da prescrição e bimestralização dos conteúdos, quer dizer, a reiterada vinculação do trabalho da educação às demandas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego) tem me inquietado e me provocado a pensar como essa lógica afasta os alunos de uma formação crítica e emancipadora. Considerando um contexto em que a autonomia do professor, cada vez mais, tem sido substituída pela ingerência externa e atendimento a critérios que – na maioria das vezes – nada ou pouco dizem respeito à formação dos alunos, a pesquisa *A Base Nacional Comum Curricular para o ensino da Matemática no nono*

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

*ano do ensino fundamental: questões sobre a humanização* se abre como horizonte possível em que questões dessa natureza são discutidas, pensadas e problematizadas. Entende-se que a escola, enquanto instituição, deve realizar-se como abertura ao mundo da cultura, abrir-se como horizontes de descobertas, de possibilidades e vivências em vista da humanização, do pensamento crítico, da construção da autonomia. No entanto,

o que vemos na sociedade, na educação, na cultura e na escola é a tendência de aceitar uma cultura rápida e superficial, um saber que tende a transformar crianças, jovens e adultos em fiéis consumidores de bens e serviços, em funcionários do Estado, trabalhadores eficientes, indivíduos bem sucedidos na vida e nos negócios. Uma educação que visa acima de tudo à profissionalização, à preparação dos indivíduos para o chamado mercado, limita capacidades e saberes e empobrece os horizontes culturais e humanos dos educandos, além de deixar jovens e adultos vulneráveis no mundo do trabalho. Ao reduzir o real à mercadoria, a sociedade capitalista torna descartáveis a força de trabalho, as ideias, os projetos, as escolhas, as ações, os valores, enfim, as pessoas (Coelho, 2012, p. 332).

## **PROBLEMA**

Considerando o contexto marcado pela prescrição e fragmentação do conhecimento e centralidade num sistema avaliativo estandardizado, é possível instituir um trabalho educativo com vistas à humanização?

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender se a prescrição curricular preconizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se abre como horizonte para o exercício da humanização.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Investigar se há vinculação do currículo da área do conhecimento de Matemática do nono ano do Ensino Fundamental e as avaliações do Sistema de

### REALIZAÇÃO

Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego).

- b) Problematizar a limitação de conteúdos de Matemática como forma de alienação dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental.
- c) Discutir as possibilidades e limites do exercício da emancipação na fronteira entre prescrição curricular e sistema unificado de avaliação no nono ano do Ensino Fundamental.

## **METODOLOGIA**

A metodologia será orientada por estudo teórico (Demo, 2000) de cunho qualitativo (Bogdan; Biklen, 1994) recorrendo a bibliográfica (Gil, 2002), previamente selecionada a partir de autores que discutem o tema e que nos auxiliam no sentido da realização da reflexão filosófica sobre o tema proposto. Entende-se que a reflexão filosófica busca

ligar-se aos problemas mais universais, tirar os princípios mais elevados e mais universalmente válidos. Pretende julgar os conhecimentos particulares, discutir sua natureza, determinar os limites de sua validade, integrá-los, enfim, em sua síntese superior (Salman, 1969, p. 22-23).

A reflexão filosófica é baseada em três dimensões fundamentais que delineiam a pesquisa. São elas: sistemática, natureza histórica e caráter científico. “A filosofia é, em primeiro lugar, sistemática. [...] Pretende penetrar um aspecto da realidade, explicar sua natureza e definir seus últimos princípios constitutivos.” Ademais, “a segunda dimensão essencial da investigação filosófica é de natureza histórica. [...]. Os problemas a estudar não são novos e há séculos que os grandes pensadores da humanidade estão preocupados com isto”, pois, segundo o autor, “estas especulações do passado têm um valor permanente”. A reflexão filosófica é constituída por uma terceira dimensão e “trata-se da informação científica, que deve fornecer à especulação seus elementos,

### REALIZAÇÃO

sugerir suas primeiras sistematizações e permitir também suas verificações essenciais (Salman, 1969, p. 25-26).

Por meio da reflexão filosófica, busca-se uma aproximação dos conceitos de educação, alienação e humanização, para então refletir sobre o ensino de Matemática no contexto supracitado.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A reflexão sobre o objeto de estudo da presente pesquisa supõe pôr em questão o sentido da escola, bem como a formação que nela se realiza. A escola contemporânea, segundo Coêlho (2012), pouco contribui para a humanização, pois realiza uma formação em vista dos interesses e necessidades do mercado e, cada vez mais, vai se afastando do seu sentido e de sua possibilidade de realizar-se como instituição em prol da humanização.

O termo “escola” vem do grego *skolé*, que significa “tempo livre, a liberdade criativa, o que vulgarmente, chama-se ócio [...]. O cuidado pelo inútil e desnecessário” (Fernandes, 2012, p. 33-48). O autor mostra que, em sua origem, a escola é abertura da construção do ser em sua integralidade, trabalho que se realiza sem pressa, perpassado pela busca do saber e vislumbrando a formação humana em sentido amplo. Uma formação que confirme a humanidade do homem sem desprezar a constituição da humanidade.

Porém, ao longo dos anos a escola foi se afastando do sentido que a faz ser o que é, transformando-se em um local que forma para o mercado. Esse movimento de preparação para o trabalho relega a formação ampla que é posta num segundo plano. Como ressaltam Silva, Cardoso e Barcelos (2022), no campo da formação há um crescente e acentuado abandono da formação em sentido amplo, sobressaindo-se a concepção de formação mercadológica vinculada à ideia de preparação para a realização de tarefas predefinidas para necessidades imediatas. Porém, não se pode ignorar que esse direcionamento para a preparação de força de trabalho não é algo recente, mas

### REALIZAÇÃO

algo histórico e, nesse sentido é fundamental compreender os nexos e as contradições que possibilitaram que a escola se tornasse o que ela é hoje.

A história da educação no Brasil se manteve como dualismo, uma educação propedêutica para a burguesia e uma educação para o trabalho para a classe trabalhadora. Ela manteve dois projetos distintos de formação, uma para o acesso ao ensino superior e outra que prepara para o mercado por meio de um ensino que aliena os alunos e dificulta a experiência da humanização. Mészáros (2008, p. 42) afirma que, “naturalmente, as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital”. Com vistas a atender as demandas do capital, a escola reproduz a alienação, a dominação e a desumanização.

Nesta pesquisa, o conceito de alienação será considerado a partir dos estudos de Karl Marx, que o considerou como “processo pelo qual o homem se torna *alheio a si*, a ponto de não se reconhecer. [...] A alienação é o dano ou a condenação maior da sociedade capitalista” (Abbagnano, 2000, p. 26). Acreditamos que é fundamental, para pensarmos a questão da humanização no processo formativo dos alunos e no trabalho educativo que o professor realiza, no caso, no ensino da Matemática para alunos do nono ano do Ensino Fundamental, entendermos também o que é a alienação.

## DISCUSSÃO

O ensino da Matemática no nono ano do Ensino Fundamental encontra-se, atualmente, em um contexto marcado pela prescrição curricular, pela fragmentação do conhecimento e pela centralidade atribuída aos sistemas de avaliação estandardizados, como o Saeb, em âmbito nacional, e o Saego, em nível regional. Esses mecanismos, aliados às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares do Estado de Goiás (DCGO), orientam a prática docente e, em muitos casos, tendem a reduzir a complexidade da formação escolar ao cumprimento de metas e índices de desempenho. Tal cenário suscita questionamentos sobre as possibilidades

### REALIZAÇÃO

de construção de uma educação humanizadora capaz de superar a lógica do adestramento técnico e da preparação para exames.

Investigar essa realidade a partir do estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares do Estado de Goiás (DCGO) e as interfaces com a lógica dos sistemas de avaliação nacional (Saeb) e regional (Saego), com vistas a pensar a questão da humanização, é um trabalho que se realiza no campo do possível, no sentido defendido por Chauí (1980). A pesquisa passou por algumas mudanças para que fossem possíveis o recorte do objeto e a definição do problema. Está na fase das leituras da bibliografia e organização do material necessário para que o estudo seja realizado.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BOGDAN, Biklen. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e a métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Matriz de referência de língua portuguesa e matemática do SAEB: 9º ano do Ensino Fundamental**. Brasília, DF: Inep, 2020.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da Escola? *In*: COÊLHO, Ildeu Moreira (org.). *Escritos sobre os sentidos da escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. Cap. 3, p. 59-86.
- CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. *In*: CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980.
- DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.
- FERNANDES, Marco Aurélio. Skholé: o sentido fundante da escola. *In*: Escritos sobre o sentido da escola. Coêlho, Ildeu Moreira (org.). Campinas: Mercado das Letras, 2012. p. 33-57.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. *SAEGO – 2025 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1, 02025, Juiz de Fora – Anual*.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SALMAN, D. H. *O lugar da filosofia na universidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1969.
- SILVA, Cíntia; CARDOSO, Liliâne; BARCELOS, Simone. Reflexões sobre a escola e a formação na contemporaneidade. *Revista REC*, Goiânia, ano 1, n. 1, 2º semestre de 2022.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## **POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM DISPUTA: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA ALFAMAIS GOIÁS**

Mestranda: Cleythiany Aguiar e Silva

Orientador: Renato Barros de Almeida

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

### **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

O projeto em questão traz como tema a formação continuada de professores no contexto do programa AlfaMais Goiás. Uma pesquisa de 2019 apontou que mais de cinco mil estudantes do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental, em Goiás, não estavam alfabetizados. Esse dado evidenciou a necessidade de políticas públicas que garantissem o direito à aprendizagem e, como resposta, o Governo de Goiás criou o Programa AlfaMais Goiás, voltado ao fortalecimento da colaboração entre Estado e Municípios para assegurar a alfabetização de todas as crianças goianas. O programa envolve gestores, professores, estudantes, famílias e parceiros no planejamento de ações, incluindo formação de profissionais, avaliações e acompanhamento das aprendizagens, em consonância com a BNCC, que define a alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental nos 246 municípios goianos.

Nesse período, o Governo Federal lançou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), com a meta de alfabetizar todas as crianças até o 2º ano e recuperar aprendizagens do 3º ao 5º ano, prejudicadas pela pandemia. O CNCA se fundamenta na equidade educacional, na cooperação federativa e no apoio técnico e financeiro da União. Diversos estados, incluindo o Estado de Goiás, aderiram ao Compromisso, integrando-o aos seus programas já existentes, como: Criança Alfabetizada (AL e AP), Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (ES), AlfaMais Goiás (GO), Pacto pela

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Alfabetização (MA), Alfabetiza Pará (PA), Alfabetiza Mais Paraíba (PB), Educa Juntos (PR), Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PI), Alfabetiza Juntos SP (SP), MS Alfabetiza (MS) e Programa Alfabetiza (MT).

A formação de professores no âmbito do programa AlfaMais Goiás configura-se como estratégia da Secretaria de Educação para elevar os índices de alfabetização, oferecendo cursos e materiais didáticos a docentes da rede pública municipal. Embora se apresente como política de apoio pedagógico, revela caráter instrumental ao alinhar práticas docentes à proposta curricular oficial e às avaliações externas. Em regime de colaboração com a União, o programa também presta cooperação técnica e financeira aos municípios goianos, além de estratégias e metodologias específicas.

## **JUSTIFICATIVA**

O programa AlfaMais Goiás surgiu como política pública voltada à formação continuada de professores e à promoção da alfabetização, em resposta aos prejuízos da pandemia de covid-19 e à pressão por elevar os índices de leitura e escrita no estado. Entretanto, a vivência na docência dos anos iniciais e na formação regional em alfabetização da Cre – Palmeiras evidencia que a ênfase na mera transmissão de conteúdos e teorias, sem espaço para reflexão, conduz os estudantes à assimilação passiva do conhecimento, sem desenvolver uma postura crítica e cidadã.

Termos como “eficácia” e “eficiência” escolar são usados para justificar metas preestabelecidas, transferindo aos docentes a responsabilidade pelos resultados, enquanto se ignoram as condições estruturais, sociais e políticas que permeiam a educação. Esse discurso reforça uma visão reducionista da escola como instituição produtiva e atua como mecanismo de controle, ao responsabilizar individualmente o professor e silenciar sobre a falta de investimentos públicos, a precarização do trabalho docente e as desigualdades históricas presentes na educação. A incorporação de terminologias do mundo corporativo revela a influência de uma lógica neoliberal e tecnicista, na qual

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

índices quantitativos se sobrepõem à formação cidadã e na qual a proposta se justifica por assumir uma perspectiva crítica a esses modelos.

Mais do que promover autonomia ou estimular reflexões críticas, o AlfaMais Goiás reforça mecanismos de controle e padronização, submetendo o trabalho docente a exigências meritocráticas e mensuráveis. Ancorada em pressupostos neoliberais, a formação continuada assume caráter técnico, afastando-se de sua função emancipadora. O acesso aos cursos e ao sistema de monitoramento (Siam), disponibilizado pela Secretaria de Educação, evidencia a centralização e a ênfase em procedimentos burocráticos em detrimento da construção coletiva do saber docente.

## **PROBLEMA**

O problema da pesquisa se alicerça na pergunta: “Como o Programa AlfaMais Goiás, enquanto política de formação continuada, expressa e reproduz concepções neoliberais de regulação, responsabilização e controle do trabalho docente, e quais são as repercussões dessa lógica para a autonomia e a prática pedagógica dos professores de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, da rede pública municipal de ensino de Palmeiras de Goiás, e sua implementação nos anos de 2021 a 2025?”

É observada uma redução curricular, marcada pela priorização das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, em detrimento das demais áreas do conhecimento, processo que vem acompanhado de uma competição entre os profissionais das escolas, o que reduz as possibilidades de colaboração pedagógica. Além disso, a pressão por bons resultados tem direcionado o ensino para a preparação de testes, sem falar na segregação de alunos alfabetizados e não alfabetizados dentro das redes de ensino, já que algumas escolas dificultam o acesso de determinados alunos ou os separam por desempenho dentro das próprias instituições.

Outro aspecto preocupante é a precarização da formação docente, que tende a tornar o professor dependente de materiais estruturados e padronizados. Essa dinâmica contribui para o monitoramento dos profissionais da educação, por meio de

### REALIZAÇÃO

capacitações e treinamentos, e expostos por meio dos resultados das avaliações externas. Paralelamente, evidencia-se o fortalecimento da privatização da educação pública, alinhada a interesses meritocráticos. Concomitante a isto, observa-se o avanço das grandes empresas privadas, instituições e organizações, que de certa forma influenciam a sociedade educacional com suas ideologias hegemônicas e, conseqüentemente, impactando as práticas concretas dos professores.

## OBJETIVOS

Pretende-se, a partir deste estudo, analisar criticamente o Programa AlfaMais Goiás, enquanto política de formação continuada, expressa, e que reproduz concepções neoliberais de regulação, responsabilização e controle do trabalho docente. Busca-se também examinar quais são as repercussões dessa lógica para a autonomia e a prática pedagógica dos professores de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, da rede pública municipal de ensino de Palmeiras de Goiás e sua implementação nos anos de 2021 a 2025.

Considerando suas origens e constituição educacional no Estado, a forma como o eixo de formação continuada de professores está estruturado no programa, a maneira como se deu a implementação do programa no Estado de Goiás e sua expansão para os municípios e as principais diretrizes e trajetórias da formação continuada de professores no Estado de Goiás, e como o programa AlfaMais Goiás se insere nesse contexto, temos os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender a constituição e as características do Programa AlfaMais Goiás, situando-o no contexto das políticas de formação continuada de professores no Estado de Goiás.
- b) Examinar a influência de diretrizes nacionais e internacionais (com destaque para a OCDE e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada) na formulação do programa, evidenciando as relações entre regulação externa, padronização curricular e formação docente.

### REALIZAÇÃO

- c) Investigar os processos de implementação do Programa AlfaMais Goiás no Estado e nos municípios, destacando as formas de cooperação federativa, os mecanismos de monitoramento e as estratégias de responsabilização docente.
- d) Avaliar os efeitos do Programa AlfaMais Goiás sobre o trabalho docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando as contradições entre práticas pedagógicas cotidianas e a lógica de padronização e controle no município de Palmeiras de Goiás.
- e) Identificar e discutir as contradições presentes nas trajetórias e diretrizes que orientam as ações de formação continuada de professores em Goiás, analisando em que medida reforçam ou tensionam perspectivas críticas e emancipadoras da docência.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético por permitir compreender a realidade educacional como processo histórico, social e contraditório, marcado pelas relações de produção e pelas lutas de classe. Essa perspectiva rompe com visões neutras da escola e da formação docente, analisando o programa AlfaMais Goiás não apenas como política técnica, mas também como expressão de um projeto neoliberal e meritocrático. Assim, o método dialético oferece instrumentos para desvendar as contradições entre o discurso oficial de qualidade e eficiência e as condições concretas de trabalho e formação dos professores, evidenciando limites e possibilidades de práticas emancipatórias.

Será iniciada uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do programa AlfaMais Goiás e/ou de programas educacionais governamentais cujas dinâmicas de funcionamento possam ser mais aproximadas dele (em virtude da já referida pouca quantidade de material bibliográfico-documental sobre o tema). A análise dos dados será feita a partir da leitura dos documentos referentes ao programa AlfaMais Goiás, tendo como ponto

### REALIZAÇÃO

de partida o empírico, considerando objetivos, justificativas, origem, base legal, etapas de execução, contexto social e político, público-alvo, infraestrutura, organização, parcerias, equipe responsável, além de metas quantitativas, qualitativas e impactos sociais na formação continuada dos professores das escolas municipais de Palmeiras de Goiás.

A pesquisa bibliográfica nos permite conhecer melhor o objeto, as variáveis em estudo, sendo realizada:

a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (...) procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

A leitura crítica desses documentos, somada à pesquisa qualitativa, se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes segundo Minayo (2014). Essa forma de abordagem metodológica pode nos oferecer uma relação dinâmica sobre as complexidades dos sujeitos e a realidade cotidiana que os cerca. Desta feita, a pesquisa qualitativa alinhada à análise documental nos permitirá compreender a realidade dos docentes para além dos apontamentos requeridos pelos programas governamentais, com ênfase no programa AlfaMais Goiás.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No contexto da formação continuada de professores, é essencial compreender a “formação” em seu sentido histórico e ontológico. Segundo Curado (2016, p.44), ela deve articular o sentido da escola, a práxis criativa, a troca de experiências e as condições concretas de trabalho docente, sem se desvincular da atividade educativa. Nesse

### REALIZAÇÃO

processo, que envolve dimensões cognitivas, éticas, estéticas, afetivas e políticas, o professor assume papel ativo tanto na formulação de políticas quanto na intencionalidade e intervenção em sua prática.

Nota-se que as temáticas de ordem econômica e por conseguinte política estão inseridas, mesmo que entremeadas nas demandas da educação, exigindo por vezes indicativos numéricos em detrimento de questões qualitativas; “fatores socioeconômicos relacionam-se com as pressões para um maior controle sobre o que se ensina e como se ensina nas escolas públicas” (Afonso, 2000, p. 44). Conforme ainda apontam Afonso (2000), Dias Sobrinho (2003) e Schneider e Nardi (2019), em termos educacionais o chamado *accountability* funciona em uma série de processos sobre a função docente, a saber:

1. Delegação de responsabilidades e metas, por parte de uma instância superior;
2. Mobilização de recursos e de um projeto de estratégias para o cumprimento dessas responsabilidades em instância local;
3. Avaliação e monitoramento das atividades e dos processos;
4. Responsabilização perante os resultados obtidos, nos moldes da prestação de contas, e seus desdobramentos institucionais e/ou simbólicos (Vieira, Teixeira, Assis, 2024, p. 5).

A formação docente atual revela um viés tecnicista e mercadológico, orientado por padrões meritocráticos e índices quantitativos que reduzem a educação a resultados mensuráveis, suprimindo a formação crítica e cidadã dos discentes. Retomando concepções dos anos 1970 em nível mais avançado, esse modelo, como aponta Freitas (2003, p. 1907), desloca o foco da qualificação profissional para o desenvolvimento de competências individuais e comportamentais, em sintonia com a lógica neoliberal de competência.

É desse modo que nos propomos a compreender as mensurações envolvidas nos aspectos da formação docente dentro do AlfaMais Goiás em suas complexidades e contradições, abrangendo, portanto, a discussão sobre o momento histórico atual das políticas de formação de professores no estado e suas legislações educacionais.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo. Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 6 set. 2025.
- BRASIL. **Compromisso pela criança alfabetizada**. Disponível em: <https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/#!/inicio>. Acesso em: 21 set. 2025.
- CURADO SILVA, K. A. P. C. da. A formação contínua docente como questão epistemológica. *In: XVIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira*. Cuiabá, ago. 2016.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, H. C. L. de. Certificação e formação do educador: regulação e desprofissionalização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1095-1124, dez. 2003.
- GOIÁS. **Programa AlfaMais Goiás**. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/alfamais/>. Acesso em: 21 set. 2025.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. p. 408.
- VIEIRA, F. M.; TEIXEIRA, R. A. G.; ASSIS, L. M. de. Os fundamentos da política de accountability no Programa AlfaMais para a alfabetização em Goiás. **Horizontes**, v. 42, n. 1, e023066. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v42i1.1708>. Acesso em: 21 set. 2025.

### REALIZAÇÃO

## **REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO, IMAGINAÇÃO E MÚSICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Mestrando: Edson Donizeti Marra Junior

Orientadora: Liliane Barros de Almeida

Linha de pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

O estudo propõe-se a realizar reflexões sobre a articulação entre música, imaginação e processos educativos, com vistas a uma formação mais sólida, coerente e prazerosa dos sujeitos, dado que, apesar dos inúmeros avanços no campo da educação, não é incomum que muitos estudantes percebam determinadas disciplinas escolares como desinteressantes ou distantes de sua realidade. Tal percepção compromete o envolvimento dos alunos e pode dificultar significativamente o processo de ensino-aprendizagem, gerando desmotivação e baixos níveis de participação ativa. Nesse contexto, a música e a imaginação surgem como potentes ferramentas para ampliar as possibilidades educativas, permitindo a construção de saberes de forma mais lúdica, envolvente e significativa.

A pesquisa justifica-se pela necessidade incessante de repensar os processos educativos em direção a uma formação integral, que vá além das práticas tradicionais, marcadas pela fragmentação e pelo excesso de conteúdo. Considerando que a escola deve promover o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes, torna-se essencial adotar abordagens que articulem razão, sensibilidade e expressão. Nesse sentido, a educação artística, em especial a música, revela-se uma via potente para a ampliação dos sentidos, da criatividade e da imaginação, favorecendo experiências formativas mais significativas e humanizadoras. Ao integrar arte e educação, busca-se construir práticas pedagógicas que dialoguem com as demandas contemporâneas e contribuam

### REALIZAÇÃO

para a formação de sujeitos críticos, autônomos e sensíveis às complexidades do mundo em que vivem.

O problema que se coloca é como repensar as práticas pedagógicas de modo a engajar os estudantes, considerando a percepção de que determinadas disciplinas são desinteressantes ou distantes da realidade dos alunos, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem. Torna-se necessário investigar de que forma a música e a imaginação podem atuar como mediadoras desse processo, ampliando o envolvimento e a sensibilidade dos estudantes.

O objetivo central deste estudo é investigar como os processos artísticos podem configurar-se como aliados nos processos de ensino-aprendizagem na educação escolar. Os objetivos específicos incluem: i) realizar revisão bibliográfica sobre a vinculação de processos artísticos como meios de impulsionamento da aprendizagem na educação básica; ii) explicitar os processos cerebrais envolvidos em propostas de ensino com foco na interdisciplinaridade.

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, de natureza filosófica e argumentativa. O percurso investigativo será conduzido por meio de revisão bibliográfica voltada à análise e interpretação de produções científicas, obras teóricas e contribuições filosóficas que abordam temas relacionados à arte, à educação, à imaginação e à musicalidade no contexto formativo. Com base nesse levantamento, será realizada uma reflexão filosófica orientada por uma análise crítica dos conceitos e autores que discutem as interfaces entre a linguagem artística e a formação humana. A análise do material selecionado será conduzida de forma interpretativa, buscando articulações que deem sustentação teórica à proposta investigativa.

A música, mais que recurso pedagógico, configura-se como linguagem formadora capaz de mobilizar múltiplas dimensões do desenvolvimento humano. Pesquisas de Nogueira (2004) e Koelsch (2009) demonstram que os estímulos musicais ativam áreas cerebrais ligadas a cognição, emoção, memória e aprendizagem, favorecendo o raciocínio lógico, o pensamento abstrato e a construção do conhecimento. Também promove

REALIZAÇÃO

equilíbrio afetivo e emocional, contribuindo com ambientes educativos mais sensíveis e acolhedores (Sekeff, 2007). Como uma linguagem universal, forma de comunicação e expressão (Priolli, 2002), a música organiza sons e silêncios que despertam respostas emocionais (Hohmann; Weikart, 2011) e mobilizam dimensões fisiológicas, sociais e subjetivas desde a infância, influenciando personalidade e expressão de sentimentos (Neto Cunha, 2024; Barros; Marques; Tavares, 2018).

Espera-se que um dos diferenciais desta pesquisa esteja na aproximação com a filosofia de Jean-Paul Sartre, que compreende a imaginação como ato consciente essencial à liberdade e à existência humana, permitindo ao sujeito projetar-se além da realidade imediata e reinventar-se. Nessa perspectiva, Almeida (2019) defende que a educação, assim como a arte — incluindo a música —, seja uma atitude de liberdade e abertura ao novo e ao inexistente (p. 11), considerando-se obra da “consciência imaginante”, que supera a fragilidade da condição humana e permite a expressão da singularidade (p. 130). Assim, a música transcende funções estéticas ou recreativas e torna-se meio de formação da subjetividade, articulando razão, sensibilidade, criatividade e expressão, favorecendo o desenvolvimento de sujeitos autônomos e reflexivos. Nogueira (2004) ressalta que a música contribui para competências cognitivas, sociais e afetivas, e o contato precoce amplia a criatividade e abertura da personalidade. Integrada aos processos educativos, revela-se como linguagem cultural e simbólica capaz de transformar modos de sentir, pensar e agir, promovendo inserção crítica e criativa na sociedade, enquanto Couto (2011) destaca que é na ludicidade e na imaginação que o indivíduo constrói formas criativas de interação com o mundo. Desse modo, a música atua em dimensões cognitivas, afetivas, sociais e existenciais, potencializando processos de humanização e constituindo ferramenta pedagógica relevante, que favorece escuta, criação e diversidade de expressões.

A educação contemporânea, frequentemente centrada na transmissão fragmentada de conteúdos, revela-se insuficiente para promover uma formação integral, ao negligenciar dimensões afetivas, culturais e criativas (Coêlho, 2007; Fino, 2011). Superar esse

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

modelo requer valorizar a linguagem como meio de constituição humana, capaz de articular conhecimento, emoção e imaginação, construindo sentido, identidade e abrindo espaço para reflexão, diálogo e expressão autêntica (Gomes de Oliveira, 2020). Nesse contexto, a música se apresenta como recurso privilegiado para o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e do pensamento crítico, integrando processos multissensoriais, memória e cognição social (Koelsch, 2009) e estimulando a imaginação e a reflexão, elementos essenciais para a autonomia e atuação ética do sujeito (Monteiro, 2015). Assim, a escola deve ir além da simples transmissão de conteúdos, promovendo práticas que integrem razão, afetividade e criação, tornando-se espaço de experiências estéticas e simbólicas que favoreçam a reinvenção do indivíduo e da coletividade e formem cidadãos autônomos, críticos e criativos diante dos desafios contemporâneos.

Ao vincular os saberes escolares a processos artísticos, amplia-se o potencial da aprendizagem ao envolver múltiplas formas de expressão, percepção e pensamento. A presença da música no contexto educativo favorece o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e do engajamento, mobilizando vias cognitivas diversas que enriquecem a construção do conhecimento. A junção entre arte e ensino não se limita a uma função acessória ou ilustrativa, podendo assumir um papel formador capaz de dinamizar a experiência educacional, rompendo com modelos pedagógicos tradicionais centrados na fragmentação, no conteudismo e na memorização.

Ao associar a música e a arte aos diferentes campos do saber, fortalece-se uma concepção de ensino pautada na liberdade criadora, na imaginação e na formação integral do sujeito. Trata-se de reconhecer a potência da linguagem artística como mediadora de experiências que transcendam o plano puramente racional e alcancem dimensões afetivas e existenciais. Como sintetiza Almeida (2019, p. 23), “a educação propicia uma maneira de ser e de atuar da realidade humana, uma capacidade espontânea, livre de inventar a si mesma e de criar um sentido para sua existência”.

Em síntese, esta pesquisa busca evidências de que a música e a imaginação podem configurar-se como instrumentos centrais para a formação integral do sujeito,

REALIZAÇÃO

articulando arte, sensibilidade, cognição e expressão para promover experiências educativas significativas, humanas e engajadoras, capazes de desenvolver indivíduos críticos, autônomos e criativos. A escola deve valorizar a subjetividade e a sensibilidade como bases do desenvolvimento humano, reconhecendo a linguagem não apenas como comunicação, mas também como meio de construir sentido, compreender o outro e promover autoconhecimento, concretizando a imaginação por meio do discurso e da expressão simbólica e oferecendo espaço de reinvenção e abertura ao novo (Bakhtin, 2008; Moll, Di Fantti; Delanoy, 2024). Segundo Sartre (2020), a consciência é imaginante, capaz de projetar novas formas de existir, e a música, como linguagem, mobiliza emoções, cognição e relações sociais, estimulando empatia, pensamento crítico e expressão subjetiva (Sekeff, 2007; Koelsch, 2009).

Repensar educação, currículo e práticas pedagógicas a partir da linguagem, da música e da sensibilidade significa superar o paradigma conteudista, promovendo experiências que integrem razão, afetividade e criação, fortalecendo autonomia, imaginação e consciência crítica. Dessa forma, a escola torna-se espaço de formação ética, cultural e estética, voltado para a humanização dos sujeitos, na qual a linguagem e a arte, especialmente a música, deixam de ser extraordinárias para se tornarem práticas ordinárias e estruturantes da experiência educativa.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Liliane Barros de. **Jean-Paul Sartre: a imaginação como modo de existir e de educar.** 53 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BARROS, Rosa Maria Rodrigues; MARQUES, Letícia Coleoni; TAVARES, Luíza Sharith Pereira. **A importância da música para o ensino-aprendizagem na educação infantil:** reflexões à luz da psicologia histórico-cultural. IV COLBEDUCA e II CIEE 24 e 25 de janeiro de 2018, Braga e Paredes de Coura, Portugal.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. Cultura e educação escolar: questão a ser pensada, realidade a ser inventada. *In: Educação Brasileira.* Brasília, v. 16, n. 33, p. 1-12, jul./dez. 2007.
- COUTO, Hergos Ritor. Manifestações lúdicas: da imaginação à criatividade nos espaços da rua e da escola. **Revista Exitus**, v. 1, n. 1, p. 129-136, 2011.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

- FINO, C. N. Demolir os muros da fábrica de ensinar. **Humanae**, v. 1, n. 4, p. 45-54, 2011.
- GOMES DE OLIVEIRA, Míria. A linguagem como meio de formação humana. **Vertentes**, São João del-Rei, v. 31, n. 2, p. 1–14, 2020. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/vertentes/Vertentes\\_31/miria\\_gomes.pdf](https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/vertentes/Vertentes_31/miria_gomes.pdf). Acesso em: 6 ago. 2025.
- HOHMANN, Mary; WEIKART, David P. **Crianças pequenas em ação**: guia para planejamento diário no programa HighScope. 2. ed. São Paulo: Penso, 2011.
- KOELSCH, Stefan. A neural basis of music-evoked emotions. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 14, n. 3, p. 131-137, mar. 2009.
- MOLL, Eduardo da Silva; DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; DELANOY, Cláudio Primo. Bakhtin, alteridade e ensino: notas sobre pedagogias dialogicamente orientadas. **Revista Diálogos**, Cuiabá, v. 11, n. 3, p. 134-159, jan. 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/15948/13308>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- MONTEIRO, Adriana Filipa Barbosa. **A oralidade enquanto instrumento estruturante do pensamento da criança**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Minho, Braga, 2015.
- NETO CUNHA, Joaquim Ferreira da. A música como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem. In: BASQUEROTE, Adilson Tadeu; MENEZES, Eduardo Pimentel (org.). **Educação em transformação**: perspectivas globais e inovações. 1. ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2024. p. 15-22.
- NOGUEIRA, Monique Andries. A música e o desenvolvimento da criança. **Revista UFG**, v. 6, n. 2, 2004.
- PRIOLLI, Maria Luíza de Mattos. **Princípios básicos da música para juventude**. v. 1. Rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Casa Oliveira de Músicas, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. **O imaginário**: psicologia fenomenológica da imaginação. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2020.
- SEKEFF, Márcia Regina. Música e emoção: a influência dos sons sobre os estados psicológicos. **Revista Psicologia e Educação**, n. 23, p. 15-20, 2007.

REALIZAÇÃO

## **A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* E A META 14 DO PNE (2014-2024): BALANÇO DA EXPANSÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS**

Mestrando: Euder Rodrigues de Carvalho

Orientadora: Renata Ramos da Silva Carvalho

Orientadora: Mirian Fábria Alves

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

A pós-graduação *stricto sensu* desempenha papel estratégico no desenvolvimento científico, tecnológico e na formação de profissionais altamente qualificados no Brasil. Reconhecendo sua importância, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) – estabeleceu a necessidade de ampliar a titulação de mestres e doutores no país, definindo, especificamente para contemplar a sua expansão, a Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores (Brasil, 2014).

Além do conteúdo principal que determina uma expansão gradual de modo que o país alcance a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores, o PNE (2014-2024) também trouxe com essa meta um conjunto de estratégias que deveria delinear as ações em prol do seu cumprimento, que contemplasse os seguintes aspectos: expansão do financiamento; ampliação da oferta por meio da interiorização; integração da Capes com agências de fomento estaduais; utilização de metodologias e recursos vinculados à educação à distância; implementação de ações em prol da redução das desigualdades étnico-raciais (regionais) das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas; ações em prol da acessibilidade às pessoas com deficiência; estímulo à participação das mulheres; internacionalização da pesquisa e da pós-graduação; promoção de intercâmbio e inovação; estímulo à pesquisa científica e de inovação; e promoção da formação de recursos humanos que valorize a diversidade

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

regional e a biodiversidade da região amazônica e do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido.

Assim, o PNE (2014-2024), por meio da meta 14, estabeleceu, como objetivo estratégico, a ampliação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. No entanto, essa meta não definiu elementos mais pormenorizados da necessária expansão, como, por exemplo, a definição de como ocorreria essa expansão, considerando a categoria administrativa e a organização acadêmica das IES que seriam responsáveis pela ampliação. Logo, investiga-se, passados dez anos da promulgação do Plano, de modo mais minucioso, qual foi a característica dessa expansão nas diferentes esferas federativas.

Nesse sentido, faz-se oportuno o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que tenham como propósito realizar estudos mais detalhados sobre a característica da expansão ocorrida quanto à ampliação de mestres e doutores titulados no Brasil, inclusive sobre a participação das universidades estaduais, que é o tema desta pesquisa, no contexto do que foi alcançado por essa meta e quanto aos desafios que ainda não foram superados.

Avaliar a dinâmica de expansão e as características de atuação das universidades estaduais, tendo como referência a meta 14, é, assim, importante para se compreender as desigualdades e os desafios existentes no sistema nacional de pós-graduação. Identificar esses desafios a partir de um balanço do ocorrido no período de vigência do PNE (2014-2024) torna-se relevante a fim de mensurar qual tem sido o papel dessas instituições quanto à oferta de pós-graduação *stricto sensu* no país, uma vez que elas compõem um segmento heterogêneo, com realidades distintas, que podem influenciar, dentre outros fatores, a capacidade de oferta e expansão da pós-graduação.

A ideia é que investir na formação avançada de profissionais seja uma estratégia importante para impulsionar o desenvolvimento científico, tecnológico e educacional do país. Mas, como apontam Santos e Carvalho (2023) e Carvalho e Amaral (2020), o desafio não é somente atingir essas metas em números, mas também superar as

REALIZAÇÃO

desigualdades regionais e institucionais que sempre marcaram o sistema de pós-graduação no Brasil.

Conforme Santos e Carvalho (2023), a formatação da pós-graduação no Brasil ganhou força, de fato, a partir de 1965, com o Parecer Sucupira. Este documento instaurou um formato que separava o mestrado do doutorado, espelhando-se no modelo dos Estados Unidos. Apesar de ter sido um passo institucional relevante, a pós-graduação não se desenvolveu de maneira uniforme, ficando mais forte nos estados do Sudeste e do Sul e nas universidades federais. Diante disso, fica claro o quanto é crucial pensar no papel-chave das universidades estaduais para levar a pós-graduação para o interior do país e diminuir as diferenças regionais.

Adicionalmente, Carvalho e Amaral (2020) destacam que, no cenário particular do Nordeste, o avanço dos cursos de pós-graduação apresenta desigualdades acentuadas se comparado às outras regiões do país. As pesquisadoras advertem sobre o risco de um aumento no volume sem o acompanhamento de estratégias de avaliação, apoio financeiro e condições para que os cursos mantenham a qualidade e se sustentem.

Analisando o cenário do PNE 2014-2024, notamos que a meta 14, apesar de importante e desafiadora, careceu de planos bem definidos para assegurar que seus objetivos fossem alcançados de maneira equitativa em todas as áreas e instituições. Segundo Santos e Carvalho (2023), faltam regras claras que incentivem ações governamentais para impulsionar as universidades estaduais na pós-graduação nacional.

As universidades estaduais brasileiras desempenham papel fundamental na democratização do acesso ao ensino superior e na interiorização da produção científica, especialmente em regiões onde a presença das universidades federais for limitada. Além de formarem profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento, essas instituições têm atuado de maneira decisiva na consolidação e expansão da pós-graduação *stricto sensu*, oferecendo programas de mestrado e doutorado que contribuem para o desenvolvimento regional, a inclusão social e a valorização das realidades locais, uma vez que,

REALIZAÇÃO

analisando o universo da educação superior pública brasileira, constatamos que as IES estaduais possuem uma importante participação no contexto da educação superior no Brasil. Nesse panorama, é importante considerar a participação destas, na geração de conhecimento, por meio dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, e na oferta de vagas públicas em diferentes áreas do conhecimento e que se estendem por todo o país. O Brasil dispõe de uma rede de IES estaduais, composta por faculdades, centros universitários e universidades, que atuam em capitais e regiões interioranas em todas as regiões do país e que atende a uma quantidade significativa de estudantes no segmento público (Carvalho, 2013, p. 29).

Apesar de representarem parcela importante da oferta de educação superior no país, as universidades estaduais enfrentam desafios estruturais, orçamentários e políticos que podem comprometer sua capacidade de expansão na pós-graduação. Diante disso, torna-se necessário investigar até que ponto essas instituições conseguiram contribuir para o cumprimento da meta 14 e quais disparidades regionais persistem no sistema nacional de pós-graduação.

Carvalho (2018), em estudo sobre a participação das UEs nas metas do PNE (2014-2024) para a educação superior, apurou que, no ano de 2014, houve um total de 51.527 mestres titulados no Brasil. Desses, o total de 12.123 foi titulado pelas UEs, representando 23,5 %, e um total de 17.048 doutores, sendo 5.581 nas UEs, isto é, 32,7%. Essa autora realizou tal levantamento até o ano de 2016.

Sendo assim, dar continuidade a esse estudo, especialmente durante o período de vigência do PNE (2014-2024), exige uma análise que leve em conta as diretrizes das políticas educacionais, os marcos históricos da pós-graduação e as desigualdades estruturais entre as instituições que compõem o campo da educação superior. Esta pesquisa apoiar-se-á, portanto, em referências que possibilitem uma interpretação crítica da relação entre a meta 14 do PNE, o papel das Universidades Estaduais e os desafios para a ampliação do acesso na pós-graduação *stricto sensu* do país.

REALIZAÇÃO

Carvalho (2018) aponta que as UEs possuem importante papel na oferta de educação superior no país, especialmente no que diz respeito à interiorização. Segundo a autora, essas instituições têm contribuído de forma significativa com o campo da educação superior, especialmente quando se observa a sua oferta pública e interiorizada.

É oportuno ainda levar em consideração a proximidade do encerramento da vigência do PNE (2014-2024), uma vez que ele foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025 por meio da Lei n. 05/2014. Torna-se necessária a produção de balanços críticos com informações mais detalhadas, a fim de subsidiar o debate público e as decisões políticas na formulação do novo plano em discussão no Congresso Nacional, especialmente considerando-se a diversidade regional e as desigualdades sociais e econômicas que são próprias da sociedade brasileira.

Portanto, este estudo possui como questão-problema preliminar: qual o balanço da expansão da pós-graduação *stricto sensu* nas Universidades Estaduais brasileiras, considerando a meta 14 do PNE (2014-2024)? Assim, o objetivo geral consiste em analisar a evolução da expansão da pós-graduação *stricto sensu* nas UEs, tendo como parâmetro de avaliação o conteúdo dessa meta.

Especificamente, ela tem por finalidade: I) analisar a evolução da expansão da pós-graduação *stricto sensu* nas universidades estaduais brasileiras durante a vigência do PNE (2014-2024); II) analisar a distribuição regional dos programas de pós-graduação nas UEs, destacando seu papel na interiorização da pós-graduação *stricto sensu*; III) avaliar a contribuição das UEs quanto aos indicadores previstos na meta 14 do PNE (2014-2024).

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter documental, que realizará levantamento e análise de dados estatísticos que serão obtidos junto aos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros bancos de dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos bancos de dados do GeoCapes e do Coleta Capes.

REALIZAÇÃO

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 29 set. 2024.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **Universidade Estadual de Goiás: histórico realidade e desafios**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **O PNE e as Universidades Estaduais Brasileiras: assimetrias institucionais, expansão e financiamento**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva; AMARAL, Nelson Cardoso. Universidades estaduais brasileiras: financiamento, desigualdades regionais e o PNE (2014-2024). **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 240-259, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v45i2.62163>.

SANTOS, Luiza Rodrigues dos; CARVALHO, Renata Ramos da Silva. As Universidades Estaduais Brasileiras em Tempos de Crise: desafios de expansão e financiamento no contexto do PNE (2014-2024). **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 13, n. 12, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/2236-5907127712>.

### REALIZAÇÃO

# **GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE INHUMAS/ GO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Mestranda: Eliane Polo de Oliveira Sousa Ferreira

Orientadora: Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

Agência de Fomento: CNPq

## **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

A pesquisa tem como tema a **gestão democrática no contexto das escolas públicas municipais de Inhumas/GO**, tomando como referência os princípios legais e políticos que orientam a educação brasileira e, em especial, o Plano Municipal de Educação (2015-2025). Partindo da hipótese de que a gestão democrática é um princípio constitucional que pressupõe a participação efetiva da maioria dos sujeitos e suas representações no processo educativo, busca-se compreender em que medida ela tem se concretizado nas escolas públicas municipais, considerando as condições de trabalho dos profissionais da educação, a organização pedagógica da escola, a atuação dos conselhos e demais mecanismos de participação. O estudo ancora-se em uma análise crítica das políticas educacionais locais, evidenciando avanços, limites e contradições, com o propósito de investigar se a gestão escolar implementada tem contribuído, de fato, para a consolidação de uma prática democrática no espaço escolar.

## **JUSTIFICATIVA**

A escolha deste tema justifica-se pela relevância da gestão democrática como princípio constitucional e como diretriz fundamental das políticas educacionais brasileiras. Embora prevista em documentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996, o Plano Nacional

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

de Educação (2014-2024) e o Plano Municipal de Educação de Inhumas (2015-2025), ainda é preciso verificar a sua efetivação no cotidiano escolar, evidenciando limites e desafios. A valorização dos profissionais da educação, as condições objetivas de trabalho, a organização pedagógica e o apoio das gestões governamentais locais no período de vigência do Plano Municipal de Educação (2015-2025) constituem fatores relevantes para que a gestão democrática se torne realidade.

Nesse contexto, compreender como as políticas municipais de educação vêm sendo implementadas no município de Inhumas/GO torna-se fundamental para revelar avanços e lacunas. Nesse sentido, esse estudo busca contribuir para o fortalecimento da gestão escolar democrática, enquanto um princípio estabelecido nos normativos e legislações, como também para o aprimoramento das políticas educacionais em âmbito municipal. Assim, essa pesquisa se mostra relevante, tanto em âmbito educacional quanto acadêmico, social e das políticas, pois visa o debate sobre a real materialização da gestão escolar democrática, buscando elementos que contribuam com práticas democráticas e participativas no município.

## **PROBLEMA**

A democracia e a gestão democrática, princípios estruturantes para a sociedade brasileira observado nas legislações, procura promover a participação ativa dos envolvidos no processo educacional, alunos, pais, professores, demais profissionais que fazem parte da escola e comunidade local. Porém, sua efetivação depende das condições objetivas de trabalho da valorização dos profissionais da educação e das gestões governamentais locais no período de vigência do PME (2015-2025). Esse período foi marcado por diferentes administrações, que exerceram, e ainda exercem, influência direta nas políticas educacionais locais. O processo de construção do PME (2015-2025) ocorreu durante o mandato do prefeito Dioji Ikeda (2013-2016), sendo aprovado e instituído nesse período. Na sequência, a condução do município passou a ser de Abelardo

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Vaz Filho (2017-2020), seguida de João Antônio Ferreira (2021-2024) e agora, recentemente, de José Essado Neto (2025-2028).

Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: De que modo as políticas educacionais, implementadas pelos prefeitos municipais no período da vigência do Plano Municipal de Educação (2015-2025), têm assegurado (ou não) condições adequadas de trabalho dos profissionais da educação, da organização e gestão da escola, para a efetivação da gestão democrática no município de Inhumas?

### **OBJETIVO GERAL**

Investigar, a partir desse estudo, as concepções e práticas de gestão democrática de escolas públicas da rede municipal de ensino de Inhumas/GO, analisando criticamente a gestão prevista no Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025) e a gestão de fato implementada, com ênfase nas condições de trabalho dos profissionais da educação, na organização pedagógica e no contexto das influências das políticas governamentais locais.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Evidenciar as intencionalidades, os avanços e as lacunas, considerando as inter-relações entre Estado, democracia, planejamento educacional no contexto das influências do capitalismo, do neoliberalismo e das ideias conservadoras
- b) Analisar os princípios do Estado Democrático de Direito da gestão democrática do ensino público, à luz das legislações nacionais e dos marcos legais do município de Inhumas/GO.
- c) Analisar se as estruturas físicas, os conselhos escolares e os processos de reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e demais mecanismos

#### REALIZAÇÃO

de participação foram efetivamente assegurados pelo município de Inhumas/GO, em consonância com o Plano Municipal de Educação (2015-2025) em 30% das instituições escolares municipais públicas, visando compreender em que medida esses elementos têm contribuído para a consolidação da gestão democrática.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa qualitativa que, segundo Chizzotti (2000), compreende a relação dinâmica entre sujeito e objeto, considera que o objeto não é neutro e deve ser estudado no contexto em que se insere. Dessa forma, a investigação busca ir além da simples descrição dos fatos, privilegiando a compreensão, a percepção e as significações atribuídas pelos sujeitos, de modo a realizar uma análise crítica da realidade educacional, reconhecendo sua historicidade, complexidade e contradições. Nesta pesquisa de análise crítica procuraremos articular as contribuições de Bourdieu na busca para compreender como os diferentes tipos de capital influenciam as relações no espaço escolar, especialmente o político, interferindo na efetivação da gestão escolar democrática.

A pesquisa se organizará em três etapas: levantamento bibliográfico da literatura, levantamento documental como: CF de 1988, LDBEN (Lei nº 9.394/1996), PNE (2014-2024), PEE-GO (2015-2025) e PME de Inhumas/GO (2015–2025), documentos da Rede Municipal, dentre Atas, Diretrizes, Orientações, Ofícios, Regulamentos, e, por fim, aplicação de questionários e entrevistas com os profissionais da educação e pais dos estudantes (por adesão ao convite), visando apreender como as relações de poder, de condições para implementação de políticas locais incidem sobre as condições de trabalho e de infraestrutura e interferem na efetivação da gestão escolar democrática.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A gestão democrática da educação foi instituída como princípio pela Constituição Federal de 1988, representando um marco histórico na democratização do ensino

### REALIZAÇÃO

público no Brasil. Ao prever, no artigo 206, inciso VI, que a educação deve ser ministrada sob a forma da gestão democrática, a Carta Magna forneceu a base legal para a criação de instrumentos que favoreçam a participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão. Esse princípio foi posteriormente detalhado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), especialmente em seu artigo 14, que explicita mecanismos como os conselhos escolares e a participação de professores, pais, alunos e comunidade no planejamento pedagógico e administrativo. Políticas educacionais posteriores, como o Plano Nacional de Educação (2014-024) e o Plano Municipal de Educação de Inhumas (2015-025), reforçaram esse princípio ao estabelecer metas e estratégias para o fortalecimento da participação coletiva no espaço escolar.

Na busca por compreender o conceito de participação que permeia a gestão democrática, o autor Bobbio (2022) expressa esse conceito de duas maneiras: representativa e participativa. A primeira fica restrita apenas à escolha de representantes para tomar decisões, enquanto a segunda amplia-se para além do ato de votar, garantindo a participação de todos os cidadãos, sem nenhum tipo de restrição, nas tomadas de decisão. Em âmbito escolar, a democracia participativa, esclarecida por Bobbio (2022), assegura que todos os envolvidos no processo educativo tenham voz ativa nas decisões, na elaboração de documentos e participação em conselhos escolares. Assim, esse paradigma busca a superação de práticas autoritárias e centralizadas, na defesa de uma escola vista como um espaço de diálogo.

Autores como Paro (2012; 2016a) e Libâneo (2012), Luck (2013; 2015; 2011) vão ao encontro de Bobbio (2022) e esclarecem que a gestão escolar democrática deve ser um espaço de participação efetiva e não somente um ato de votar. Dessa maneira, esses autores contribuem e reafirmam o estabelecido nas legislações e normativas na busca de romper com estruturas autoritárias. Portanto, ao revisitar os documentos e a literatura, compreendemos que a gestão democrática participativa é tanto uma

REALIZAÇÃO

exigência normativa como também um meio de garantir a participação dos sujeitos em âmbito escolar.

## **ESTÁGIO ATUAL DA PESQUISA**

A pesquisa explicitada ainda se encontra em fase inicial, com o início dos estudos do referencial teórico, e com a busca de documentos no *site* da prefeitura de Inhumas/GO. Nesse processo, realizamos, no *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o levantamento bibliográfico sobre a literatura já produzida. Foram encontrados, a partir dos descritores “Gestão escolar and Escolas municipais”, 356 arquivos, sendo 66 teses e 290 dissertações. Após revisão minuciosa dos títulos e resumos, selecionamos 8 dissertações. Em continuidade ao levantamento, realizamos uma nova busca, a partir do descritor “Gestão escolar and Escolas municipais and Goiás”, que resultou em 18 trabalhos, sendo 6 teses e 12 dissertações. Após a análise criteriosa dos títulos e resumos, selecionamos apenas duas dissertações. Por fim, realizamos outra busca, utilizando o descritor “Gestão escolar and Escolas municipais and Inhumas”, porém não obtivemos nenhum resultado. Assim, a partir dessa revisão de literatura, observamos que ainda são escassas as pesquisas sobre essa temática em escolas municipais.

Continuando no desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas algumas leituras que abordam a temática, como: Laval e Vergne (2023), Brown (2019), Chaui (1980), Osório (2019), Dardot e Laval (2016). Em paralelo com as leituras, realizamos a busca por documentos no *site* da prefeitura municipal de Inhumas, no qual encontramos quatro relatórios de avaliação do PME (2015-2025), referentes aos anos de 2020, 2022, 2023 e 2024. Nessas avaliações, as estratégias são classificadas em três categorias: estratégia realizada/não iniciada/em andamento. Para tais categorias, o relatório de avaliação revela que as estratégias encontram-se todas com a resposta “Sim”. Ao realizarmos a leitura dos relatórios desses planos, observamos que, no relatório de avaliação do ano de 2020, o município de Inhumas ancora-se no Decreto nº 294, de 15 de outubro

### REALIZAÇÃO

de 2013, que regulamenta a eleição de diretores da rede municipal, conforme o plano PNE, efetivando a gestão democrática. No entanto, ao procurarmos esse decreto no *site* da prefeitura, não encontramos nenhum resultado.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/591211>. Acesso em: 12 set. 2025.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/572694>. Acesso em: 12 set. 2025.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 12 set. 2025.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4. Ed. São Paulo: Cortez. 2000.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- GOIÁS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano municipal de educação de Inhumas**. Inhumas: Câmara Municipal, 2015. Disponível em: <https://inhumas.go.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/PME-ORIGINAL.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.
- LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. Uma cultura comum para a democracia, In: Educação Democrática – a revolução escolar iminente. Petrópolis: Vozes, 2023.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- OSÓRIO, Jaime. O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016a.
- PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

### REALIZAÇÃO

## **EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DURANTE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): AVANÇO NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO OU EXPANSÃO PARA O MERCADO?**

Mestranda: Jéssica Cristina Mendes de Godoi Ferreira

Orientadora: Renata Ramos da Silva Carvalho

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

O crescimento da educação a distância (EaD) na educação superior brasileira apresenta um cenário de expansão nas últimas décadas. Este avanço é evidenciado pelos dados do Censo da Educação Superior que mostram um salto de 727.738 ingressantes em cursos de graduação, em 2014, para 3.347.573, em 2024, representando quase 60% do total de matrículas na educação superior.

O crescimento da EaD está relacionado às políticas públicas que buscaram ampliar o acesso à educação superior sob a promessa de inclusão e interiorização da oferta desse nível educacional. Tal movimento dialoga com a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que estabelece a elevação das taxas de matrícula na educação superior, e com a estratégia 12.2, voltada à expansão e interiorização da rede federal e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), levando em conta a densidade populacional e as desigualdades regionais.

Assim, faz-se oportuno questionar em que medida a democratização do acesso à educação superior tem sido efetivamente garantida pelas políticas públicas brasileiras. Isso porque, como destacam Dourado, Moraes e Siqueira (2024), a verdadeira democratização não se limita à abertura de vagas, mas implica garantir condições que favoreçam a permanência e a conclusão dos cursos de forma equitativa, aliada a uma qualidade da formação e de aceitação dos graduados no mercado de trabalho.

### REALIZAÇÃO

No entanto, a trajetória de expansão dos últimos dez anos da educação superior a distância revela contradições, uma vez que a abertura de capital de grandes grupos educacionais e sua inserção no mercado de ações impulsionaram um crescimento acelerado acompanhado pela diversificação institucional e pelo predomínio das instituições privadas. No campo das regulamentações, a lógica de garantia de diretrizes e parâmetros de qualidade para a sua oferta, preconizada no período inicial de sua regulamentação pelo artigo 80 da Lei nº 9.394/1996 e pelos Decretos nº 5.622/2005 e nº 6.303/2007, foi substituída, sobretudo a partir de 2016, via Decreto nº 9.057/2017, pela naturalização da flexibilização normativa e pela intensificação da mercantilização da oferta, em um cenário cuja lógica de mercado tende a se sobrepor ao compromisso com a qualidade social da educação (Dourado; Moraes; Siqueira, 2024).

Logo, justifica-se a necessidade de discutir o caráter democrático do acesso com qualidade socialmente referenciada dessa política pública adotada pelo governo no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), proposto pela meta 12. Isto é, se esta expansão identificada em cumprimento ao proposto pela meta 12 do Plano tiver cumprido o seu papel de garantia ao direito à educação de qualidade, sobretudo quanto à democratização do acesso aliada à garantia da qualidade socialmente referenciada, configura-se uma expansão mercadológica desse nível educacional.

Este estudo, em fase inicial de desenvolvimento, possui como objetivo realizar uma discussão mais minuciosa e pormenorizada sobre as características da expansão da educação a distância na educação superior na vigência do PNE (2014-2024), no que diz respeito a categoria administrativa, localidade, tipo de IES e cursos; como também realizar levantamento e análise das alterações normativas vivenciadas nesse período no que diz respeito à oferta desse nível educacional por meio da EaD, a fim de observar se essa regulamentação esteve mais alinhada e indutora de uma oferta dessa modalidade, resguardando padrões de qualidade, ou se essa legislação favorecia uma oferta educacional com mais flexibilidade e sem observar requisitos necessários à sua oferta com qualidade.

REALIZAÇÃO

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é de abordagem qualitativa, de caráter documental e de tipo descritiva. Os dados serão coletados, especialmente, no Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sistematizados e analisados, considerando a premissa de apresentar as principais características da expansão da educação a distância em cursos de graduação durante a vigência do PNE (2014-2024) a partir dos dados contidos nesse banco.

A educação a distância é tratada pelo governo como uma estratégia de expansão e democratização da educação superior. Como são vários os conceitos de educação a distância, os autores apresentam pontos em comum que culminam com a definição apresentada por Lima *et al.* (2025), que destaca que a EaD é uma modalidade educacional que promove a democratização do conhecimento e a inclusão social por meio de um aprendizado flexível, aberto, autônomo e significativo, valendo-se do uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

No Brasil, a EaD teve o seu marco regulatório com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, seguida de uma trajetória de expansão, regulamentação e regulação. A sua expansão foi consolidada, principalmente, após publicação do Decreto nº 5.622/2005, no qual foi regulamentada a modalidade e fortalecida a abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro desde então, e do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que instituiu o sistema universidade aberta do Brasil (UAB) (Echalar; Pereira; Oliveira, 2020).

O PNE (2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, constitui-se como instrumento legal e normativo para as políticas e ações do Estado com compromissos colaborativos pelo avanço da educação brasileira em todos os níveis e modalidades da educação, durante o seu período de vigência (Brasil, 2014), cuja validade foi prorrogada por meio da Lei nº 14.934/2024, estendendo seus efeitos até 31 de dezembro de 2025.

Em seu escopo, o PNE estabeleceu 20 metas e 254 estratégias que abrangem todos os níveis da educação, sendo que, para a meta 12, tomada como discussão central desta proposta de estudo, foram aprovadas 21 estratégias voltadas à expansão, incluindo

REALIZAÇÃO

a criação de vagas na rede pública federal com interiorização, políticas de assistência e mobilidade estudantil, programas de financiamento para estudantes da rede privada e a reestruturação de IES estaduais e municipais. Esta meta tem como premissa elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, garantindo a qualidade da oferta e destinando, pelo menos, 40% das novas matrículas ao segmento público (Brasil, 2014).

A educação a distância se apresenta, assim, como uma estratégia de política pública voltada à democratização da educação superior ao possibilitar a superação de barreiras geográficas, econômicas e sociais. No entanto, compreender a EaD apenas sob a ótica do acesso é insuficiente, visto ser necessário articulá-la a referenciais teóricos que problematizam o papel social da educação em cenários marcados por desigualdades como do nosso país.

Partindo do pressuposto da educação como um direito social, Dourado (2020) destaca que a educação superior não deve ser reduzida a mercadoria ou a mera estratégia de expansão numérica de vagas, mas compreendida como parte de uma política pública que assegure acesso, permanência e qualidade socialmente referenciada.

Ao se analisar a meta 12 e as 21 estratégias aprovadas no PNE (2014-2024), vê-se que elas trazem propostas desafiadoras, sobretudo no tocante às taxas bruta e líquida de matrículas, assim como à expansão das matrículas no segmento público. Contudo, de acordo com os dados contidos na Tabela 1, apresentada por Carvalho (2024), a evolução do número de matrículas presenciais e a distância revela contradições em relação às metas estabelecidas pelo PNE (2014-2024).

REALIZAÇÃO

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
 Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
 De 15 a 17 de outubro de 2025

**Tabela 1** – Evolução do número de matrículas presenciais e matrículas EaD na educação superior, por categoria administrativa, no Brasil – 2014 a 2022

Ano	Matrículas presenciais	Matrículas EaD	% presenciais	Presenciais públicas	EaD públicas	% públicas presenciais	Privadas presenciais	Privadas EaD	% privadas presenciais
2014	6.486.171	1.341.842	82,9	1.821.629	139.373	92,9	4.664.542	1.202.469	79,5
2015	6.633.545	1.393.752	82,6	1.823.752	128.393	93,4	4.809.793	1.265.359	79,2
2016	6.554.283	1.494.418	81,4	1.867.477	122.601	93,8	4.686.806	1.371.817	77,4
2017	6.529.681	1.756.982	78,8	1.879.784	165.572	91,9	4.649.897	1.591.410	74,5
2018	6.394.244	2.056.511	75,7	1.904.554	172.927	91,7	4.489.690	1.883.584	70,4
2019	6.153.560	2.450.264	71,5	1.922.489	157.657	92,4	4.231.071	2.292.607	64,9
2020	5.574.551	3.105.803	64,2	1.798.980	157.372	92,0	3.775.571	2.948.431	56,2
2021	5.270.184	3.716.936	58,6	1.906.440	172.466	91,7	3.363.744	3.544.470	48,7
2022	5.112.663	4.331.453	54,1	1.894.260	182.493	91,2	3.218.403	4.148.960	43,7
Variação	-21,2%	222,8%	-	4,0%	30,9%	-	-31,0%	245,0%	-

Fonte: Carvalho (2024) com base em Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior. Brasília: Inep 2014 a 2022.

A evolução das matrículas na educação superior no Brasil entre 2014 e 2022 sinaliza um cenário contraditório e de limitado crescimento, considerando que essa evolução foi de 20,6%, uma vez que elas passaram de 7.828.013 para 9.444.116. Desse modo, apresentou um tímido crescimento, considerando que, para atingir a meta de 50% da taxa bruta no ano de 2024, necessitaria de um crescimento de 49%, isto é, 11.699.810 estudantes matriculados nesse nível educacional em 2024.

Fatores como a forte descontinuidade de políticas, programas e ações desde 2016, somados à aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que restringiu os recursos destinados às despesas primárias até 2036, impactam diretamente os resultados previstos pelos planejamentos educacionais. Ao analisar as taxas de matrícula, é importante considerar não apenas o número absoluto de matrículas, mas também a proporção de vagas efetivamente ocupadas, observando o panorama de vagas ociosas. Rosa e Santos (2021) destacam que, em contextos de crise econômica e desemprego, muitas

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

vagas permanecem não preenchidas devido à elevada oferta e à dificuldade de estudantes em arcar com custos acadêmicos e despesas básicas, agravada pela redução de programas como Prouni e Fies.

A análise por categoria administrativa das matrículas revela um movimento contrário ao previsto pela meta 12 do PNE (2014-2024), já que cerca de 75% dos estudantes concentram-se em IES privadas. Nesse contexto, Dourado, Moraes e Siqueira (2024) destacam que os programas Fies e ProUni exerceram papel central no processo de privatização da educação superior, mesmo diante das políticas voltadas à expansão da oferta pública federal, com realce para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da redução do número de vagas ofertadas e do número de contratos firmados durante o período de 2016 a 2022. Embora essas iniciativas tenham sido justificadas pela promoção do acesso de estudantes de baixa renda e grupos historicamente excluídos, a transferência de recursos públicos para o financiamento de vagas em instituições privadas contribuiu para tornar o setor privado mais atrativo economicamente.

Outro ponto que merece atenção é a intensificação da oferta de vagas de graduação totalmente a distância. Há uma expressiva expansão na modalidade, uma vez que a evolução das matrículas em EaD representa um crescimento de 222,8%, ao passo que, no mesmo período, a evolução das matrículas presenciais encontra-se em desaceleração de -21,2%. Na EaD, também há disparidade entre matrículas no público *versus* privado, pois, enquanto há um expressivo crescimento nas IES privadas, de 245%, no mesmo período, o quantitativo de matrículas em IES públicas apresenta um crescimento de 30,9%.

Com base nos dados divulgados pelo Censo da Educação Superior de 2024, verifica-se que a tendência de crescimento das matrículas na EaD se manteve nos anos de 2023 e 2024. Enquanto no acumulado de 2022 a 2024 a modalidade registrou expansão de 19,82%, as matrículas presenciais apresentaram retração no mesmo período, com queda de 1,47% em 2024 em relação a 2022.

REALIZAÇÃO

Diante do cenário da expansão da EaD de forma acelerada no Brasil, sendo nesta conjuntura a principal promotora da expansão da educação superior – meta 12 do PNE (2014-2024) – e em consonância com esta realidade mediante as inquietações sobre as peculiaridades quanto à qualidade do que está sendo ofertado, vê-se uma necessidade de essa expansão ser objeto de uma análise mais pormenorizada dos dados a serem coletados e sistematizados por esta pesquisa. Assim, a análise documental da legislação regulamentadora dessa modalidade possibilitará traçar um perfil com as características dessa expansão durante a vigência do PNE (2014-2024) de modo mais detalhado.

Nesse contexto, coloca-se como problema central desta pesquisa compreender se a expansão da educação a distância no Brasil, observada durante a vigência do PNE (2014–2024), configura-se efetivamente como um mecanismo de democratização do acesso à educação superior ou se se trata de um processo orientado pela lógica mercadológica, diante da predominância das instituições privadas na oferta de vagas, da flexibilização normativa que favorece a expansão desregulada e da contradição entre a ampliação quantitativa e as condições necessárias para assegurar permanência, qualidade formativa e equidade social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.
- CARVALHO, Renata Ramos da Silva. A expansão da educação superior no Brasil na vigência do PNE (2014-2024): desafios não superados da meta 12 e perspectivas para o próximo decênio. **Revista Cocar**, Belém, n. 27, 2024.
- DOURADO, L. F. Entrevista. Educação de qualidade (entrevistado por Rafael Bastos Costa de Oliveira). **Em aberto**, Brasília, DF, v. 33, n. 109, p. 181-189, 2020.  
DOI: <https://doi.org/10.24109/emaberto.v34i109.4524>.
- DOURADO, L. F.; MORAES, K. N.; SIQUEIRA, R. M. Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e286167, 2024.
- ECHALAR, J. D.; PEREIRA, D. C. B.; OLIVEIRA, J. F. Plano Nacional de Educação (2014-2024) – o uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 109, 2020.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802143>

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira *et al.* **Referencial de qualidade socialmente referenciada para cursos superiores a distância.** Goiânia: Cegraf UFG, 2025.

ROSA, Chaiane de Medeiros; SANTOS, Fabiano Fortunato Teixeira dos. Vagas ociosas na educação superior brasileira: limites e contradições das políticas de expansão e democratização do acesso. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 23, n. 2, p. 503-521, maio/ago. 2021.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO**

Mestranda: Joyce Mesquita Quirino

Orientadora: Carla Conti de Freitas

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

### **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH-2018) estabelece que a educação em direitos humanos deve abranger questões relacionadas à escola, aos procedimentos pedagógicos, à formação cidadã ativa e à valorização da diversidade. Ressalta também a importância da universalização da educação básica com qualidade e equidade, além do papel estratégico da mídia como recurso pedagógico emancipador.

Assim, o direito a uma educação crítica e emancipadora tem ganhado destaque nas discussões educacionais contemporâneas, conforme previsto no próprio Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). No entanto, apesar da retórica presente nos marcos normativos nacionais sobre a promoção de uma educação voltada para a cidadania, a inclusão e a justiça social, esse direito pode ainda não estar sendo efetivado plenamente na educação básica das redes públicas de ensino, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e estruturais.

À luz de tais transformações, a promulgação da Lei nº 14.945/2024, que redefine o ensino médio, explicita a persistência de tensões entre a promessa de uma educação emancipadora e a reprodução de contradições históricas no campo educacional. Embora anuncie avanços ao buscar equilibrar a formação geral e a técnica, o texto legal mantém dilemas estruturais que opõem a perspectiva de uma formação cidadã à lógica de preparação para o mercado de trabalho. A concretização de suas diretrizes,

#### REALIZAÇÃO

entretanto, dependerá da capacidade dos sistemas de ensino em garantir condições efetivas de implementação, especialmente no que se refere à infraestrutura, à formação docente e à superação das desigualdades regionais.

Diante desse cenário, a formação docente se coloca como elemento central para a efetivação do que preconiza o PNE no ensino médio, uma vez que são os professores que traduzem, no cotidiano escolar, as diretrizes legais em práticas pedagógicas concretas. Investir em processos formativos contínuos, críticos e contextualizados significa garantir condições para que os educadores promovam uma educação voltada à cidadania, à inclusão e à justiça social, e ainda fortalecer a capacidade das escolas de enfrentar as tensões impostas pela padronização curricular e pelas demandas do mercado. Assim, a valorização da formação docente torna-se condição indispensável para que a educação em direitos humanos deixe de ser apenas um ideal normativo e se consolide como prática emancipadora nas redes públicas de ensino.

## **JUSTIFICATIVA**

Esta pesquisa delimita-se à análise das tensões e desafios da formação docente em Educação em Direitos Humanos (EDH) no ensino médio, tendo como campo empírico o Colégio Estadual Quilombola de Palmeiras de Goiás. A investigação parte da compreensão de que a formação de professores constitui elemento estratégico para a consolidação da EDH, na medida em que os docentes são sujeitos mediadores entre os marcos normativos e a realidade concreta das práticas pedagógicas. Nesse sentido, o estudo articula documentos e políticas que orientam a educação brasileira como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2018), a Política Nacional de Educação Digital (Brasil, 2023), a Lei nº 14.945/2024, que redefine o ensino médio, e o Plano Nacional de Educação (PNE), problematizando seus impactos tanto na formação continuada de professores quanto na efetivação de práticas escolares em contextos quilombolas.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Ao reconhecer que a EDH não se reduz a um campo normativo, mas constitui um projeto ético-político de construção da cidadania, da justiça social e da valorização da diversidade, compreende-se que a formação docente é atravessada por disputas de sentidos. De um lado, encontram-se diretrizes que enfatizam o direito à educação de qualidade, inclusiva e emancipatória; de outro, avançam políticas que, em sintonia com a lógica neoliberal, priorizam a padronização curricular, a ênfase em competências técnicas e a adequação da escola às demandas do mercado de trabalho. Essa tensão revela que os documentos educacionais expressam interesses políticos, ideológicos e econômicos historicamente situados, produzindo efeitos concretos sobre as condições de trabalho docente e sobre a possibilidade de consolidar práticas pedagógicas críticas.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível analisar a contradição entre a promessa de inclusão materializada em discursos sobre acessibilidade, conectividade digital e inovação pedagógica e a permanência de desigualdades estruturais que limitam a autonomia do professor e a efetivação de uma educação em direitos humanos no cotidiano escolar. A formação docente, nesse contexto, é um espaço de disputa e resistência: ao mesmo tempo que sofre pressões de adaptação a modelos instrumentais e tecnicistas, pode também se constituir em *locus* de elaboração crítica e de fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a dignidade humana, a pluralidade cultural e a transformação social.

Assim, a análise crítica das políticas educacionais não se restringe a identificar seus limites, mas busca também compreender como essas normativas incidem sobre a formação docente em EDH, apontando os desafios e possibilidades de uma prática pedagógica que vá além da mera transmissão de conteúdos e se comprometa com a formação cidadã, o reconhecimento da diversidade e a construção de uma sociedade democrática.

REALIZAÇÃO

## **PROBLEMA**

Como os docentes do ensino médio atuam frente à Educação em/para Direitos Humanos, considerando as políticas educacionais nacionais e estaduais em relação à educação digital?

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar as tensões da formação docente do ensino médio em relação à educação digital, considerando o que preconiza o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Compreender como se estrutura a formação continuada dos professores do ensino médio em relação à educação digital.
- b) Investigar a articulação entre educação em/para os direitos humanos e educação digital no ensino médio nos documentos oficiais.
- c) Analisar as tensões estruturais que emergem entre o direito à acessibilidade e à conectividade digital e as pressões relacionadas à padronização curricular e às demandas de empregabilidade, bem como os impactos produzidos na prática pedagógica cotidiana em contextos escolares marcados pela vulnerabilidade social.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa adota abordagem qualitativa e interpretativa, visando analisar como docentes do ensino médio do Colégio Estadual Quilombola de Palmeiras de Goiás lidam com os desafios da Educação em/para Direitos Humanos na prática cotidiana, considerando as políticas educacionais nacionais e estaduais e as barreiras de acessibilidade

### REALIZAÇÃO

e conectividade digital. Parte-se do pressuposto de que fenômenos educacionais não se compreendem apenas por dados objetivos, mas demandam análise dos sentidos, valores e experiências dos sujeitos envolvidos.

O estudo ancora na perspectiva de que documentos normativos, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018) e a Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023), constituem construções históricas atravessadas por intencionalidades políticas, ideológicas e culturais, e serão utilizados como referência para contextualização e análise das práticas docentes.

Será realizada uma pesquisa de campo no Colégio Estadual Quilombola de Palmeiras de Goiás, selecionada por sua relevância social, cultural e política, permitindo compreender tensões entre normativas oficiais e práticas emancipatórias. Serão utilizados instrumentos como formulários semiestruturados e oficina *in loco*, visando captar a complexidade das práticas e discursos docentes.

A análise seguirá princípios da análise de conteúdo temática, triangulação de dados e análise crítica, permitindo identificar categorias emergentes que expressem tensões e desafios relatados pelos professores. Essa metodologia possibilita aprofundar a compreensão crítica das intersecções entre educação digital, direitos humanos e formação docente, valorizando a voz e a experiência dos sujeitos na base do sistema educacional.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação em/para Direitos Humanos constitui um fundamento ético, político e educativo imprescindível para a construção de sociedades democráticas, justas e inclusivas. No contexto educacional, esta deve promover não apenas a transmissão de conteúdos, mas também a formação crítica de sujeitos capazes de compreender e intervir nas estruturas sociais, econômicas e culturais que reproduzem desigualdades. Esse compromisso é reforçado pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2018), que propõe ações de inclusão digital, formação docente, estímulo a

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

competências midiáticas, atenção a grupos vulnerabilizados como comunidades quilombolas e universalização da conectividade escolar.

Nesse contexto, a cultura digital representa uma transformação estrutural da vida social, mediada por tecnologias de informação e comunicação (Castells, 1999). No campo educacional, essa mudança é ambivalente: embora possa ampliar a democratização do conhecimento, tende a reproduzir desigualdades sem políticas inclusivas e formação crítica. No ensino médio, torna-se estratégico integrar a Educação em Direitos Humanos à cultura digital, assegurando acesso equitativo e uso ético-crítico das tecnologias, evitando sua redução a mera competência técnica ou mercadológica.

Corroborando essa perspectiva, Candau (2012) defende uma didática ética, crítica e dialógica, em que o professor é agente formador de consciências, promovendo práticas pedagógicas comprometidas com o respeito às diferenças e à construção coletiva do saber. Fernandes e Candau (2022) aprofundam essa perspectiva, ressaltando que o reconhecimento das diferenças exige compromisso pedagógico com a superação das desigualdades estruturais. Sacavino (2022) aponta limitações das políticas públicas para efetivar a EDH, ressaltando que democratização implica articular o conhecimento escolar a direitos fundamentais e participação cidadã.

De tal modo, a formação docente ocupa papel estratégico nesse processo. Faveri (2019), em diálogo com Vieira Pinto (1993 *apud* Faveri), ressalta que a formação não se reduz à aquisição de conteúdos, mas se constitui como um processo contínuo e dialógico, resultado do encontro de consciências livres. Essa concepção aproxima-se da visão de Paulo Freire (1996), para quem a prática educativa deve ser problematizadora, despertando consciência crítica e formando sujeitos capazes de transformar sua realidade.

Portanto, a integração entre EDH e cultura digital exige compreender as desigualdades sociais, culturais e tecnológicas, incorporando uma abordagem crítica e emancipatória. O diálogo entre Castells, Candau, Fernandes, Sacavino, Faveri, Vieira Pinto e Freire reforça que a educação deve ser contínua, ética e voltada à transformação social, orientada pelo compromisso com cidadania, justiça social e liberdade,

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

princípios essenciais para efetivar uma educação democrática e inclusiva no ensino médio quilombola.

## DISCUSSÃO

A investigação, ainda em andamento, após alguns estudos já realizados dos marcos normativos nacionais, parte da compreensão de que os documentos educacionais não são neutros, mas expressam interesses políticos, econômicos e ideológicos historicamente situados. Nesse sentido, a análise crítica desses marcos normativos revela-se fundamental para problematizar os desafios que atravessam a formação docente e a efetivação da Educação em/para Direitos Humanos (EDH) no ensino médio. Considera-se, até o presente momento, que a democratização da cultura digital tende a ser mais efetiva quando vinculada a uma formação cidadã e crítica, evitando-se sua redução a demandas de empregabilidade e de adaptação ao mercado.

Neste panorama, a formação docente continuada emerge como um pilar estratégico e uma possibilidade concreta para cultivar práticas pedagógicas emancipatórias. Tais práticas devem ser capazes de reconhecer a diversidade e de enfrentar ativamente as desigualdades estruturais que persistem.

No caso das escolas quilombolas, supõe-se que a Educação em/para Direitos Humanos na cultura digital deva contemplar não apenas a inclusão tecnológica, mas também a valorização das identidades, saberes locais e formas próprias de resistência, aspectos que ampliam o sentido democrático da escola.

De modo prospectivo, entende-se que a Educação em Direitos Humanos, quando articulada à cultura digital, pode configurar-se como horizonte ético-político para a construção de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com a cidadania. O desafio a ser enfrentado, entretanto, consiste em superar perspectivas estritamente instrumentais da tecnologia, favorecendo a apropriação crítica das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e potencializando a escola como espaço de liberdade, participação e transformação social.

### REALIZAÇÃO

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.** Institui a Política Nacional de Educação Digital. Brasília, DF: [s. n.], 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/14533.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14533.htm). Acesso em: 5 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20232026/2024/lei/14945.htm#:~:text=L14945&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,31%20de%20julho%20de%202023](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2024/lei/14945.htm#:~:text=L14945&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,31%20de%20julho%20de%202023). Acesso em: 11 set. 2025.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.614, de 2024.** Dispõe sobre o novo Plano Nacional de Educação. Câmara dos Deputados. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2443432&filename=PL%202614/2024](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2443432&filename=PL%202614/2024). Acesso em: 5 jun. 2025.
- CANAU, Vera Maria. **A didática e a formação de educadores: da exaltação à negação: a busca da relevância.** In: A didática em questão. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FAVERI, José Ernesto. **Álvaro Vieira Pinto: contribuições à educação libertadora de Paulo Freire.** 2. ed. São Paulo: LiberArs, 2019.
- FERNANDES, Yrama Siqueira; CANAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, diferenças e educação: desafios para o cotidiano escolar. **Momento – Diálogos em Educação**, v. 31, n. 1, p. 40-56, jan./abr. 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- SACAVINO, Susana. **Os desafios da Educação em direitos humanos no fortalecimento da democracia.** RIDH, v. 10, n. 2, p. 85-107, jul./dez. 2022.

## REALIZAÇÃO

## **MODALIDADE EAD: LIMITES E POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA HUMANIZADORA**

Mestranda: Luciane Moreira Luz

Orientador: Cláudio Pires Viana

Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

A educação contemporânea vive o desafio de articular o avanço das tecnologias digitais e a expansão da Educação a Distância (EaD) com a necessidade de manter a centralidade na formação crítica, ética e humanizadora. Essa modalidade tem se consolidado como alternativa relevante para democratizar o acesso à educação superior, especialmente para estudantes trabalhadores e de regiões periféricas. No entanto, esse avanço também traz preocupações: a instrumentalização do conhecimento, a padronização de práticas formativas e a mercantilização da educação. Diante desse cenário, torna-se urgente pensar a EaD a partir de uma perspectiva que não ignore sua complexidade e que, acima de tudo, esteja comprometida com a formação humana em sentido pleno.

Este trabalho insere-se nesse campo de debate, trazendo reflexões originadas de uma pesquisa de mestrado em andamento, que busca compreender os limites e possibilidades da modalidade EaD para a formação numa perspectiva humanizadora. Trata-se de uma tentativa de superar a leitura meramente técnica ou mercadológica dessa forma de fazer educação, buscando compreendê-la como prática educativa situada, histórica e carregada de sentidos. Assim, o estudo parte da necessidade de compreender o sentido formativo da EaD para além da sua eficiência operacional, valorizando os processos humanos, culturais e sociais envolvidos na construção do saber.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

A presente pesquisa intitula-se **“Modalidade EaD: limites e possibilidades de educação numa perspectiva humanizadora”** e tem como **objetivo geral** compreender os limites e as possibilidades da Educação a Distância no que se refere à formação de sujeitos a partir de uma perspectiva humanizadora. Com base nesse objetivo central, a investigação será estruturada em três capítulos, cada um correspondente a um **objetivo específico**, que orienta e organiza o desenvolvimento teórico do estudo: **Capítulo 1 – “Educação humanizadora: investigar os conceitos e os fundamentos filosóficos e epistemológicos da educação em sua vertente crítica e humanizadora”**. **Capítulo 2 – “EaD: histórico e contexto: apresentar a trajetória histórica da Educação a Distância no Brasil, seus princípios políticos e pedagógicos, bem como o contexto em que está inserida atualmente”**. **Capítulo 3 – “EaD: limites e possibilidades para uma educação humanizadora: refletir sobre os principais desafios e potencialidades da EaD no processo de construção de uma educação comprometida com a formação integral do sujeito”**.

Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa, de cunho descritivo e exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica, inspirada nas contribuições de Deslandes (2012) e Minayo (2012), que compreendem a pesquisa como atividade crítica e criativa que articula teoria e prática, já que;

Um projeto de pesquisa constitui uma síntese de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se complementam: de abstração teórico conceitual e de conexão com a realidade empírica, de exaustividade e síntese, de inclusões e recortes, e, sobretudo, de rigor e criatividade. Um projeto é fruto do trabalho vivo do pesquisador [...] (Deslandes, 2012, p. 31).

Assim, a presente investigação busca pôr em questão discursos, conceitos, valores e práticas relacionados à EaD e à formação humana, interpretando-os à luz de fundamentos éticos, filosóficos e pedagógicos. O enfoque qualitativo permite apreender

REALIZAÇÃO

a complexidade dos significados atribuídos pelos sujeitos à experiência educativa mediada por tecnologias, considerando seus contextos socioculturais e históricos.

Nesta perspectiva, Minayo (2012) afirma que “a pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade [...]. Embora seja uma prática teórica, vincula pensamento e ação” (p. 16). Assim, a proposta metodológica aqui apresentada não se limita à coleta e análise técnica de dados, mas pretende ser um processo reflexivo, formativo e transformador. Os dados utilizados provêm de uma revisão crítica da literatura sobre EaD, educação humanizadora, políticas públicas educacionais e mediação tecnológica no processo formativo.

Do ponto de vista teórico, o trabalho ancora-se principalmente nas contribuições de Paulo Freire (1996; 2005), cuja crítica à educação bancária inspira uma concepção dialógica e emancipadora da formação humana. Para Freire, ensinar é um ato político, e a educação deve ser espaço de construção coletiva do saber, valorizando o sujeito como ser histórico, inacabado e em permanente transformação.

Também fundamentam esta reflexão autores como Theodor Adorno (1995), Dermeval Saviani (2008) e Ildeu Moreira Coêlho (2012), que compreendem a educação como prática social orientada por valores éticos e políticos voltados à liberdade, à autonomia e à justiça. Esses autores oferecem importantes subsídios teóricos para a compreensão da formação humana crítica, inclusive no contexto da Educação a Distância (EaD), à medida que seus fundamentos podem ser aplicados à análise da intencionalidade pedagógica que deve orientar essa modalidade.

No campo específico da EaD, destacam-se as contribuições de Pierre Lévy (1999) e Oreste Preti (2010). Lévy, ao discutir a cibercultura, introduz reflexões sobre os impactos das tecnologias digitais nos processos de construção do conhecimento, apontando para novas possibilidades de interação, aprendizagem e mediação no ambiente virtual. Já Preti analisa os fundamentos e as políticas que regulam a EaD no Brasil, problematizando aspectos como a expansão acelerada da modalidade, a qualidade da formação

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

oferecida e os desafios da mediação pedagógica em contextos não presenciais. Preti chama atenção dizendo que,

no contexto da crise estrutural do capitalismo, a conjuntura econômica, política e tecnológica tornou favorável a implementação da EaD. Ela passou a ocupar posição instrumental estratégica para satisfazer amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas, para contenção de gastos nas áreas de serviços educacionais e, no âmbito ideológico, para traduzir a crença de que o conhecimento está disponível a quem quiser. Se antes existiam muitas resistências e preconceitos quanto à Educação a Distância, parece que a atual conjuntura encontrou nesta modalidade uma alternativa economicamente viável, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contando com o apoio do avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação (2010, p. 25 e 26).

O estudo apresentado por Preti (2010) evidencia como a expansão da EaD está profundamente vinculada aos interesses estruturais do sistema capitalista, que instrumentaliza a educação para atender demandas econômicas e de mercado, muitas vezes em detrimento de uma formação crítica e integral. Ao transformar o conhecimento em mercadoria acessível “a quem quiser”, desloca-se a responsabilidade do Estado e das instituições para o indivíduo, mascarando as desigualdades de acesso, os limites estruturais e os desafios pedagógicos da modalidade. Diante disso, torna-se ainda mais urgente problematizar essa lógica e propor caminhos que resgatem o sentido emancipador da educação, reafirmando a centralidade da mediação docente, do diálogo e da construção coletiva do saber, mesmo em contextos mediados pelas tecnologias digitais.

Além da fundamentação teórica, esta pesquisa também se apoia em documentos legais que regulamentam a modalidade no país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 80, estabelece os princípios da EaD e legitima sua utilização como estratégia complementar e alternativa para a ampliação do acesso à educação. Outras normativas relevantes incluem o Decreto nº 5.622/2005,

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

que detalha as diretrizes operacionais para a oferta de cursos a distância, bem como as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), como a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que trata da formação de professores para a educação básica, e a Resolução CNE/CES nº 1/2016, que estabelece normas para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD.

Essas bases legais e teóricas sustentam a reflexão crítica a ser desenvolvida nesta pesquisa, permitindo a problematização dos limites e possibilidades da dimensão formativa da EaD em um contexto de profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas, mas sem perder de vista os princípios éticos e humanizadores que devem orientar toda prática educativa.

Coelho (2012), em abordagem poética e crítica, nos convida a pensar a formação a partir da inserção dos estudantes no mundo da cultura:

Iniciar os estudantes no mundo da cultura é convidá-los a caminhar; a fazer experiência da leitura, da escrita, do pensamento, da descoberta, da criação, da busca do saber, da formação intelectual ampla e rigorosa; procurar os meios para chegar a esse mundo e aí estabelecer morada, convivência interrogante, amorosa de amizade na e pela autonomia e liberdade. É formar os estudantes no convívio com as várias manifestações e expressões do engenho humano; com os conceitos, teorias, leis e técnicas, as formas do verdadeiro, do belo, do sublime, do que é bom e ético. É participar da iniciação dos alunos no saber, criando condições para que descubram os segredos, desvendem os mistérios do mundo físico e humano, sem esquecer que tudo isso, a começar pelo convite, só se efetiva pela forma da aula, da relação dos professores e alunos com as obras de cultura, pelo rigor e dimensão interrogante do ensinar e do aprender (p. 80).

A reflexão evidencia que a formação humana exige mais do que acesso a conteúdos ou ferramentas tecnológicas. Exige mediação intencional, compromisso ético, político para a construção coletiva e valorização das expressões humanas.

REALIZAÇÃO

Reconhecer os limites da EaD exige uma reflexão crítica de sua operacionalização, que muitas vezes revela profundas contradições em relação ao ideal de uma formação verdadeiramente emancipadora. A modalidade, em diversos contextos, tem sido marcada por desigualdades no acesso às tecnologias digitais, fragilidade nos vínculos pedagógicos entre professores e estudantes e uma tendência à padronização excessiva dos conteúdos e métodos. Além disso, observa-se a crescente influência do mercado sobre os currículos e práticas formativas, que frequentemente se apresentam aligeiradas, superficiais, desumanizadas e carentes de reflexão crítica. Nesse cenário, a educação é reduzida a um treinamento tecnicista, centrado apenas no fazer desprovido de mediação, de sentido ético e de compromisso com a formação integral do sujeito. Trata-se de uma lógica que transforma o processo educativo em produto, o estudante em consumidor e o professor em mero tutor de plataformas, enfraquecendo o potencial transformador da educação (Preti, 2010).

Neste sentido, Coêlho ainda afirma que “é fundamental reconhecer os limites da tecnologia, em termos de ensino, aprendizagem e formação” (2012, p. 72), enfatizando que o verdadeiro processo educativo vai muito além do simples cumprimento de currículos formais e da execução mecânica de disciplinas.

Cabe destacar que a pesquisa, mesmo em andamento, já aponta algumas considerações parciais decorrentes da revisão teórica. A análise evidencia que, quando orientada apenas pela lógica da eficiência e da ampliação do acesso, a EaD corre o risco de reduzir o processo educativo a mera prestação de serviço, desconsiderando a essência de seu trabalho, que deve ser de formar e emancipar. Por outro lado, quando fundamentada em princípios humanizadores, a modalidade revela potencialidades significativas: flexibilidade metodológica, democratização do acesso, valorização da autonomia dos estudantes e construção de comunidades virtuais de aprendizagem baseadas no diálogo e no respeito à diversidade. Conforme Preti (2010):

Devemos, pois, continuar sonhando e buscar realizar a utopia de uma sociedade mais justa, em que a educação, a formação e os

REALIZAÇÃO

conhecimentos sejam realmente um bem de todos, e não de minorias. A EaD tem essa potencialidade, facultando a milhões de excluídos realizar também seus sonhos e utopias (p. 33).

No entanto, o desejo mencionado só poderá se concretizar se a modalidade for pensada como espaço de construção coletiva do saber, e não como simples instrumento de acesso massificado e aligeirado. Esperançar com uma sociedade mais justa exige também lutar por práticas educativas que promovam dignidade, criticidade e pertencimento – inclusive no ambiente virtual.

Portanto, a discussão não deve ser centrada unicamente nos recursos tecnológicos ou no modelo administrativo da EaD, mas na intencionalidade pedagógica e no projeto de formação humana que a orienta. A modalidade deve ser compreendida como campo de disputa, onde se confrontam diferentes visões de educação, umas mais tecnicistas, mercantis e instrumentais; outras mais críticas, libertadoras e humanizadoras.

Como síntese provisória, pode-se afirmar que a EaD, em sua configuração atual, apresenta tanto riscos quanto possibilidades. A modalidade não deve ser rejeitada ou idealizada, mas compreendida criticamente em sua complexidade, reconhecendo que é parte de um processo histórico em curso. Ao articular as contribuições de pensadores como Freire, Coelho, Saviani e Adorno, esta pesquisa busca oferecer subsídios para uma reconfiguração da EaD como espaço de formação humana integral, comprometida com a liberdade, a justiça e a construção de uma sociedade mais democrática.

Assim, este trabalho propõe-se a provocar questionamentos, ampliar horizontes e contribuir para a construção de práticas educativas mais éticas, críticas e sensíveis às demandas do tempo presente. Acredita-se que somente a partir de uma EaD orientada por valores humanizadores será possível garantir não apenas o acesso à educação, mas também a formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente engajados.

REALIZAÇÃO

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da Escola? *In*: COÊLHO, Ildeu Moreira (org.). **Escritos sobre os sentidos da escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. Cap. 3, p. 59-86.
- DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. *In*: MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 31-60.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-29.
- PRETI, Oreste. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

## REALIZAÇÃO

## **EDUCAÇÃO BILÍNGUE E FORMAÇÃO HUMANA: PERSPECTIVAS LEGAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Mestrando: Maico Sousa Carvalho

Orientador: Wesley Luís Carvalhaes

Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

Esta pesquisa tem o objetivo de discutir como a educação bilíngue tem sido entendida e implementada no Brasil à luz das legislações educacionais e dos documentos oficiais que regulam essa proposta de ensino. A pesquisa se baseará em marcos legais, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) sobre a formação bilíngue. Busca-se compreender quais significados têm sido dados à educação oferecida por meio de dois idiomas, quais intenções educativas ela carrega nos diversos contextos e para quem ela tem sido proposta. Analisando essas diretrizes, a pesquisa busca evidenciar se o ensino bilíngue tem sido voltado para a formação integral do ser humano, integrando as dimensões cidadã, crítica e autônoma.

A justificativa da pesquisa fundamenta-se na expansão de instituições de currículo bilíngue, o que suscita questionamentos sobre a natureza e o propósito desse tipo de educação. Mais do que um produto de mercado, a abordagem bilíngue deveria exercer um instrumento social essencial ao amplificar as oportunidades de aprendizado e a formar integralmente os alunos, sem distinção de classe econômica e social. Diante disso, a pesquisa pretende ampliar a discussão acerca dos caminhos do bilinguismo no Brasil, levantando a questão se realmente tem cumprido o papel de formar cidadãos críticos e aptos a vivenciar experiências conscientemente em contextos múltiplos.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

A pesquisa delimita-se à análise do modelo de ensino bilíngue no Brasil, examinando de que maneira os documentos oficiais e institucionais articulam uma ideia de formação humana. O objetivo é compreender quais são os significados sociais, pedagógicos e legais conferidos a essa modalidade de ensino, além de identificar o público-alvo e os objetivos formativos que a acompanham.

Justifica-se a escolha desse recorte pela necessidade de se refletir sobre o crescimento da educação bilíngue no Brasil diante de um contexto marcado por desigualdades educacionais. Embora os documentos normativos nacionais indiquem a formação integral do indivíduo, a crescente presença de instituições bilíngues levanta questões sobre o que é mais relevante: o compromisso social ou os interesses mercadológicos. Sendo assim, a problemática da pesquisa concentra-se em investigar em que medida a realidade pedagógica do bilinguismo contribui para promover criticidade, autonomia e cidadania, em vez de se limitar a atender aos interesses de grupos específicos.

Diante desse contexto, a pesquisa tem como objetivo investigar, com base nos marcos legais e nos documentos educacionais, de que maneira a formação bilíngue tem sido compreendida, normatizada e implementada no Brasil e de que forma ela pode contribuir para a formação integral dos alunos. Esta reflexão busca enriquecer a discussão acerca da função social dessa modalidade de ensino e sua conformidade com os princípios de equidade, inclusão e justiça educacional.

A fundamentação teórica apoia-se em autores clássicos e contemporâneos sobre bilinguismo. Baker (2001) oferece fundamentos para a compreensão da complexidade do bilinguismo, ao diferenciar modalidades eletivas e circunstanciais, enfatizando a importância de levar em conta os contextos sociais nos quais a língua é utilizada. Nessa perspectiva, Genesee e Gándara (1999) reforçam o papel das escolas na criação de ambientes propícios à interação diversificada. Byram (1997), por sua vez, propõe a noção de competência intercultural comunicativa, que compreende a capacidade de empatia, de relativizar perspectivas e de intervir em contextos de choque cultural. Essa

REALIZAÇÃO

perspectiva direciona a investigação ao evidenciar que a aprendizagem de idiomas deve incluir aspectos culturais e críticos.

No contexto brasileiro, Megale (2018) evidencia que os documentos oficiais sobre educação bilíngue focam apenas no ensino da língua. Essa visão deixa de lado saberes pedagógicos e culturais importantes, mostrando a necessidade de compreender o bilinguismo de forma mais ampla. Além disso, segundo Castanharo (2020), não basta que o professor bilíngue apenas domine a língua, é imprescindível que ele tenha formação também em saberes pedagógicos, didáticos e sobre o desenvolvimento do aluno. A autora argumenta que essa perspectiva promove práticas mais críticas e contextualizadas nas escolas bilíngues, indo além da mera gramática e da formalidade do idioma.

O estágio atual da pesquisa situa-se na fase de levantamento bibliográfico e análise preliminar dos documentos. Observa-se que, embora a expansão das escolas bilíngues seja notória, ainda são escassos os estudos empíricos brasileiros que verifiquem em que medida tais instituições promovem a formação humana. Os textos examinados coincidem ao indicar que, em diversas ocasiões, a educação bilíngue no Brasil prioriza a fluência linguística e a preparação acadêmica, deixando em segundo plano a formação voltada para a cidadania crítica. Isso evidencia uma discrepância entre os referenciais teóricos, os quais sustentam a importância da dimensão cultural e crítica, e a realidade de diversas práticas escolares, que permanecem fortemente focadas no desempenho linguístico orientado por dinâmicas mercadológicas.

A pesquisa adota abordagem qualitativa e descritiva, apropriada para examinar de forma ampla as concepções de educação bilíngue no Brasil. Serão realizadas análises documentais de marcos legais, propostas curriculares e projetos pedagógicos institucionais. O método de investigação será a análise dialógica, que possibilitará compreender sentidos, tensões e contradições nos discursos presentes nesses documentos, iluminando seu alinhamento aos princípios de formação humana integral.

Ao se vincular à linha de pesquisa “Cultura, Escola e Formação”, a pesquisa pretende demonstrar que a educação bilíngue pode e deve ser mais do que a soma de

REALIZAÇÃO

habilidades linguísticas adquiridas em sala de aula. O potencial desse modelo educacional consiste em possibilitar aos estudantes uma formação cidadã e crítica mais consciente entre distintas culturas, habilitando a se expressar em outro idioma, bem como a compreender, valorizar e interagir com a diversidade cultural. Trata-se, portanto, de ressignificar o bilinguismo como um meio de acesso à cidadania, que ultrapassa limitações linguísticas e geográficas, permitindo ao indivíduo estabelecer contato com perspectivas plurais. Entretanto, é necessário, no contexto brasileiro caracterizado por instituições bilingues particulares, considerar o risco de esvaziar a perspectiva crítica da educação bilíngue, transformando-a em um produto de prestígio social, ao invés de considerá-la uma ferramenta de emancipação cultural. A análise dessa tensão é fundamental para este estudo, uma vez que a educação bilíngue somente exercerá sua função formativa se for capaz de transcender a lógica do mercado e assumir, de maneira intencional, seu papel de mediação cultural e ética.

Como síntese preliminar, o projeto defende que a educação bilíngue no Brasil se encontra em um momento crítico. A importância da formação humana implica que o ensino bilíngue deve transcender a mera repetição de estruturas gramaticais e a obtenção de certificações. Essa é a fronteira entre o bilinguismo enquanto mercadoria e a educação bilíngue enquanto esfera de cidadania. A pesquisa, portanto, visa promover uma aproximação entre a teoria e a prática, proporcionando evidências empíricas que direcionem as decisões pedagógicas das instituições de ensino e orientem as políticas educacionais. A expectativa é que os resultados contribuam para a consolidação da educação bilíngue como um espaço de formação cidadã, que promova respeito e diálogo intercultural, além de indicarem percursos para que o bilinguismo deixe de ser meramente um diferencial competitivo oferecido pelo mercado e se transforme, efetivamente, em uma ferramenta de transformação e formação social.

## REFERÊNCIAS

BAKER, Colin. **Foundations of Bilingual Education and Bilingualism**. Clevedon, Inglaterra: Multilingual Matters, 2001.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

BYRAM, Michael. **Teaching and Assessing Intercultural Communicative Competence**. Clevedon, Inglaterra: Multilingual Matters, 1997.

CASTANHARO, Mayara. **O cenário da formação de professores e os saberes necessários para atuação no ensino bilíngue português-inglês**. 2020. 78 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Ensino, Gestão e Inovação) – Universidade de Araraquara, Araraquara, 2020.

GENESEE, Fred; GÁNDARA, Patricia. Bilingual education programs: Across national perspective. **Journal of Social Issues**, v. 55, n. 4, p. 667-671, 1999.

MEGALE, Antonieta. Educação bilíngue de línguas de prestígio no Brasil: uma análise dos documentos oficiais. **The ESpecialist**, v. 39, n. 2, p. 1-17, 2018.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## **A POLÍTICA AFIRMATIVA DE COTAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

Mestranda: Maurilene de Souza Silva

Orientadora: Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto

Linha de pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

A política afirmativa de cotas no ensino superior brasileiro representa um marco histórico no enfrentamento às desigualdades sociais, raciais e étnicas que estruturam o país desde o período colonial. Ao longo de séculos, o acesso à educação formal foi restrito a grupos privilegiados, brancos, homens pertencentes às elites econômicas, enquanto a grande maioria da população permaneceu excluída dos espaços de produção e difusão do conhecimento. No contexto da pós-graduação *stricto sensu*, esse quadro se mostrou ainda mais evidente, uma vez que o acesso a mestrados e doutorados sempre esteve circunscrito a segmentos sociais específicos, reforçando a lógica de exclusão histórica. É nesse cenário que se insere a presente investigação, cujo foco é a análise da política de cotas na pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Estadual de Goiás (UEG), compreendida como um mecanismo de promoção dos Direitos Humanos e de reparação histórica.

Ao abordar a política de cotas como direito humano fundamental, este estudo ultrapassa o debate limitado às métricas quantitativas de acesso, propondo uma análise mais ampla, que considere as dimensões sociais, culturais e políticas das ações afirmativas. A questão central não se reduz à quantidade de cotistas que ingressaram nos programas de pós-graduação, mas se amplia para a reflexão sobre os impactos dessas presenças na construção de uma universidade plural, na produção de conhecimento diverso e na valorização de identidades historicamente silenciadas.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Um ponto pertinente dessa investigação a ser realizada busca apreender, de forma conceitual, as políticas públicas, entrelaçando a história dos movimentos sociais no cenário nacional, as contribuições e conquistas alcançadas pós-Constituição Federal de 1988 na promoção dos direitos humanos. Para tanto, pretende-se abordar a temática dos direitos humanos, direitos que **são considerados fundamentais, porque sem eles a pessoa não** pode usufruir plenamente da vida. A educação em direitos humanos no cenário mundial tem explicitamente como marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que proclama a importância de uma educação que promova o desenvolvimento humano e o respeito aos direitos humanos. Nesse documento está previsto que é de responsabilidade do Estado a promoção de uma educação básica que seja compatível com o respeito ao ser humano. A organização das Nações Unidas (ONU), organismo internacional, fora criado por meio do tratado da Carta das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, tendo por propósito

contribuir para desenvolver relações entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar medidas para fortalecer a paz universal. **Conseguir cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua, religião (Maia, p. 87, 2007).**

O Brasil faz parte de quase todas as convenções e tratados de direitos humanos celebrados pelas Nações Unidas. A convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial ratificado pelo Brasil em 1968 é um valioso documento e um dos primeiros a serem incorporados pelo Brasil, primeiro e único no período militar. Este instrumento é esclarecedor para compreensão das ações afirmativas, tidas como medidas especiais para assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais e étnicos no exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais (Maia, 2007, p. 94-95).

REALIZAÇÃO

Nesse sentido, tal pesquisa se fundamenta pelo desejo particular de pesquisadora e esta, por sua vez, é motivada por causas humanas, sociais, de políticas públicas e de direitos humanos, contendo temáticas importantes para a sociedade, principalmente para os grupos tidos como minoritários na conquista dos direitos sociais, que devem ser discutidas e problematizadas.

Desde o surgimento, a política afirmativa de cotas é muito criticada por grande parte da sociedade, particularmente por aqueles que detêm o poder: a classe hegemônica, branca, dominante, que se utiliza do argumento de que esse tipo de ação afirmativa só reforça o preconceito e a discriminação “desses grupos”. Por isso, a importância desse trabalho, diante de um contexto social excludente, é justa, por se tratar de uma pesquisa que pretende ser mais uma voz a se unir a tantas outras para combater o discurso hegemônico, meritocrata e segregador, além de evidenciar a importância das políticas afirmativas de cotas para a inserção, a garantia de permanência e, também, de êxito e formação adequada dos grupos subalternizados que, ao longo da história, foram esquecidos, diminuídos e silenciados.

O *lócus* de estudo da política de cotas se dará na educação superior, importante campo do conhecimento, e, segundo Noletto e Oliveira (2019), não é um campo isolado, mas o produto das lutas e posições de seus agentes internos e da interconexão com outros campos sociais, como o político, o econômico e o de poder. Em sua essência, a educação superior está submetida às relações de força e poder que se estabelecem tanto interna quanto externamente no espaço social, demonstrando que seus rumos e sua implementação resultam de esforços e disputas multissetoriais. Corrobora com esse pensamento Chauí (2003), ao salientar que a universidade, como instituição social, está intrinsecamente ligada à sociedade, refletindo em seu interior tensões, conflitos e contradições do corpo social. Reconhecida e legitimada coletivamente, especialmente no caso da universidade pública, cumpre uma função que ultrapassa a mera produção de conhecimento, afirmando-se como prática social dotada de relativa autonomia frente a outras instituições. Essa autonomia, sustentada por normas e valores próprios, não

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

elimina as disputas internas, mas revela a universidade como espaço de confronto entre diferentes projetos de sociedade, ao mesmo tempo diferenciada e profundamente conectada às dinâmicas sociais mais amplas.

O papel da pós-graduação *stricto sensu* nesse panorama se destaca como um dos fenômenos mais relevantes da história recente do ensino superior brasileiro, sendo fundamental para a consolidação da atividade de pesquisa e a profunda renovação da vida acadêmica. Historicamente, a pós-graduação fora dominada por um modelo voltado quase exclusivamente ao ensino até meados da década de 1960. O ponto de alteração desse modelo ocorreu com a Reforma Universitária de 1968, que atendeu às demandas da comunidade científica que clamava pela integração entre ensino e pesquisa e promoveu a institucionalização da pós-graduação, modernizando, assim, todo o sistema educacional superior. Nesse sentido, a educação superior no Brasil é um campo de forças moldado pela história e pela política, onde a institucionalização da pós-graduação *stricto sensu* representou o principal marco de modernização e consolidação da pesquisa (Neves; Martins, 2014).

Uma das justificativas que norteiam este trabalho foi a constatação da escassez de estudos referentes à política de cotas na pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Estadual de Goiás, uma vez que a UEG foi uma das universidades pioneiras a implementar essa ação afirmativa. A carência de referencial bibliográfico motiva de maneira substancial os alicerces dessa pesquisa, no sentido de contribuir com uma temática tão relevante e que tem sido promotora de direitos, qualificação, acesso, ocupação e permanência aos espaços de fala na sociedade, pelos grupos há tanto tempo emudecidos.

A UEG é uma instituição dedicada à produção do conhecimento e à formação humana. Conforme o artigo 27 de seu estatuto, homologado pelo Decreto nº 5.130, de 3 de novembro de 1999, sua missão é promover a pesquisa, o desenvolvimento e a disseminação do saber, visando à formação socioeconômica e cultural alinhada às necessidades regionais e à cidadania. Os programas de pós-graduação da UEG refletem esse compromisso institucional, demandando empenho contínuo da universidade

REALIZAÇÃO

e dos câmpus responsáveis por sua implantação, manutenção e aprimoramento. A pós-graduação *stricto sensu* compreende os cursos de **mestrado e doutorado**, tendo por objetivo a formação aprofundada de pesquisadores e docentes, sendo um espaço estratégico para a produção científica e o avanço do conhecimento.

Neste cenário, **a política de cotas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEG** representa um passo importante na **democratização do acesso** ao ensino superior em seu mais alto nível. A universidade adotou a política de cotas que contemplam alunos de escola pública, **negros, indígenas, pessoas com deficiência, quilombolas e também refugiados e portadores de visto humanitário**, conforme as Resoluções do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Goiás nº 34, de 3 de dezembro de 2015, e nº 1.239, de 23 de abril de 2025.

À luz dos **Direitos Humanos**, especialmente conforme previstos na **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)** e no **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)**, o direito à educação deve ser garantido **sem discriminação** e com o objetivo de **promover a igualdade de oportunidades**. Portanto, as cotas na pós-graduação no *stricto sensu* da UEG **materializam o princípio da igualdade**, promovendo o acesso à educação de grupos marginalizados e ampliando a pluralidade de vozes na produção de conhecimento. Em suma, a política de cotas na pós-graduação da UEG não apenas favorece o ingresso dos grupos historicamente excluídos, mas também fortalece o compromisso institucional com os valores fundamentais dos direitos humanos: **igualdade, justiça social, dignidade humana e inclusão**.

A centralidade do problema de pesquisa consiste em verificar a implementação da política de cotas na UEG e sua relação com acesso, permanência e conclusão dos estudos no *stricto sensu* das pessoas historicamente alijadas desse direito. Sendo assim, indaga-se: A política de cotas nos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Goiás tem cumprido a função de **reparação histórica e garantia de igualdade de oportunidades aos grupos historicamente discriminados?**

REALIZAÇÃO

No intuito de encontrar possibilidades para tal questionamento, busca-se analisar o contexto histórico e social da educação superior no Brasil, com ênfase no papel da Universidade Estadual de Goiás, no cenário público e regional. O trabalho também pretende **contextualizar** as políticas afirmativas no ensino superior com um direito humano, com destaque para a implementação do sistema de cotas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UEG, e investigar os impactos sociais da política de cotas na trajetória dos estudantes e na própria universidade.

Essa pesquisa, em andamento, tem se constituído a partir de uma análise crítica da realidade, numa perspectiva de perceber as contradições, os elementos contextuais, evidenciar as relações institucionais com a política afirmativa de cotas.

Como fundamentação teórica, tem-se requerido o pensamento de **Pierre Bourdieu**, cuja obra oferece instrumentos analíticos valiosos para compreender as desigualdades sociais que se manifestam no campo educacional. Bourdieu (2001) evidencia que os diferentes grupos sociais dispõem de acesso desigual ao **capital cultural**, entendido como o conjunto de valores, conhecimentos, formas de linguagem, títulos escolares e disposições adquiridos ao longo da trajetória de vida. Portanto, a investigação, ao se apoiar nesse referencial, fará análise se os estudantes cotistas chegam à pós-graduação *stricto sensu* com repertórios de capital cultural distinto em relação aos não cotistas; outro elemento importante de compreensão é verificar o que influencia suas condições de participação, desempenho e reconhecimento acadêmico. Além disso, a pós-graduação pode ser interpretada como um **campo acadêmico**, dotado de regras próprias, hierarquias e disputas de poder. Assim, a inserção dos cotistas nesse espaço não se reduz a um simples mecanismo de acesso formal, mas envolve também processos de **reconhecimento simbólico** e de **legitimação social**. A política de cotas, nesse cenário, pode ser concebida como um dispositivo de redistribuição das posições dentro do campo, ainda que constantemente atravessado por disputas de poder e resistência.

Por fim, para subsidiar a construção teórica que tem como foco investigativo a política de cotas na pós-graduação *stricto sensu* da UEG, propõe-se trazer à tona a

REALIZAÇÃO

Constituição Federal de 1988, a Lei de cotas nº 12.711/2012, que determina a obrigatoriedade à reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda nas instituições federais de ensino superior e técnico, e a Lei Estadual nº 14.832, de 12 de julho de 2004, que fixa cotas para o ingresso dos estudantes nas instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação Superior do Estado de Goiás.

Esta pesquisa se faz relevante, pois possibilita compreender em que medida a universidade, enquanto instituição social, tem avançado na consolidação de práticas inclusivas. Embora a graduação já conte com um sistema estruturado de cotas, ainda há lacunas quanto à sua efetivação na pós-graduação *stricto sensu*, o que torna a investigação fundamental para avaliar se a instituição está garantindo igualdade de oportunidades em todas as etapas da formação acadêmica. Além disso, tal pesquisa contribui para identificar limites, desafios e potencialidades da ação afirmativa nesse contexto, permitindo que a UEG fortaleça sua função social de democratização do saber, de reparação histórica e de promoção da diversidade no espaço científico e acadêmico.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU. P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: BOURDIEU. P. (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-69.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm). Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL.. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm) Acesso em: 20 set. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência apresentada na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. Publicado em **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 213-233, maio/ago. 2003.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

ESTADO DE GOIÁS. **Lei nº 14.832, de 12 de julho de 2004.** Fixa cotas para o ingresso dos estudantes que menciona nas instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual Superior e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2004. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/80767/lei-14832](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/80767/lei-14832). Acesso em: 29 out. 2004.

GALLARDO, Hélio. **Direitos humanos como movimento social:** para uma compreensão popular das lutas por direitos humanos. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito, 2019.

JUNIOR, Ronaldo Rosa dos Santos. **Política de cotas para ingresso na educação superior pública:** 10 anos na Universidade Estadual de Goiás (2005-2015). 2016. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

MAIA, Luciano Mariz. **Educação em direitos humanos e tratados internacionais de direitos humanos.** In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 85-101.

NEVES, Clarissa E. B.; MARTINS, Carlos B. **Ensino superior no Brasil:** uma visão abrangente. In: *Educação Superior e os Desafios no Novo Século: contextos e diálogos Brasil-Portugal*, 2014. p. 95-124.

NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Estado, educação superior e universidade no Brasil: processos de reconfiguração em tempos de reestruturação do capital.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE)*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 427-446, maio/ago. 2019.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – PNEDH. Ministério dos Direitos Humanos. 3ª reimpressão. Brasília, 2018.

SACAVINO, Susana. Direito humano à educação no Brasil: uma conquista para todos/as? In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (org.). **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 457-467.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Decreto nº 10.603, de 16 de dezembro de 2024. Estatuto da Universidade Estadual de Goiás (UEG).** Aprova o Estatuto da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/110149/decreto-10603](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/110149/decreto-10603). Acesso em: 19 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS nº 34, de 3 de dezembro de 2015, que institui o programa de acesso à Educação Superior para Refugiados no Brasil e na UEG. Disponível em: [file:///C:/Users/lenovo/Downloads/resolucao\\_csu\\_2015\\_34.pdf](file:///C:/Users/lenovo/Downloads/resolucao_csu_2015_34.pdf). Acesso em: 1º out. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Resolução do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Goiás nº 1239, de 23 de abril de 2025,** reedita critérios para implementação de Lei nº 14.832, de 12 de julho de 2004, no âmbito da Universidade Estadual de Goiás. Disponível em: [https://www.ueg.br/legislacao/exec/consulta\\_tipo\\_doc\\_legislacao/?funcao=lista\\_tipo\\_doc\\_legislacao&variavel=27&tipo=CsU&ano=2025&origem=&id\\_origem=9&page=3](https://www.ueg.br/legislacao/exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=lista_tipo_doc_legislacao&variavel=27&tipo=CsU&ano=2025&origem=&id_origem=9&page=3). Acesso em: 1º out. 2025.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## **EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NA PERSPECTIVA DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: INSTRUMENTALIZAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO?**

Mestranda: Michele Barros Souza Lucatan

Orientador: Cláudio Pires Viana

Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

Este trabalho constitui-se como em um recorte resumido do projeto de pesquisa de Mestrado intitulado “Educação e tecnologia na perspectiva da teoria histórico-cultural: instrumentalização ou emancipação?”. Esta pesquisa pretende discutir a relação entre educação e tecnologia no campo educacional. As frequentes transformações tecnológicas nos últimos anos exigem uma reflexão crítica sobre o papel da tecnologia no processo formativo. Para tal, a teoria histórico-cultural, fundamentada principalmente em Vygotsky, fornece bases importantes para compreender como os instrumentos e signos tecnológicos podem contribuir tanto para a emancipação quanto para a instrumentalização dos sujeitos.

Vygotsky (2001, p. 63) lembra que “toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro no nível social e depois no nível individual”. Isso significa que as tecnologias, quando inseridas no contexto educativo, podem atuar como mediadoras na internalização de conceitos, fortalecendo processos de desenvolvimento humano. Na pesquisa propriamente dita, a concepção de desenvolvimento humano será estudada mais detalhadamente.

O uso da tecnologia no contexto educacional não pode ser visto de forma neutra. Como pondera Paulo Freire (1996, p. 69), “não há saber neutro; todo conhecimento implica uma escolha política”. Assim, a utilização de recursos digitais nas escolas, nas

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

universidades, precisa ser questionada se está humanizando, emancipando ou se serve apenas à lógica da instrumentalização.

Na perspectiva histórico-cultural, a tecnologia é compreendida como instrumento cultural que pode ampliar as possibilidades do desenvolvimento humano. A teoria histórico-cultural pode auxiliar na compreensão de que os instrumentos digitais, *softwares*, podem ser ferramentas de emancipação quando articuladas a práticas pedagógicas críticas.

Entretanto, quando as tecnologias são utilizadas de forma meramente instrumental, elas podem engendrar e reproduzir desigualdades sociais. Adorno (1995, p. 98) afirma que “a técnica, em vez de servir à emancipação, frequentemente se converte em meio de dominação”. No âmbito educacional, isso pode ocorrer quando os instrumentos digitais, ao invés de contribuir para o aprendizado e desenvolvimento do sujeito, podem reduzir o aprendizado a treinamentos mecânicos, excluindo ou ofuscando a dimensão crítica, o processo de desenvolvimento teórico etc.

A filósofa Marilena Chaui (2001, p. 123) também corrobora com a ideia de que o processo formativo está sendo esvaziado de seu sentido com a instrumentalização do ensino. Ela afirma que “o neoliberalismo reduz a educação a treinamento para a adaptação social, esvaziando seu sentido formativo”. Assim, quando a tecnologia é utilizada apenas para atender a demandas do mercado, ela perde seu potencial emancipador.

Nesse sentido, educação e tecnologia podem dialogar com os fundamentos epistemológicos da teoria histórico-cultural. A centralidade do social, da linguagem e da mediação simbólica coloca a tecnologia não como fim em si mesmo, mas como meio para a construção de significados, para o desenvolvimento do pensamento teórico, para a apropriação do conhecimento, para o desenvolvimento de categorias mentais, como memória, percepção, pensamento, linguagem, entre outros.

Nesse viés, esta pesquisa pretende investigar, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Goiás, documentos oficiais que orientam cursos de

REALIZAÇÃO

licenciatura a integrem o uso de TICs à prática pedagógica, lembrando que a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) traz, como competência geral obrigatória (competência nº 5), a inserção de tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma transversal no currículo, em todas as etapas da Educação Básica e do Ensino Médio (Brasil, 2017). Será que essa integração de competências tecnológicas à atividade pedagógica apresenta uma perspectiva instrumental ou uma perspectiva crítica e humanizadora?

Miranda Júnior e Santos (2023, p. 60) observam:

A teoria histórico-cultural, proposta por Vigotski, busca integrar o conhecimento científico ao conhecimento cultural, que por sua vez está sempre conectado à vida humana. Além de ter uma preocupação com o desenvolvimento integral do ser humano, levando em consideração todos os aspectos que o constituem como humano (cognitivo, afetivo, motor e moral).

Assim, é possível perceber que essa visão aponta para o desenvolvimento integral do sujeito, de acordo com a teoria histórico-cultural, que considera todos os aspectos do sujeito, que, para a THC, aprende de fora para dentro, pois o elemento central é a mediação cultural. Por isso, faz-se necessária a construção de práticas formativas que compreendam a tecnologia como mediação para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Isso exige articular teoria e prática para fortalecer a consciência crítica dos sujeitos. No caso da capacidade formativa da UEG, nos cursos de licenciatura, de formação de professores, na Pedagogia, a prática pedagógica deve fortalecer a consciência crítica dos futuros professores.

Como prática social, a educação não se configura como uma comunicação unilateral, apenas para transferência de conhecimento, mas um caminho formativo pelo qual há possibilidades do sujeito produzir ou construir seu próprio conhecimento. Assim, o uso das tecnologias precisa estar vinculado a práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e a autonomia intelectual e a reflexão crítica dos estudantes.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

O uso de tecnologias digitais não deve funcionar apenas para treinar habilidades ou deixar o aluno fazendo pesquisa na internet de forma acrítica, mas para promover contextos de interação e colaboração em que os alunos dialoguem e produzam conhecimento juntos, estimulando o pensamento crítico e ampliando assim as suas possibilidades emancipatórias. Essa visão é coerente com a ideia vygotskiana de zona de desenvolvimento proximal, na qual é possível aprender, conhecer, fazer descobertas, desenvolver, criar, produzir a partir de situações mediadas socialmente.

A teoria histórico-cultural possibilita compreender que a tecnologia pode ampliar o desenvolvimento humano, desde que mediada por práticas sociais que valorizem o diálogo e a crítica. E isso significa que os futuros professores precisam atuar como mediadores sociais conscientes e críticos, que não só reproduzem modelos pedagógicos por exigências de legislações e normativas, mas que também problematizam a relação educação e tecnologia de forma crítica e humanizadora.

É nesse sentido que Chaui (2001) critica o esvaziamento crítico da universidade, que, para ela, precisa resistir ao processo de mercantilização do ensino para assumir a sua função social, comprometida com a formação humanizadora dos sujeitos. Assim, a tecnologia deve estar a serviço da emancipação e não da adaptação acrítica à lógica mercadológica.

O diálogo entre tecnologia e educação é necessário e urgente, e também evidencia seus limites, tais como desigualdades sociais no acesso digital restrito a parcelas da população, falta de infraestrutura e equipamentos modernos e de qualidade em escolas e universidades públicas, precarização do trabalho docente etc. Assim, é necessário também considerar as condições materiais de vida dos estudantes.

Enfim, a relação entre educação e tecnologia na perspectiva da teoria histórico-cultural pode ser caminho para a emancipação se aliada ao comprometimento, posicionamento crítico e resistente por parte das escolas e universidades, para a construção de práticas pedagógicas que façam da tecnologia um meio para o desenvolvimento humano integral.

REALIZAÇÃO

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

**BRASIL**. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 20 set. 2025, às 15h.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MIRANDA JÚNIOR, Made; SANTOS, Mayara Pereira dos. O cenário da educação na contemporaneidade, suas contradições e os fundamentos humanizantes da teoria histórico-cultural. *In*: BIANCHESSI, Cleber (org.). **Fazer e pensar a educação e o ensino: múltiplas abordagens**. [recurso eletrônico]. 1. ed. Curitiba, PR: Editora Bagai, 2023. p. 53-64. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/737454/2/Fazer%20e%20Pensar%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20o%20Ensino.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025, às 17h04.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

### REALIZAÇÃO

## **JUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O DÉFICIT DE VAGAS EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA (2014-2024)**

Mestranda: Patrícia Melo Silva

Orientadora: Keides Batista Vicente

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

Este artigo apresenta, de forma sucinta, o projeto de mestrado em desenvolvimento, vinculado à linha de pesquisa “Trabalho, estado e políticas educacionais”. O estudo propõe analisar as relações sociais que envolvem o direito à educação, a atuação do Estado na formulação de políticas públicas e a resposta institucional à sua ineficácia, por meio da atuação do Ministério Público e, principalmente, do Poder Judiciário.

O foco da investigação é a judicialização da educação infantil no município de Goiânia, entre 2014 e 2024, buscando compreender como as decisões do Poder Judiciário têm influenciado a formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao acesso a vagas em creches e pré-escolas.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha estabelecido a educação como direito fundamental social, sua efetivação tem enfrentado obstáculos, sobretudo no que tange à promoção da educação infantil. De acordo com o levantamento de dados realizado pelo Gabinete de Articulação pela Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil, 2024), há cerca de 632 mil registros de crianças em fila de espera para creche em todo o país. Além disso, há 78 mil registros de crianças que não frequentam a pré-escola, sendo que metade desse número não está matriculada por falta de vagas.

No Estado de Goiás, a lista de espera para creches alcança 43.829 crianças, sendo que 52% dos municípios goianos declaram ter lista de espera (Gaepe-GO, 2024).

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Especificamente em Goiânia, estimativas da Secretaria Municipal de Educação, divulgadas pelo Jornal *O Popular* (“Compra de vagas...”, 2025), apontam para um déficit de 10,6 mil vagas nas unidades de ensino infantil.

Esse quadro revela não apenas a insuficiência do Estado em garantir um direito constitucionalmente assegurado, mas também a crescente busca da sociedade pelo Judiciário como instância de efetivação do direito à educação. Ao passo que é legítima a reivindicação, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que a educação infantil configura-se como um direito público subjetivo que, segundo Duarte (2004), permite ao titular exigir judicialmente do Estado sua prestação.

Assim, o estudo justifica-se pela relevância social e acadêmica de compreender os impactos da judicialização da educação infantil, particularmente em Goiânia, no contexto de vigência do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Diante do exposto, o problema central que norteia o projeto é: Como a judicialização do direito à educação infantil tem impactado a formulação e execução de políticas públicas voltadas à ampliação de vagas em creches e pré-escolas em Goiânia, entre 2014 e 2024?

No decorrer da pesquisa pretende-se alcançar alguns objetivos específicos, como (1) identificar se há, e, em caso positivo, quais critérios de seleção são adotados para o ingresso das crianças em creches e pré-escolas; (2) analisar eventuais medidas adotadas pelo município de Goiânia para o cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (2014-2024); (3) examinar o posicionamento dos magistrados da comarca de Goiânia nas ações judiciais relativas ao acesso à educação infantil; (4) avaliar a postura do Ministério Público e de outros órgãos essenciais à justiça diante da falta de vaga; e (5) verificar eventuais impactos decorrentes das decisões judiciais e da atuação do Ministério Público relacionados ao acesso à educação infantil no município.

A pesquisa terá como metodologia a abordagem qualitativa, uma vez que se procura entender os sentidos, as razões e implicações sociais e jurídicas das ações judiciais

REALIZAÇÃO

movidas para garantir o acesso à educação infantil. A investigação será conduzida por duas técnicas principais, pesquisas bibliográfica e documental.

A bibliografia fornecerá base teórica necessária para a compreensão dos conceitos de direito a educação, judicialização, políticas públicas, direito público subjetivo e atuação do sistema de justiça, enquanto a pesquisa documental permitirá examinar documentos oficiais, normativos e judiciais que tratam da oferta da educação infantil.

A pesquisa terá o aporte de autores e pesquisadores das áreas da educação, do direito e das políticas públicas, cujos conceitos e fundamentos são essenciais para a construção do projeto. Hannah Arendt e Paulo Freire contribuirão para compreensão da educação como elemento fundamental para a constituição de sujeitos autônomos e críticos; Carlos Roberto Jamil Cury (2014) e Clarice Seixas Duarte (2004) colaborarão com suas reflexões críticas sobre a atuação do Estado frente às desigualdades no acesso à educação e os limites e desafios da efetivação das políticas públicas no Brasil; os textos do jurista Luiz Roberto Barroso (2012) auxiliarão no entendimento de conceitos como judicialização, ativismo judicial, dentre outros.

Adicionalmente, sempre que necessário, será incorporado o aporte de outros estudos da temática, como Salomão Barros Ximenes (2020), Adriana Aparecida Dragone Silveira (2020), Boaventura de Sousa Santos, Susana Beatriz Sacavino (2022), Franceila Auer (2023) e Vania Carvalho de Araújo (2023), bem como de artigos, dissertações e teses que abordem a judicialização da educação e o direito à educação infantil.

Além disso, ter-se-á como amparo fontes normativas do direito, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), legislações municipais, bem como decisões judiciais e ações movidas no período de 2014 a 2024.

A análise dos dados se apoiará na análise de conteúdo, com base na proposta de Laurence Bardin (2011), especialmente em sua modalidade temática. Serão identificadas

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

e organizadas categorias analíticas relacionadas ao objeto de estudo, tais como: direito à educação, déficit de vagas, judicialização, atuação do Ministério Público, atuação do Judiciário, políticas públicas e cumprimento da meta 1 do PNE.

Este projeto se fundamenta na própria Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 1º, define a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito que, segundo Silva (2005, p. 219), tem como princípios basilares a legalidade, a justiciabilidade e a igualdade. Para atingir essa finalidade, o Estado deve intervir na ordem econômica e social para proteger os menos favorecidos (Di Pietro, 2019), o que, por sua vez, vai ao encontro dos objetivos fundamentais da República, elencados no artigo 3º da Constituição, que incluem a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização; e a redução das desigualdades sociais e regionais.

O Brasil possui um extenso arcabouço normativo voltado à proteção social. A atual Constituição, em seu artigo 6º elenca como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Esses direitos sociais compõem os direitos e garantias fundamentais que, conforme o artigo 5º, § 1º, têm aplicação imediata e são protegidos contra emendas tendentes a aboli-los (CF/88; art. 60, § 4º, IV).

Dentro do campo dos direitos sociais, esta pesquisa se concentra no direito à educação, especificamente a educação infantil. Conforme prevê a Constituição, em seu artigo 208, inciso IV, é dever do Estado garantir o acesso a creches e pré-escolas às crianças de até cinco anos de idade, sendo obrigatório o ingresso a partir dos quatro anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, corrobora esse direito no artigo 54, ao estabelecer que o Estado deve assegurar o atendimento em creches e pré-escolas.

Entretanto, não basta apenas ofertar vagas: é preciso comprometer-se com a qualidade do ensino oferecido. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

REALIZAÇÃO

Nacional (LDB), em seu artigo 29, define como finalidade da educação infantil o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Em suma, a legislação brasileira determina que o Estado deve oferecer educação infantil de qualidade a todas as crianças, o que, infelizmente, ainda não é a realidade vivenciada.

A Constituição Federal, em seu artigo 211, § 2º, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar em regime de colaboração; contudo, compete aos municípios, prioritariamente, a oferta da educação infantil e do ensino fundamental.

Segundo Noberto Bobbio (2004), a questão central não está em saber quais e quantos são os direitos do homem, mas em encontrar os meios mais eficazes de garanti-los e evitar que eles sejam continuamente violados. Embora a legislação brasileira regulamente e reforce a importância do direito à educação infantil, cabe aos gestores públicos a responsabilidade de efetivar esses direitos por meio de políticas públicas. Nos casos de omissão, o Ministério Público poderá exigir o cumprimento da obrigação legal. Além disso, qualquer cidadão, individualmente, tem legitimidade para acionar o Judiciário, buscando a efetivação de direitos constitucionalmente assegurados.

Entretanto, de acordo com Silva (2018, apud Auer e Araújo, 2022), o Poder Judiciário não assume o protagonismo na efetivação de direitos sociais, mas atua como um guardião dos direitos previstos na Constituição Federal, sendo responsável por garantir o cumprimento das normas quando há inércia dos demais poderes. Contudo, essa interferência do Poder Judiciário na resolução de questões de âmbito político levanta questões importantes.

Para alguns estudiosos, a interferência judicial rompe com a separação dos poderes e desrespeita a democracia. Diante desse dilema, surgem as perguntas: estaria o Judiciário extrapolando sua função ao intervir em políticas públicas de competência do Executivo? As decisões judiciais produzem soluções estruturais ou apenas resolvem

REALIZAÇÃO

demandas individuais, muitas vezes reforçando desigualdades (quem judicializa tem acesso antes de quem não o faz)?

Este projeto visa estudar, com perspectiva crítica, o controle exercido pelo Poder Judiciário sobre a efetivação das políticas públicas de educação infantil em Goiânia (2014-2024). Ao problematizar o déficit de vagas na educação infantil, pretende-se compreender em que medida o Judiciário contribui para efetivar o direito à educação ou, ao contrário, se se limita a suprir pontualmente a omissão estatal.

A pesquisa contribuirá para o debate acadêmico e poderá auxiliar gestores públicos, operadores do direito e a sociedade civil a refletirem sobre caminhos mais eficazes para garantir o acesso universal à educação infantil, reafirmando sua condição de direito fundamental e inalienável.

## REFERÊNCIAS

- AUER, Franceila; ARAÚJO, Vania Carvalho de. O acesso à educação infantil em tempo integral: do direito “público” à judicialização. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 60, n. 63, e-27025, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2022v60n63id27025>. Acesso em: 19 out. 2024.
- AUER, Franceila; ARAÚJO, Vania Carvalho de. A judicialização de vagas na educação infantil em tempo integral: uma análise de decisões judiciais e extrajudiciais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e86425, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.86425>. Acesso em: 19 out. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. [Syn] Thesis, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23–32, 2012.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 24 jul. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 24 jul. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

ccivil\_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário com Agravo nº 436.996. Relator: Min. Celso de Mello. Julgado em: 22 nov. 2005. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, 3 fev. 2006. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/3175807>. Acesso em: 21 jul. 2025.

COMPRA de vagas é aposta para zerar em 100 dias fila no ensino infantil de Goiânia. **O Popular**, Goiânia, 18 set. 2025. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/compra-de-vagas-e-aposta-para-zerar-em-100-dias-fila-no-ensino-infantil-de-goiania-1.3210261>. Acesso em: 18 set. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053–1066, out./dez. 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Saiba o que é o Estado Social de Direito.** GEN Jurídico, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://blog.grupogen.com.br/juridico/areas-de-interesse/administrativo/estado-social-de-direito/>. Acesso em: 21 out. 2024.

DUARTE, Clarice Seixas. **Direito público subjetivo e políticas educacionais.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 113–118, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000200012>. Acesso em: 19 out. 2024.

GAEPE-BRASIL. **Retrato da educação infantil 2024.** Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://gaepebrasil.com.br/retrato-da-educacao-infantil-2024/>. Acesso em: 18 set. 2025.

GAEPE-GO. **Relatório:** vagas em creches e pré-escolas. Goiânia: Tribunal de Contas do Estado de Goiás, 2024. Disponível em: <https://portal.tce.go.gov.br/documents/20181/867696/Relat%C3%B3rio%20Vagas%20em%20Creches%20Pr%C3%A9-Escolas/fc28ee3d-dee8-4a0f-b56e-f24ac4e389e8>. Acesso em: 18 set. 2025.

SILVA, Enio Moraes da. O Estado democrático de direito. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 42, n. 167, p. 213–230, jul./set. 2005. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/167/ril\\_v42\\_n167\\_p213.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/167/ril_v42_n167_p213.pdf). Acesso em: 23 out. 2024.

SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone; XIMENES, Salomão Barros; OLIVEIRA, Vanessa Elias de; CRUZ, Sílvia Helena Vieira; BORTOLOTTI, Nadja. Efeitos da judicialização da educação infantil em diferentes contextos subnacionais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 718–737, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147019>. Acesso em: 19 out. 2024.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## **ENTRE A REPRESSÃO E A SOBREVIVÊNCIA: UNIVERSIDADES, EXÍLIO E MILITÂNCIA FEMININA DURANTE A DITADURA CIVIL, MILITAR E EMPRESARIAL NO BRASIL (1964-1985)**

Mestranda: Paulla Crystina Gomes França

Orientadora: Keides Batista Vicente

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

Bolsista Capes

### **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

Apresenta-se uma proposta de pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), oferecido pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária da cidade de Inhumas, Mestrado Acadêmico, e está vinculada a linha de pesquisa “Trabalho, Estado e Políticas Educacionais”.

Trata-se de um percurso inicial de pesquisa que pretende discutir o papel das universidades em momentos antidemocráticos, com foco no período da ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964-1985). Busca-se compreender a universidade durante o referido tempo histórico, suas contradições internas e a forma como se configurava o espaço ocupado por diferentes sujeitos. Pretende-se, igualmente, analisar o que a universidade permitiu e propiciou a mulheres que, em razão da perseguição política, foram levadas ao exílio.

Desse modo, busca-se responder à seguinte problemática: Qual foi o papel das universidades durante a ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964-1985)? Que papéis essas instituições desempenharam na trajetória de mulheres exiladas, em especial no processo de sobrevivência, militância e reconstrução de suas vidas pessoais e profissionais?

#### REALIZAÇÃO

Posto isto, o objetivo geral da pesquisa é o de analisar o papel das universidades em contextos antidemocráticos, com ênfase na ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964-1985), buscando compreender como esse espaço se relacionou com as trajetórias de mulheres exiladas e com as formas de resistência política e social.

Assim, em um primeiro momento será realizada uma investigação sobre o papel das universidades durante a ditadura civil, militar, empresarial no Brasil (1964-1985); na sequência, serão analisadas as experiências das mulheres brasileiras que foram exiladas em países da América Latina e Europa, compreendendo como elas se relacionam com a universidade durante o percurso formativo intelectual e político.

E partir daí, serão identificadas essas mulheres, suas trajetórias políticas, acadêmicas e pessoais, e a maneira como a perspectiva de gênero atravessa suas experiências. Por fim, a pesquisa buscará contribuir para a elaboração da memória histórica sobre a ditadura civil, militar e empresarial brasileira, ressaltando o papel das mulheres e das universidades

## **JUSTIFICATIVA**

As universidades, enquanto instituições de formação humana, sempre ocuparam lugar central nos processos de disputa política e social; assim, pensar essa instituição durante períodos de repressão tais como o da ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964-1985) é de suma importância para a compreensão da repressão e da contrarrepressão no cenário brasileiro.

Nesse sentido, as posições institucionais assumidas por essa instituição implicam diretamente no delinear da história, propiciando e fomentando a repressão ou, em contrapartida, permitindo a luta e sendo espaço de resistência, de sobrevivência e de criticidade.

Além disso, pensar a universidade nesse contexto é também compreender como a repressão e a universidade impactaram vidas, carreiras e trajetórias. Entender o que

### REALIZAÇÃO

é essa instituição, quais as contradições desse espaço e das pessoas que chegam e ocupam esse lugar é também compreender sobre a repressão brasileira neste espaço.

Estudar períodos autoritários é ainda efetivar o direito fundamental à memória, é lembrar para nunca mais acontecer, é fortalecer a democracia e é também uma forma de embate com o forjado esquecimento e com tantos direitos violados.

Importa ainda mencionar que tal pesquisa será construída considerando-se a perspectiva de gênero, e isso se justifica porque, durante séculos, a historiografia tradicional esteve centrada na trajetória de homens. As mulheres, quando apareciam, eram representadas de maneira secundária, ligadas à esfera privada ou retratadas apenas como complementos das trajetórias de homens.

Assim, foi sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com o avanço dos movimentos feministas e das transformações sociais, que as mulheres passaram a ser reconhecidas como sujeitos históricos, e o gênero feminino passou inclusive a ser uma categoria de análise.

Assim, a compreensão da experiência de mulheres exiladas permite evidenciar a dimensão de gênero na luta política, dimensão esta que ainda hoje é frequentemente invisibilizada nas narrativas oficiais. Nessa toada, o estudo justifica-se por contribuir para a compreensão da memória histórica, da militância no exílio e do papel das universidades na construção de redes de sobrevivência, solidariedade e democracia.

## **PROBLEMA**

Qual foi o papel das universidades durante a ditadura civil-militar e empresarial brasileira (1964-1985)? Que papéis essas instituições desempenharam na trajetória de mulheres exiladas, em especial no processo de sobrevivência, militância e reconstrução de suas vidas pessoais e profissionais de mulheres?

### REALIZAÇÃO

## OBJETIVOS

Analisar o papel das universidades em contextos antidemocráticos, com ênfase na ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964-1985), buscando compreender como esse espaço se relacionou com as trajetórias de mulheres exiladas e com as formas de resistência política e social.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Investigar o papel das universidades durante a ditadura civil, militar, empresarial no Brasil (1964-1985).
- b) Examinar a experiência das mulheres exiladas, compreendendo como elas se relacionam com a universidade durante o percurso formativo intelectual e político.
- c) Identificar quem eram essas mulheres, suas trajetórias políticas, acadêmicas e pessoais e de que maneira a perspectiva de gênero atravessa suas experiências.
- d) Contribuir para a elaboração da memória histórica sobre a ditadura civil, militar, empresarial brasileira, ressaltando o papel das mulheres e das universidades.

## METODOLOGIA

A pesquisa terá abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. As fontes principais são as obras *Memórias do exílio: Brasil 1964/199??, 1 de muitos caminhos* e *Memórias das mulheres do exílio*. A primeira, uma coletânea de relatos coordenada por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, com o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, publicada em sua primeira edição em 1976. A segunda, também coletiva, foi dirigida e editada por Albertina de

### REALIZAÇÃO

Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Morais, Norma Morzola e Valentina da Rocha Lima, com os mesmos patrocinadores, e publicada em 1980. Trata-se, em ambos os casos, de um esforço de elaboração e construção de memórias, no segundo, acrescido da perspectiva de gênero.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A historiografia sobre a ditadura civil, militar e empresarial brasileira (1964=1985) tem avançado no sentido de incluir novos sujeitos e novas perspectivas, deslocando o olhar de narrativas exclusivamente centradas nos agentes masculinos e institucionais.

Nesse movimento, a incorporação das mulheres como objeto da História e a valorização da categoria de gênero como instrumento analítico tornam-se fundamentais para compreender como se produziram resistências, deslocamentos e reconstruções identitárias em meio à repressão.

As mulheres como objeto da História ganharam força a partir da segunda metade do século XX, em diálogo com a renovação da historiografia e com as lutas feministas. No Brasil, esse movimento ocorreu em paralelo ao esforço de compreender os impactos da ditadura civil, militar e empresarial (1964-1985) sobre sujeitos diversos.

Pesquisadores como Rodrigo Patto Sá Motta (2014), José Willington Germano (1993), Caroline Silveira Bauer (2017) e Carlos Artur Gallo (2018) nos permitem aprender o que foi a universidade durante a repressão.

Para além disso, pensar a experiência de mulheres exiladas amplia o escopo da análise, uma vez que suas trajetórias revelam não apenas o exílio político, mas também o deslocamento de gênero em instituições historicamente masculinas.

A esse respeito, a perspectiva teórica de Judith Butler (2013; 2024), ao discutir a construção social do gênero, e de Jacques Derrida (2000), ao propor a desconstrução de categorias fixas, contribui para problematizar como narrativas de resistência e sobrevivência se constroem a partir da perspectiva de gênero.

### REALIZAÇÃO

Ademais, ao longo das últimas décadas, os conceitos de gênero e patriarcado têm sido amplamente discutidos e empregados como categorias de análise por diferentes pesquisadores. Nesse sentido, Joan Scott (1995) aponta que, em seu sentido gramatical, o termo “gênero” se refere a uma forma de classificar fenômenos, funcionando como um sistema socialmente construído de distinções, e não como a descrição objetiva de traços inerentes.

Nessa perspectiva, o conceito foi mobilizado para evidenciar o caráter social das diferenças historicamente atribuídas ao sexo, afastando, assim, as interpretações pautadas no determinismo biológico. Dessa maneira, gênero tornou-se uma ferramenta analítica para compreender como as desigualdades entre homens e mulheres são construídas, reproduzidas e legitimadas em diferentes contextos históricos.

No Brasil, conforme destaca Saffioti (2004), o conceito de gênero ganhou maior visibilidade a partir da década de 1990, consolidando-se como chave interpretativa nos estudos acadêmicos e nos debates feministas. A autora articula gênero ao conceito de patriarcado, compreendido como um sistema de dominação que estrutura hierarquias e naturaliza relações desiguais de poder entre homens e mulheres.

Por fim, a valorização da memória e do testemunho como fontes históricas é central para compreensão da experiência de mulheres em contextos de repressão. Como mostra Carlos Artur Gallo (2018), a produção memorialística sobre a ditadura civil, militar e empresarial brasileira não apenas enfatiza trajetórias individuais, mas também problematiza os silêncios e apagamentos produzidos pelo regime e, muitas vezes, perpetuados pela historiografia tradicional.

Ao analisar as memórias de vítimas de regimes autoritários, Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013) destaca que, para além dos silêncios, das diferenças no relatar, da inverossimilhança, da imaginação e das limitações próprias da linguagem, são fundamentais a conquista e a devolução da palavra às vítimas das ditaduras militares. Nesse sentido, o testemunho apresenta-se como meio de ultrapassar a barreira dos

REALIZAÇÃO

registros oficiais e escritos, permitindo o acesso a experiências plurais, subjetivas e até então invisibilizadas.

Trata-se, portanto, de um movimento que contribui para a democratização da memória e para o questionamento da dicotomia binária entre os mundos “dos homens” (público) e “das mulheres” (privado), promovendo novas formas de compreender a historicidade das experiências.

Nesse sentido, as obras *Memórias do exílio* e *Memórias das mulheres do exílio* revelam o entrecruzamento entre o político e o pessoal, evidenciando como o gênero atravessa a experiência do exílio, da universidade e da militância.

Assim, ao mobilizar testemunhos, a pesquisa não apenas ilumina a vivência de mulheres exiladas, mas também afirma a importância da memória como prática política e epistemológica.

Por fim, as universidades, enquanto instituições de formação humana, sempre ocuparam lugar central nos processos de disputa política e social. Nesse sentido, as posições institucionais assumidas por essa instituição implicam diretamente no delinear da história, ou propiciando e fomentando a repressão ou em contrapartida, permitindo a luta e sendo espaço de resistência, de sobrevivência e de criticidade.

## REFERÊNCIAS

- BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GALLO, Carlos Artur. **Um acerto de contas com o passado: crimes da ditadura, “leis de impunidade” e decisões das supremas cortes no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Appris, 2018.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e**

### REALIZAÇÃO

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovan. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente.)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## **O TRABALHO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*: IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO – O CASO DA UEG/INHUMAS**

Mestranda: Rahaby N. V. Carvalho

Orientador: Rodrigo Roncato Marques Anes

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

### **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

As políticas de avaliação externa da pós-graduação no Brasil, coordenadas pela Capes, constituem-se em um dos principais instrumentos de regulação e indução da produção científica no país. Desde a década de 1990, em sintonia com as reformas do Estado e o avanço do ideário neoliberal, essas políticas passaram a priorizar critérios de produtividade, competitividade e eficiência, o que aproximou a lógica acadêmica das exigências do mercado (Braga, Guimarães-Iosif, 2014). As autoras Braga e Guimarães-Iosif (2014, p. 482), ao discorrerem sobre o tema, destacam, em sua pesquisa, que a avaliação “navega num oceano quantitativista, em que os números prevalecem diante de conceituações subjetivas”, produzindo, assim, um ranqueamento hierarquizante entre programas e docentes.

Nesse sentido, tal cenário incide diretamente sobre a organização dos Programas de Pós-Graduação, sobre as condições objetivas de trabalho docente e, sobretudo, sobre dimensões subjetivas relacionadas à autonomia e ao sentido da prática pedagógica. Assim, o presente projeto tem como objeto de análise as condições do trabalho docente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UEG/Inhumas, buscando compreender como as políticas avaliativas da Capes se materializam em um contexto específico e periférico, revelando contradições entre diretrizes nacionais e realidades locais.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## JUSTIFICATIVA

A importância dessa investigação reside na possibilidade de problematizar sobre como um modelo de avaliação que se apresenta como garantia de qualidade e excelência pode, simultaneamente, intensificar o trabalho docente e restringir a autonomia pedagógica. Maués e Mota Jr. (2011, p. 395) já apontam que a nova regulação educacional trouxe consigo “a intensificação, a autointensificação do trabalho e a grande recorrência de doenças ocupacionais”. Ainda, segundo os autores, tais alterações, refletidas no trabalho docente na pós-graduação, “são tributárias, em grande medida, dessa nova regulação educacional que atribui à avaliação um poder de constrangimento e coerção nunca antes visto”.

Esse processo está associado ao dilema que Saviani (2010) denomina como a contradição entre produtividade e qualidade, visto que não é possível, no campo da produção intelectual e formativa, separar o resultado do trabalho docente do processo em que ele é produzido. Surge então a contradição, isto é, quanto mais se exige produtividade, mais a qualidade tende a ser sacrificada. É dessa tensão que nasce, como afirma Saviani (2010), o dilema entre produtividade e qualidade nos programas de pós-graduação, presente tanto no desenvolvimento da pesquisa quanto na formação dos pesquisadores. Essa associação abre espaço para uma lógica de mercantilização do conhecimento.

A universidade pública, nesse contexto, passa a ser redefinida. Como afirma Chaui (2003, p. 6), a reforma do Estado reposicionou a educação como “serviços não exclusivos do Estado”, de modo que a universidade deixou de ser concebida como instituição social e passou a ser tratada como organização prestadora de serviços, submetida a contratos de gestão e índices de produtividade (Chaui, 2003). Isso reflete, por outro lado, na precarização do trabalho docente na pós-graduação e vai ao encontro daquilo que Antunes (2012) chama de nova morfologia do trabalho, marcada por flexibilização, desregulamentação de direitos e sobrecarga de funções. No campo educacional, essa lógica se traduz em múltiplas exigências, como no ensino, na pesquisa, na extensão e nos relatórios e publicações, que destroem o tempo necessário para a reflexão e a

### REALIZAÇÃO

formação crítica. Kuenzer (2007) reforça essa análise ao evidenciar que a lógica da flexibilização opera uma inclusão excludente, na qual se amplia o acesso e a certificação, mas de modo precarizado, sem assegurar efetivamente a qualidade da formação.

Portanto, compreender como essas políticas atravessam o trabalho docente no PPGE/UEG-Inhumas é não apenas investigar os limites impostos por um sistema avaliativo quantitativo, mas também revelar as contradições e possibilidades de resistência que emergem em contextos periféricos, tensionados entre as exigências de produtividade e a função social da universidade pública.

## **PROBLEMA**

Diante do exposto, o problema que orienta esta pesquisa emerge da contradição entre o discurso de qualidade associado às políticas de avaliação da Capes e os efeitos concretos que tais políticas produzem no cotidiano docente. O esforço está em compreender este cenário, que traz implicações diretas para o PPGE/UEG-Inhumas, que, localizado em um contexto regional periférico, enfrenta as mesmas exigências impostas aos grandes centros, mas sem as mesmas condições estruturais.

Portanto, a pergunta que se impõe é: de que modo as políticas de avaliação externa da Capes impactam as condições de trabalho dos docentes do PPGE/UEG-Inhumas, especialmente em relação à organização pedagógica e à autonomia profissional?

## **OBJETIVOS**

Diante do problema acima explicitado, os objetivos desta pesquisa não se limitam a descrever os efeitos das políticas avaliativas, mas buscam compreender suas múltiplas dimensões, articulando aspectos históricos, estruturais e subjetivos do trabalho docente.

O objetivo geral é analisar o impacto das políticas de avaliação externa da Capes nas condições de trabalho dos docentes do PPGE/UEG-Inhumas, destacando as implicações para a organização pedagógica e para a autonomia profissional. Esse objetivo se

### REALIZAÇÃO

fundamenta na compreensão de que o trabalho docente, como lembra Antunes (2012), vem sendo atravessado por um processo de precarização estrutural, no qual a multifuncionalidade e a intensificação do tempo de trabalho se combinam com exigências externas de produtividade. Portanto, ao aplicar essa reflexão ao campo da pós-graduação, pretende-se revelar como os docentes vivenciam tais pressões em um programa que precisa responder a critérios avaliativos nacionais, mas que convive com desigualdades regionais. A partir desse objetivo central, desdobram-se alguns objetivos específicos, que, mais do que etapas isoladas, compõem um caminho de investigação:

- a) Resgatar o contexto histórico das políticas de avaliação da Capes, relacionando-as ao avanço do neoliberalismo.
- b) Examinar de que modo a lógica produtivista interfere na intensificação e precarização do trabalho docente.
- c) Investigar percepções dos docentes quanto à autonomia pedagógica diante das metas avaliativas.
- d) Analisar impactos objetivos (carga horária, burocracia, exigências de produção) e subjetivos (adoecimento, reconhecimento, sentido do trabalho).
- e) Identificar práticas de resistência elaboradas pelos docentes diante das políticas avaliativas.

## **METODOLOGIA**

O percurso metodológico deste estudo será orientado pelo materialismo histórico-dialético, que se apresenta como uma perspectiva capaz de apreender a totalidade e as contradições do fenômeno investigado. Nesse sentido, o estudo se organizará em quatro movimentos complementares.

O primeiro momento da pesquisa consistirá em resgatar o contexto histórico das políticas de avaliação da Capes, buscando compreender sua emergência e consolidação

### REALIZAÇÃO

a partir da década de 1990. Para isso, serão analisados documentos oficiais da Capes, como os Planos Nacionais de Pós-Graduação, relatórios de avaliação e documentos de área, além de normativas e relatórios internos da UEG/Inhumas.

Em um segundo momento, será realizada uma revisão bibliográfica com base em autores que discutem criticamente a regulação educacional e o trabalho docente, como Marilena Chaui, Dermeval Saviani, Acácia Kuenzer, Ricardo Antunes, entre outros, onde o estudo desses autores será fundamental para articular teoricamente a análise documental e contribuir com as reflexões sobre os efeitos da lógica produtivista no interior da pós-graduação.

O terceiro momento da pesquisa se voltará para o trabalho de campo, que terá como foco as percepções e experiências dos docentes do PPGE/UEG-Inhumas. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas, que permitirão aos professores narrar como vivenciam a autonomia pedagógica em meio às metas de produtividade e de que modo sentem os impactos objetivos (como sobrecarga, burocracia e pressões por publicação) e subjetivos (como desgaste, adoecimento ou reconhecimento) em sua prática cotidiana.

O quarto e último momento da pesquisa, se dará pela análise das entrevistas, por meio da técnica de análise de conteúdo, a fim de sistematizar as falas em categorias relacionadas às condições objetivas de trabalho, às dimensões subjetivas, à autonomia pedagógica e às formas de resistência.

A articulação entre a análise documental, a revisão bibliográfica e o trabalho de campo possibilitará, assim, relacionar as determinações estruturais que conformam as políticas avaliativas e as experiências concretas dos docentes que atuam no PPGE/UEG-Inhumas.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise do trabalho docente na pós-graduação requer compreender o papel das políticas de avaliação da Capes, especialmente a partir das reformas do Estado que

### REALIZAÇÃO

incorporaram a lógica neoliberal à educação. Como argumenta Chauí (2003), a universidade pública passou a ser redefinida como universidade operacional, subordinada a contratos, metas e índices, o que fragiliza sua função crítica e emancipatória. Esse movimento, longe de ser apenas administrativo, altera o próprio sentido da universidade, transformando a produção de conhecimento em atividade regulada por parâmetros de eficiência e competitividade.

Maués e Mota Jr. (2011), demonstram que essa regulação incide diretamente sobre o trabalho docente, promovendo intensificação, sobreposição de funções e até adoecimento. Tal dinâmica se conecta ao dilema formulado por Saviani (2010), segundo o qual a busca por produtividade na educação tende a comprometer a qualidade, já que, diferentemente da produção material, no trabalho educativo processo e produto são indissociáveis. Quando a avaliação privilegia indicadores quantitativos, a docência e a pesquisa correm o risco de perder seu caráter formativo e crítico.

Braga e Guimarães-Iosif (2014) apresentam em sua pesquisa que a valorização do docente não está de acordo com a demanda de produtividade que lhe é exigida. Esse contexto marca um processo de precarização docente, e, para Antunes (2012), esse processo não é isolado, mas é marcado pela precarização estrutural, polivalência e sobrecarga, aspectos também visíveis na vida acadêmica, em que docentes acumulam múltiplas tarefas sob forte pressão de tempo.

A análise de Kuenzer (2007) nos ajuda a refletir sobre os programas de pós-graduação, que também ocorrem dentro de uma lógica de inclusão excludente, ampliando o acesso sem garantir condições justas de permanência ou qualidade formativa. No caso do PPGE/UEG-Inhumas, esse contexto repercute de forma desigual, situado fora do eixo dos grandes centros. Tal contradição se acentua, pois o programa deve responder às mesmas exigências avaliativas nacionais, mas enfrenta limites estruturais que tornam ainda mais complexa a realização do trabalho docente.

A partir de toda a fundamentação apresentada acima, espera-se que esta pesquisa contribua para o debate acerca do trabalho docente e da pós-graduação em Educação,

REALIZAÇÃO

especialmente em contextos situados fora dos grandes centros acadêmicos. Pretende-se, portanto, evidenciar as relações históricas e estruturais entre as políticas de avaliação externa da Capes e as condições concretas de trabalho dos professores, bem como as contradições que emergem desse processo, apontando para os limites, tensões e possibilidades de resistência que atravessam a prática docente na universidade pública.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad** (especial em português), jun. 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariedade/>. Acesso em: 20 de abr 2025.

BRAGA, Isabela Cristina Marins; GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. O “oceano quantitativista” na avaliação da pós-graduação: implicações no trabalho docente. **Linhas Críticas**, v. 20, n. 42, p. 479-498, 2014.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, 2007.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; MOTA Jr., William Pessoa da. A nova regulação educacional e o trabalho docente na pós-graduação brasileira. **Linhas Críticas**, v.20 17, n. 33, p. 385-402, 2011.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó SC: Argos, 2012.

SAVIANI, Dermeval. O dilema produtividade-qualidade na pós-graduação. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 17, n. 18, p. 32-49, 2010.

## REALIZAÇÃO

## **A MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: QUESTÕES SOBRE A RACIONALIDADE TÉCNICA E O EXERCÍCIO DO PENSAMENTO CRÍTICO**

Mestranda: Paula Vitorino da Silva

Orientadora: Simone de Magalhães Vieira Barcelos

Linha de pesquisa 2 – Cultura, escola e formação

Bolsa de Desenvolvimento e Inovação na Pós-Graduação *Stricto Sensu* (BISS)

### **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

A presente pesquisa põe em questão o ensino da matemática num contexto em que a escola se vê orientada pela racionalidade instrumental. Sob a perspectiva de Horkheimer (2002), a racionalidade é reduzida a uma mera ferramenta de cálculo e eficiência, priorizando os meios em detrimento dos fins éticos e humanos da educação:

Tendo cedido em sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. Os conceitos foram “aerodinamizados”, racionalizados, tornaram-se instrumentos de economia de mão de obra. É como se o próprio pensamento tivesse se reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um programa estrito, em suma, tivesse se tornado uma parte e uma parcela da produção. Quanto mais as ideias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamentos com um significado próprio (p. 26-27).

Assim, o que se busca é pensar o ensino da matemática como possibilidade de abertura ao exercício do pensamento crítico, de ruptura com a instrumentalidade, sobretudo a que decorre de um sistema educacional orientado por um processo avaliativo padronizado.

#### REALIZAÇÃO

## **JUSTIFICATIVA**

Diante de um contexto de instrumentalização, esta pesquisa se propõe a problematizar o ensino de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental, questionando a hegemonia de uma racionalidade instrumental, que tem reduzido a disciplina a um conjunto de técnicas. O tema se torna relevante em um momento em que a educação, de modo geral, é condicionada por uma lógica de mensuração, produtividade e eficiência, que desconsidera a natureza cultural, filosófica e social da matemática.

A pesquisa se baseia na argumentação de que o ensino da matemática deve ir além do reducionismo técnico, priorizando a formação de sujeitos críticos e o desenvolvimento do raciocínio lógico. No entanto, a crescente instrumentalização, expressa na ênfase em habilidades fragmentadas e na subordinação a avaliações externas, põe em segundo plano a sua potência como ferramenta de compreensão e transformação da realidade.

## **PROBLEMA**

É possível pensar o ensino da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental em suas dimensões política, ética, cultural e filosófica numa escola orientada pela racionalidade técnica?

## **OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre as possibilidades e limites do ensino da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental em um contexto marcado pela racionalidade instrumental.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Pôr em questão a racionalidade instrumental que permeia as políticas e práticas do ensino de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental,

### REALIZAÇÃO

investigando como essa lógica se manifesta na fragmentação do saber e no obscurecimento dos fundamentos lógicos da disciplina.

- b) Problematizar o direcionamento da racionalidade técnica na formação dos estudantes, discutindo como a redução da matemática a meras técnicas compromete a formação de sujeitos críticos e autônomos, capazes de interpretar e atuar sobre a realidade.
- c) Refletir sobre as possibilidades de uma educação matemática que reconheça e resgate suas dimensões política, ética, cultural e filosófica, mesmo em um contexto escolar orientado pela lógica instrumental. Este objetivo busca, em especial, delinear caminhos para uma prática pedagógica emancipatória.

## **METODOLOGIA**

Este projeto adota uma metodologia de cunho teórico e qualitativo realizada por meio da reflexão filosófica. O propósito é, por meio da crítica, investigar a predominância da racionalidade técnica no ensino de matemática e suas implicações para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos estudantes. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se fundamentará em um diálogo com a literatura sobre o tema, utilizando como percurso metodológico principal a pesquisa bibliográfica, que, conforme Severino (2016), realiza-se a partir da análise de registros de pesquisas anteriores, transformando esses documentos em fontes para a investigação do tema. O objetivo não é apenas uma revisão descritiva, é também a busca por uma compreensão dos nexos constitutivos do objeto de estudo. Para isso, o percurso metodológico se dará por meio da revisão da literatura e da análise documental em vista da reflexão filosófica sobre o objeto de estudo.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A pesquisa considera três eixos teóricos fundamentais: a reflexão filosófica de Ildeu Moreira Coêlho (2012; 2016), que problematiza a redução da educação a um projeto

### REALIZAÇÃO

formativo orientado pela instrumentalidade em vista das necessidades do mercado; a filosofia da matemática de Bernard Bolzano (*apud* Clímaco, 2014), com sua defesa do rigor conceitual; e a crítica de Ildeu Coêlho (2012; 2016) e Marcos Aurélio Fernandes (2010, 2016) à ideia de que a tecnociência tem o poder de promover uma educação e formação crítica, pois essa visão, por si, ignora que as tecnologias, muitas vezes, são usadas como instrumentos de reprodução social. A partir desse quadro, busca-se pensar a matemática nos anos iniciais com vistas a debater sua dimensão filosófica e cultural, bem como o crescente abandono dessa perspectiva em favor de uma visão tecnicista e instrumental de formação prevalente na sociedade capitalista. Toma-se como referências estudos dos autores citados, com o intuito de aprofundar a compreensão sobre os princípios constitutivos de uma formação crítica, de modo a evidenciar a presença e força da racionalidade instrumental na formação que se realiza no ensino fundamental, sobretudo no que concerne ao ensino da matemática.

## DISCUSSÃO

O ensino de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental tem sido historicamente marcado por uma dualidade estrutural: de um lado, sua potência como linguagem de compreensão do mundo e como instrumento de emancipação intelectual; de outro, sua redução a um conjunto de técnicas esvaziadas de sentido ético, cultural e filosófico.

Esta pesquisa se insere no debate sobre a forma como a racionalidade técnica se manifesta no contexto educacional brasileiro atual. Esse panorama pode ser antevisto, por exemplo, nas políticas educacionais em âmbito nacional, especificamente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018). Outro ponto central de manifestação são os sistemas de avaliação da educação básica (Saeb/Saego), que estão intrinsecamente articulados às ideias de qualidade e ranqueamento e tendem a reduzir a matemática a um conjunto de técnicas desconectadas de seu significado cultural, filosófico e social. Como aponta Clímaco:

### REALIZAÇÃO

Na atualidade, é comum a reclamação nas escolas, nas universidades e nos locais de trabalho de que a formação do indivíduo chegou a um patamar de mera coleta de informações especializadas de determinada área, o que o faz perder qualquer visão global e mesmo a capacidade de interpretação da quantidade cada vez maior de dados a que se tem acesso por meio de um clique (Clímaco, 2014, p. 151).

Como professora de matemática do ensino fundamental, reconheço cotidianamente a tensão e os desafios postos aos professores para atender às demandas por resultados quantificáveis e a necessidade do exercício do pensamento crítico e de compreensão dos conceitos matemáticos. Nesse contexto, reconhece-se um esvaecimento e desprestígio da dimensão crítica e criativa do conhecimento matemático. Assim, parece fundamental pôr em questão essa racionalidade instrumental que orienta a escola atual e, em nossa pesquisa, busca-se compreender o que dessa racionalidade concerne ao ensino da matemática no ensino fundamental.

Coelho nos provoca ao afirmar que,

ao ensinar, preocupada em preparar os alunos para o sucesso no trabalho e na vida, em atender às exigências do Estado e às expectativas da sociedade, e em se tornar eficiente e produtiva, alcançar bons resultados nas avaliações, a escola geralmente se perde na empiria, no pragmático, no insignificante, em meio aos interesses do Estado e dos grupos. Sem se interessar por sua natureza, limites e possibilidades, nem pelos pressupostos e implicações de suas ideias e ações, passa a valorizar e contabilizar produtos, conquistas e sucesso. Não causa espanto, pois, que não se pense o que aí se faz, nem se pergunte o que a faz ser ela mesma, qual a sua razão de ser (Coelho, 2012, p. 61).

No ensino da matemática, essa lógica se traduz no domínio da técnica e da aplicação algorítmica em detrimento da compreensão conceitual e da reflexão crítica. A capacidade de resolver rapidamente um exercício padronizado é valorizada sobre a capacidade de questionar o problema, entender sua natureza ou suas implicações sociais.

REALIZAÇÃO

O saber matemático é visto, portanto, como uma tecnologia a ser dominada para fins pragmáticos, e não como uma forma de pensamento. Portanto, o que se pretende é lançar luz sobre como esses conflitos afetam o fazer docente e a aprendizagem discente, estimulando a reflexão para além do pragmatismo e reafirmando o potencial da matemática como um saber cultural e um instrumento de transformação social.

## REFERÊNCIAS

- BARCELOS, Simone de Magalhães Vieira. **Filosofia, exercícios espirituais e formação do homem na antiguidade**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/300dc719-a45c-465d-9d02-87a839e181f2>. Acesso em: 3 ago. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 129/2023. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/idout/623234>. Acesso em: 9 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 nov. 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CP-CNE-002-2017-12-22.pdf>. Acesso em: 9 set. 2024.
- CHAUI, Marilena de Souza. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2963268&forceview=1>. Acesso em: 1º set. 2024.
- CLÍMACO, Humberto de Assis. **Intuição e conceito**: a transformação do pensamento matemático de Kant a Bolzano. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da Escola? *In*: COÊLHO, Ildeu Moreira (org.). **Escritos sobre os sentidos da escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2012. Cap. 3, p. 59-86.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. Universidade e ensino: treino ou formação? *In*: COÊLHO, Ildeu Moreira; FURTADO, Rita Márcia Magalhães (org.). **Educação, cultura, saber e formação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2016.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- FERNANDES, Marcos Aurélio. O que é mesmo Educação? **Revista Educativa – Revista de Educação**, v. 13, n. 1, p. 161-175, 2010.
- FERNANDES, Marcos Aurélio. Técnica, pensamento, paideia: uma meditação cairológica. *In*:

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

COÊLHO, Ildeu Moreira; FURTADO, Rita Márcia Magalhães (org.). **Universidade, cultura, saber e formação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2016. p. 47-86.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## **DIREITOS HUMANOS NO CÁRCERE: A REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA COMO EXPRESSÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO E À DIGNIDADE NA UNIDADE PRISIONAL DE ITAUCU-GO**

Mestrando: Walney Cesario da Cunha

Orientadora: Carla Conti de Freitas

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

### **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

O presente projeto de pesquisa tem como foco a remição da pena pela leitura na Unidade Prisional Regional (UPR) de Itauçu, em Goiás. A proposta concentra-se em compreender as práticas de leitura desenvolvidas nesse espaço e em analisar as percepções das pessoas privadas de liberdade sobre o programa, sob a perspectiva da Educação em Direitos Humanos (EDH).

A leitura, concebida como prática cultural, formativa e emancipadora, mesmo em ambientes não escolares como o cárcere, é tomada aqui como expressão da garantia do direito à educação e da dignidade humana. Nesse sentido, o estudo busca destacar o papel da leitura não apenas como requisito formal de redução de pena, mas também como experiência educativa capaz de favorecer reflexão, autoconhecimento e desenvolvimento de habilidades de linguagem.

Ao escolher o contexto específico da UPR de Itauçu, o projeto pretende analisar de que modo a implementação do programa de remição pela leitura se articula às condições concretas do cárcere, incluindo aspectos como acesso ao acervo disponível, regras institucionais, tempo e ambiente destinados à atividade, bem como expectativas e sentidos atribuídos pelos próprios participantes.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## JUSTIFICATIVA

A escolha do tema da pesquisa está alicerçada na compreensão de que a leitura, mesmo em espaços não escolares, é uma prática formativa que favorece a emancipação humana e a construção da dignidade. No contexto da UPR de Itauçu, a remição da pena pela leitura não se limita a um benefício jurídico, mas assume caráter pedagógico e cultural. Essa dimensão amplia os sentidos atribuídos à leitura, que passa a ser vista como instrumento de reflexão, autoconhecimento e desenvolvimento de habilidades de linguagem.

Do ponto de vista da EDH, o estudo encontra justificativa ao considerar a leitura como direito fundamental e como meio de efetivação da cidadania. Assim, busca-se compreender de que forma a educação pode se concretizar em condições adversas, reafirmando o valor da dignidade humana.

A pesquisa também se justifica pela relevância de dar visibilidade às experiências concretas dos reeducandos, frequentemente invisibilizadas no debate público. Analisar como esses sujeitos vivenciam o acesso ao acervo literário, as regras institucionais, o tempo e o ambiente destinados à leitura permite compreender não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também os potenciais transformadores da prática. Dessa forma, a investigação contribui para revelar as contradições existentes entre a previsão normativa da remição pela leitura e sua implementação prática na realidade prisional.

O exame cuidadoso das práticas de leitura e das percepções dos participantes pode fornecer subsídios para que gestores, educadores e operadores do direito aprimorem tanto a concepção quanto a execução do programa, evitando que ele se reduza a mera formalidade e resguardando sua dimensão educativa.

A justificativa também se sustenta na dimensão social e política do tema. O sistema prisional brasileiro é caracterizado por problemas estruturais. Nesse cenário, a remição pela leitura representa uma alternativa concreta para ampliar o acesso à cultura escrita, reduzir a ociosidade e promover práticas educativas que humanizam o cumprimento da pena.

### REALIZAÇÃO

## **PROBLEMA DE PESQUISA**

A pesquisa parte da constatação de que, na UPR de Itauçu, a leitura tem sido incorporada como prática voltada à remição de pena, regulamentada por regras institucionais e sustentada por um acervo específico. Entretanto, ainda são pouco explorados os significados formativos e humanos que essa prática produz na vida das pessoas privadas de liberdade.

O problema central que orienta esta pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: Como a remição de pena pela leitura, na UPR de Itauçu/GO, tem sido compreendida e vivenciada por pessoas em privação de liberdade, considerando a leitura como direito humano e prática educativa no marco da EDH, e quais sentidos os participantes atribuem a essa experiência em suas trajetórias?

Essa formulação permite articular a pesquisa a partir de três dimensões complementares: dimensão normativa, dimensão pedagógica e dimensão empírica.

Dessa forma, o problema está orientado para evidenciar as tensões entre as normativas e a realidade prisional, valorizando a perspectiva dos sujeitos envolvidos e reafirmando o lugar da leitura como prática de educação em direitos humanos.

## **OBJETIVOS**

Investigar a percepção da promoção da leitura, no âmbito da realização do projeto de remição de pena implantado na UPR de Itauçu/GO, a partir da percepção das experiências próprias das pessoas privadas de liberdade.

Para isso, investigar-se-ão: as práticas de leitura implementadas na UPR de Itauçu/GO; como pessoas privadas de liberdade percebem a prática da leitura e seus efeitos formativos segundo suas próprias narrativas; e, por fim, a contribuição para o aprimoramento de políticas e práticas pedagógicas voltadas à leitura em contextos de privação de liberdade, em perspectiva da Educação em Direitos Humanos.

### REALIZAÇÃO

## **METODOLOGIA**

A pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-exploratória, com foco na compreensão das experiências e percepções de pessoas privadas de liberdade participantes do programa. O objetivo metodológico é interpretar e compreender os sentidos que os sujeitos atribuem à prática da leitura nesse contexto específico.

A coleta de dados será realizada por meio da aplicação de questionário em formato de entrevista, contemplando tanto itens fechados quanto questões abertas, de forma individual e reservada. Essa escolha procura garantir a expressão das percepções pessoais dos participantes, respeitando princípios éticos como confidencialidade, anonimato e voluntariedade. Não haverá observação direta das leituras, de modo a evitar constrangimentos e assegurar que a participação não interfira em rotinas disciplinares da unidade. A aplicação está prevista para ocorrer em fevereiro de 2026.

O universo da pesquisa será composto por pessoas privadas de liberdade que, no momento da coleta, estiverem participando do projeto de leitura para remição de pena. Essa unidade atende presos provisórios e condenados de diferentes comarcas e cidades da região noroeste de Goiás (Araçu, Inhumas, Itauçu, Taquaral de Goiás, Caturai e Itaguari), o que confere heterogeneidade ao grupo de participantes.

O cenário institucional será investigado para averiguar as regras que estruturam o funcionamento do programa, como forma de adesão, atribuição das obras, espaço de realização da leitura, produção de resenha ao final, formas de avaliação e homologação judicial. Também serão investigados os critérios de elegibilidade, o acervo disponível e a curadoria.

Para a análise dos dados, adotar-se-á a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica possibilita organizar, categorizar e interpretar as falas e respostas dos participantes, buscando identificar sentidos, percepções e expectativas que emergem da experiência com a leitura.

### REALIZAÇÃO

Por fim, a pesquisa prevê cuidados éticos rigorosos: anonimização das respostas, não compartilhamento de informações individuais com a comissão avaliadora ou equipe de segurança, aplicação em ambiente neutro e reservado, e reforço verbal e escrito de que a participação é voluntária e não interfere em benefícios legais.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo ancora-se em um conjunto de autores que tratam da educação, dos direitos humanos e da leitura como prática cultural e emancipadora e permitem compreender a remição da pena pela leitura não apenas como medida jurídica, mas também como prática pedagógica que efetiva a dignidade e o direito à educação em contextos de privação de liberdade.

Autores como Saviani (1999), a partir da perspectiva da pedagogia histórico-crítica, enfatizam que a educação tem caráter mediador no processo de apropriação da cultura e no desenvolvimento humano. Na mesma direção, Freire (1987; 2023) compreende a leitura como prática cultural que antecede e ultrapassa a decodificação da palavra escrita, pois envolve também a leitura do mundo. A contribuição de Sacavino (2023) também se faz fundamental ao articular a leitura com a Educação em Direitos Humanos, entendida como campo formativo que potencializa a convivência democrática, o reconhecimento da dignidade e o enfrentamento de violências. Candau (2018) também destaca que a EDH ultrapassa a educação formal, promovendo dignidade em todos os espaços sociais; a leitura, nesse sentido, fortalece sujeitos em suas lutas por direitos.

Outros referenciais reforçam essa perspectiva. Carbonari (2007), por exemplo, ao discutir o sujeito de direitos, enfatiza que a educação é dimensão constitutiva da condição humana e que práticas pedagógicas devem sempre estar vinculadas à promoção da dignidade. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2013) também destaca a importância de práticas educativas em ambientes de privação de liberdade.

Além disso, pesquisas como as de Corrêa (2023) e Campos (2018), bem como documentos oficiais como a Portaria Conjunta no 276/2012 e a Orientação Técnica DMF/

### REALIZAÇÃO

CNJ no 01/2022, complementam a abordagem crítica, apontando avanços, lacunas e desafios da implementação da remição pela leitura como política pública.

Assim, a fundamentação teórica deste trabalho articula três eixos: Educação como prática formativa e emancipadora (Saviani, 1999; Freire, 1987; 2023); Educação em Direitos Humanos como horizonte de dignidade (Sacavino, 2023; Caudau, 2018; Carbonari, 2007); e Remição pela leitura como política pública (Corrêa, 2023; Campos, 2018, documentos normativos).

Esses referenciais oferecem a base para compreender o lugar da leitura na prisão, não apenas como mecanismo de abreviação da pena, mas também como possibilidade concreta de exercício da cidadania e afirmação do direito humano à educação.

## DISCUSSÃO

O estágio atual da pesquisa encontra-se na fase de definição metodológica, levantamento bibliográfico e análise preliminar de documentos normativos relacionados à remição pela leitura. Essa etapa inicial tem permitido sistematizar as bases conceituais e jurídicas que fundamentam o estudo, além de identificar a produção acadêmica recente sobre o tema, destacando tendências, lacunas e possibilidades de aprofundamento.

O levantamento bibliográfico realizado até o momento mostra que há uma crescente atenção da comunidade acadêmica à remição pela leitura, especialmente em trabalhos produzidos no âmbito de programas de pós-graduação em Educação e áreas afins. Entre as contribuições mais significativas, destacam-se os estudos que analisam a leitura como prática cultural e formativa em ambientes prisionais, enfatizando seu potencial para desenvolver habilidades linguísticas, estimular a reflexão crítica e contribuir para a reintegração social dos sujeitos privados de liberdade.

Os referenciais teóricos mobilizados até aqui, como Saviani (1999), Freire (1987; 2023) e Sacavino (2023), dialogam com essa produção ao enfatizar a leitura como prática de educação emancipatória e como direito humano. Tal perspectiva tem orientado

### REALIZAÇÃO

a análise dos trabalhos consultados e apontado a necessidade de que a pesquisa valorize as percepções e experiências concretas dos participantes.

Do ponto de vista documental, já foram examinados diversos textos normativos que disciplinam o Projeto de Remição pela Leitura no sistema penitenciário federal, além de orientações mais recentes do CNJ. Esses documentos revelam esforços institucionais para regulamentar a prática, mas também evidenciam a ausência de critérios unificados e a dependência de condições locais para sua efetiva implementação.

Entre os achados preliminares do levantamento, destacam-se alguns desafios recorrentes:

- limitação do acervo, muitas vezes restrito a obras clássicas;
- ausência de acompanhamento pedagógico sistemático;
- dificuldades de espaço e tempo adequado para a leitura, dadas as condições materiais do cárcere;
- avaliação baseada em relatórios escritos, sem mediação pedagógica contínua.
- Por outro lado, também emergem possibilidades positivas:
- a leitura como prática de autoconhecimento e reflexão crítica;
- a valorização da palavra escrita como recurso formativo e emancipador;
- a potencial contribuição da remição pela leitura para a construção de uma cultura de direitos humanos no cárcere.

Dessa forma, a discussão atual permite afirmar que a pesquisa se encontra em fase de consolidação de seus fundamentos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo que avança no reconhecimento das condições concretas que marcam a prática de leitura na UPR de Itauçu. O próximo passo consistirá na coleta de dados empíricos junto

REALIZAÇÃO

aos participantes, etapa que deverá confirmar ou tensionar os elementos já identificados na literatura e nos documentos normativos

## SÍNTESE PROVISÓRIA

A pesquisa proposta insere-se em um campo de grande relevância social e acadêmica, ao analisar a remição de pena pela leitura como prática educativa em EDH no sistema prisional. Ao privilegiar as percepções e experiências dos próprios participantes, busca-se dar voz a sujeitos que, em geral, permanecem invisibilizados nas análises sobre educação e políticas penais.

O estudo pretende contribuir para o debate sobre a efetivação do direito à educação em contextos de privação de liberdade, mostrando que a leitura pode ultrapassar o caráter instrumental de abreviação da pena e consolidar-se como prática cultural formativa, capaz de ressignificar trajetórias individuais e fortalecer a dignidade humana. Ao articular referências teóricas consolidadas, análise normativa e investigação empírica, a pesquisa avança na direção de uma compreensão crítica das tensões entre previsão legal e realidade prática.

Em seu desenvolvimento futuro, a coleta de dados empíricos permitirá verificar como os participantes atribuem sentido à experiência de leitura e de que modo essa prática repercute em sua formação, identidade e expectativas. A expectativa é que os resultados possam oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas e práticas pedagógicas, fortalecendo a leitura como direito humano e como horizonte de emancipação.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CAMPOS, Aline *et al.* Remição de pena por leitura: o sistema prisional e a extensão universitária. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, Dossiê extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações, v. 4, n. 1, jan./dez. 2018.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2018.

CARBONARI, Paulo César. **Sujeito de direitos humanos**: questões abertas e em construção. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 169-186.

CORRÊA, Maiara. A aplicação da remição de pena pela leitura: discursos e práticas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, n. 2, p. e52185, 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SACAVINO, Susana. **O direito humano à educação no Brasil**: uma conquista para todos/as. Brasília: MEC, 2023.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## **O REVISAR COMO APOSTILAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO *REVISAR GOIÁS* DE LÍNGUA PORTUGUESA – 9º ANO**

Mestrando: Werley Lucas Martins

Orientador: Wesley Luis Carvalhaes

Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

A implementação de políticas de avaliação em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e a consequente criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – oficializados por decreto presencial há quase 20 anos (Brasil, 2007) – têm provocado profundas transformações nas redes de ensino do país. Stoffels (2023) aponta que o estado de Goiás, atendendo às necessidades criadas por esses processos avaliativos em larga escala, desenvolveu estratégias e materiais pedagógicos próprios, como o *Revisa Goiás*, um material ofertado do 6º ano do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio, enviado bimestralmente às escolas. Isso tem como objetivo recompor as aprendizagens e, conseqüentemente, avançar em proficiência, propondo novas estratégias de avaliação. Dessa forma, há a intenção de alinhar as práticas docentes a essa nova política avaliativa. Tal adequação não ocorre de forma neutra: ela está inserida em um movimento mais amplo de reconfiguração da escola pela lógica da chamada Nova Gestão Pública, em que o processo pedagógico passa a ser medido por resultados e índices, deslocando o sentido da educação de uma formação humana integral para o atendimento a metas de desempenho. Esse cenário torna urgente a análise crítica de materiais como o *Revisa Goiás*, pois, como alertam Horkheimer e Adorno (2002), a produção cultural padronizada e seriada, análoga a uma indústria cultural, tende a sacrificar a lógica da obra em favor da lógica do sistema. A civilização de massa “a tudo confere um ar de semelhança” (Horkheimer; Adorno, 2002, p. 169), homogeneizando experiências e reduzindo sujeitos

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

a consumidores de informações. O mesmo risco corre a escola, quando a sua finalidade formativa é substituída por uma função operacional voltada ao treinamento para provas.

A padronização materializada em apostilas e programas de reforço escolar reflete a tendência de transformar a escola em uma organização pragmática e produtiva, guiada por indicadores de eficiência. Como discute Coêlho (2012, p. 61), a escola deve ser uma instituição sociocultural e, ao abrir mão dessa função, torna-se uma organização, “desliza no operacional e, negando sua natureza, torna-se Organização”. O autor também afirma que, ao se tornar organização, a escola privilegia um modelo de ensino que utiliza uma lógica pragmática e instrumental segundo a qual o saber se torna uma informação, mercadoria ou produto. O risco é que o *Revisa Goiás*, ao alinhar conteúdos a testes padronizados, reproduza essa lógica, deslocando a centralidade da formação humana para a preparação de estudantes para que respondam às avaliações externas.

Essa transformação da escola em organização encontra sua materialização equivocada evidente no crescente uso de materiais didáticos padronizados e preparados apenas para avaliações. A pesquisa de Prado (2020) com professores da rede pública revela que o uso de apostilas gera um sentimento de aprisionamento, em que os docentes se sentem encarcerados e policiados por um cronograma predeterminado que limita a criação. Da mesma forma, Salomão (2008) demonstra como a lógica do material apostilado, nascido para atender às demandas de cursinhos preparatórios, reproduz uma pedagogia da fragmentação, separando o ensino de língua em blocos como gramática e literatura. Essa lógica, que sacrifica a integração do conhecimento em favor de um treinamento focado em avaliações externas, é precisamente o que se buscará analisar no material *Revisa Goiás*, verificando-se como sua estrutura e proposta didática refletem essa tendência de apostilamento do saber.

A discussão remete ao debate proposto por Chauí (2000) sobre a autonomia do saber. A estudiosa mostra como a universidade brasileira foi gradativamente se tornando operacional, submetida às determinações do mercado. Se as artes e as ciências conseguiram se libertar do poder político e religioso, hoje enfrentam o poder mais insidioso:

REALIZAÇÃO

o do mercado, que subordina o saber às leis do capital. Resistir a essa captura significa afirmar a autonomia da educação contra a lógica mercadológica. Levando esse pensamento para a escola básica, o *Revisa Goiás* pode ser lido como um exemplo de como as políticas neoliberais buscam submeter o saber pedagógico e linguístico a finalidades externas, em detrimento de sua função emancipadora. A captura do saber pela lógica mercadológica vai ao encontro dos estudos de Mészáros (2008), que mostra como a subordinação da educação se mantém à lógica do capital. Para o autor, o capital é irreformável e, por sua própria natureza, tende a transformar todas as esferas da vida social, incluindo a educação, em ferramentas para sua própria reprodução. Nesse sentido, a educação institucionalizada passa a servir a um duplo propósito: fornecer o pessoal necessário à máquina produtiva e, ao mesmo tempo, transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. O *Revisa Goiás*, portanto, pode ser analisado não apenas como uma resposta a uma política de avaliação, mas também como uma evidência sintomática de uma educação que opera dentro dos limites do capital e a seu serviço.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, que parte do seguinte problema: o uso do *Revisa Goiás* de Língua Portuguesa no 9º ano, por meio de sua linguagem e proposta didática, tende a limitar ou a potencializar a formação de estudantes autônomos e críticos? O objetivo geral deste estudo é, portanto, analisar como o *Revisa Goiás* pode contribuir ou não para a formação crítica e autônoma dos estudantes, ao mesmo tempo que responde a uma política de avaliação em larga escala.

É necessário recuperar a crítica de Freire (1970) à educação bancária, caracterizada como o ato de depositar conteúdos prontos nos estudantes, tornando-os receptores passivos. O *Revisa Goiás*, ao apresentar conteúdos fragmentados e organizados em função de habilidades a serem medidas por testes, corre o risco de reproduzir essa lógica, substituindo o diálogo pela memorização. Em oposição, o autor propõe a prática da liberdade, que implica considerar o estudante como sujeito ativo da aprendizagem, capaz de intervir criticamente na realidade. Quando se reduz a educação a uma

REALIZAÇÃO

preparação para avaliações externas, perde-se essa dimensão emancipadora e crítica. A proposição de que a educação deve ser libertadora alinha-se à proposta de Duarte (2017), que defende a formação humana omnilateral como horizonte da pedagogia histórico-crítica. A formação omnilateral pressupõe o desenvolvimento integral das potencialidades humanas, unindo ciência, arte e filosofia em um processo de socialização do saber sistematizado. Não se trata de preparar indivíduos apenas para o mercado ou para uma prova, mas de possibilitar o “desenvolvimento livre e universal de todos os indivíduos” (Duarte, 2017, p. 103). O *Revisa Goiás*, ao priorizar competências específicas vinculadas ao Saeb e ao Sistema de Avaliação do Estado de Goiás (Saego), distancia-se dessa perspectiva, convertendo o conhecimento em mera habilidade operacional.

A oposição de Freire (1970) entre uma educação bancária e uma prática da liberdade também se alinha ao debate contemporâneo sobre as finalidades da educação para a democracia. Nussbaum (2015) nos alerta para uma crise silenciosa em que a busca pelo lucro está levando as nações a descartarem as competências que mantêm viva a democracia. Para a autora, uma educação voltada para a cidadania democrática deve cultivar a capacidade de pensar criticamente, de transcender os localismos e, fundamentalmente, de desenvolver a imaginação narrativa, isto é, a capacidade de se colocar no lugar do outro com empatia. Ao priorizar o treinamento para testes padronizados, o risco de materiais como o *Revisa Goiás* é justamente o de diminuir a imaginação e a empatia, moldando indivíduos tecnicamente competentes, mas moralmente empobrecidos e despreparados para os desafios de uma sociedade plural.

A crítica torna-se ainda mais pertinente quando se observa que a linguagem, foco central do ensino de Língua Portuguesa, não é um código neutro. Para Volóchinov (2018), a palavra é um fenômeno ideológico e social, uma ponte que liga o eu ao outro. Ao destacar atividades em que a língua é pensada apenas como sistema abstrato de regras, materiais didáticos como o *Revisa Goiás* podem incorrer no que o autor chama de objetivismo abstrato, que vê a língua como um sistema de signos abstrato e estável, separado do fator social e do uso real pelos sujeitos, negligenciando a dimensão viva,

REALIZAÇÃO

histórica e social da linguagem. Nesse sentido, em vez de se promover a compreensão da língua como prática social, orientam-se exercícios mecânicos que treinam para testes. Não se pode perder de vista que a educação é também um campo de disputa ideológica. Assim, “a educação deve ir contra o modelo de organização social atual, que exige um conhecimento imediato, pragmático, desprezando a reflexão filosófica e humanística” (Almeida, 2017, p. 239). Ao articular educação e direitos humanos, a autora também nos leva a refletir que é preciso pensar a formação como compromisso com a transformação social e com a emancipação humana. A instrumentalização da educação, ao privilegiar apenas a preparação técnica, priva os sujeitos da possibilidade de pensar criticamente a realidade e de se constituírem como cidadãos comprometidos com a justiça social. O *Revisa Goiás*, quando reduz a aprendizagem a competências mensuráveis, pode estar reforçando esse processo de domesticação, em vez de promover a cidadania ativa.

O estudo de Stoffels (2023) reforça essa leitura de que o material voltado para treinar para avaliações externas não gera a melhoria e proficiência ao mostrar como, em Goiás, professores reconhecem que modificam seus planejamentos em função da prova do Saeb. Essa centralidade da avaliação externa leva a uma prática pedagógica instrumental, muitas vezes desvinculada da realidade concreta dos estudantes. Embora os docentes busquem garantir bons resultados, muitos não acreditam que isso tenha representado melhora efetiva, por exemplo, no ensino de Língua Portuguesa. Essa contradição revela como a lógica neoliberal entra no cotidiano escolar, mas também como persistem resistências e tensões no interior da escola. Diante desse quadro, a análise do programa não pode ser reduzida à avaliação de um material pedagógico específico. Ela é, antes, um ponto de partida para problematizar os rumos da educação pública em Goiás e no Brasil. A transformação da escola em organização, a padronização das práticas e a subordinação ao mercado ameaçam sua vocação de instituição de formação humana. Contra isso, é necessário reafirmar uma educação que seja a prática da liberdade, que valorize o saber sistematizado, que compreenda a linguagem em sua

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

dimensão social e que tenha como horizonte a formação omnilateral dos sujeitos. Freire (1970) afirma que a educação é sempre prática política. Ela pode servir à opressão, quando se limita a adaptar os estudantes à realidade existente ou à libertação, quando os orienta para transformá-la. A análise crítica do *Revisa Goiás* é, portanto, mais do que um exercício acadêmico; é um gesto de resistência à lógica mercadológica e um convite a pensar a escola como espaço de emancipação, além de também ao menos cogitar outras possibilidades de ensino além do material padronizado.

Para alcançar o propósito desta investigação, o percurso metodológico se dará por meio de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Com base no materialismo histórico-dialético, o estudo tomará para análise quatro edições do *Revisa Goiás* de Língua Portuguesa 9º ano, de 2025. A seleção de atividades a serem analisadas buscará contemplar exercícios representativos das diferentes competências abordadas pelo material (por exemplo: leitura, análise linguística e produção textual), permitindo uma análise aprofundada de seus pressupostos e de sua linguagem à luz dos referenciais teóricos aqui apresentados.

A análise se desenvolverá em torno dos seguintes objetivos específicos:

- 1) contextualizar a produção do *Revisa Goiás* no âmbito das políticas educacionais do estado e sua relação com as avaliações em larga escala;
- 2) analisar sua estrutura e linguagem à luz das teorias críticas, verificando a presença de características da educação bancária e da lógica de organização;
- 3) examinar como o material organiza o conhecimento linguístico e literário;
- 4) contrastar sua proposta pedagógica com os princípios de uma educação para a autonomia e a práxis.

A pesquisa encontra-se em fase inicial, visto que os estudos do referencial teórico e o aprofundamento da análise documental estão em andamento. Foi realizado

REALIZAÇÃO

um levantamento preliminar da literatura já produzida em 2025. Uma busca no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) localizou apenas três dissertações pela expressão exata: “material apostilado de língua portuguesa”. Já no portal Google Acadêmico foram identificados apenas oito trabalhos, revelando que a abordagem focada nesse tipo de material é bastante restrita. A especificidade da lacuna na literatura torna-se ainda mais evidente ao se pesquisar pelo objeto deste projeto, o termo “Revisa Goiás”. A busca pela expressão exata no Google Acadêmico encontrou 39 trabalhos, mas um levantamento focado em pesquisas aprofundadas no portal da BDTD localizou apenas duas dissertações.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Liliane Barros. Educação e direitos humanos: pensando sua relação como possibilidade de emancipação. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 234-243, abr./jun. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: Presidência da República, 2007.
- CHAUI, Marilena. Resistir às determinações do mercado, em busca da autonomia do saber. **Revista Adusp**, n. 19, p. 48-53, dez. 2000.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da escola? *In*: COÊLHO, Ildeu Moreira (org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 59-86.
- DUARTE, Newton. Educação escolar e formação humana omnilateral na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. *In*: LOMBARDI, J. C. (org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 101-122.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Revisa Goiás**. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/revisa-goias/>. Acesso em: 15 set. 2025.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. *In*: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 169-214.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008.
- NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- PRADO, Jefferson Antonio do. A relação entre as práticas dos docentes na rede pública municipal de ensino e a utilização do material padronizado apostilado. **Revista Docent Discunt**, Engenheiro Coelho, v. 1, n. 2, p. 10-26, 2020.

### REALIZAÇÃO

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 5, 2025)  
De 15 a 17 de outubro de 2025

---

SALOMÃO, Roberta Caroline Silva. Propostas de ensino de Língua Portuguesa: um olhar sobre os materiais apostilados. **Língua, Literatura e Ensino**, v. III, p. 573-584, maio 2008.

STOFFELS, Fábio. **A prova do Saeb e o ensino de língua portuguesa na perspectiva de professores da rede pública estadual de Goiás**. 2023. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, 2023. Disponível em: <https://share.google/lm1UctBqcs0lygE9>. Acesso em: 15 set. 2025.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

PARTE 2

# Diálogos com Egressos



## **CONTRIBUIÇÕES DO MESTRADO PARA MINHA VIDA PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NO CAMPO DO TRABALHO**

Egresso: Charles Cleio Rodrigues Nascimento

Orientadora: Renata Ramos da Silva Carvalho

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

Minha trajetória acadêmica e profissional sempre esteve profundamente ligada à Educação. As principais motivações que me levaram a ingressar no Mestrado em Educação foram o aprimoramento profissional, o desejo de adquirir um conhecimento mais aprofundado na área educacional e a vontade de compreender, in loco, no município de Inhumas (GO), os fatores que levam os alunos do Ensino Médio à evasão escolar.

Durante a realização da pesquisa intitulada “O Ensino Médio no Município de Inhumas: caracterização da oferta, desafios para a universalização e a meta 3 do Plano Municipal de Educação”, constatei que o objeto de estudo está em constante movimento, influenciado pela realidade social dos estudantes, pelas mudanças na legislação, pelo nível de engajamento governamental nos investimentos educacionais, pelas políticas externas e pelas ideologias e políticas educacionais vigentes, como o neoliberalismo, que impactam diretamente tanto a vida dos alunos quanto o formato do ensino.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que nenhum dos três entes federados atingiu a meta da universalização do Ensino Médio, nem a taxa líquida de matrícula estipulada para o período analisado, reforçando a complexidade e os desafios da implementação de políticas públicas educacionais efetivas.

### REALIZAÇÃO

## FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Minha formação acadêmica inclui:

- a) Licenciatura em História – Universidade Estadual de Goiás, Unidade Cora Coralina, Cidade de Goiás (2006).
- b) Pedagogia – Universidade Apogeu (2022).
- c) Cinco pós-graduações, sendo quatro *lato sensu* e uma *stricto sensu* (Mestrado em Educação, UEG – PPGE Inhumas, 2022-2024).

Além disso, concluí o Magistério e o curso técnico de Guia de Turismo pelo Senac/ Caldas Novas, habilitando-me como Guia Regional, Nacional e América do Sul, e sou Gestor em Turismo (Senac). Também sou concursado na Rede Municipal de Educação de Inhumas na área de História desde 2008.

## MINHA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL INCLUI

- 1) Educador Social, atuando por 12 anos no Programa AABB-Comunidade, ministrando Educação Física (natação, futebol, handebol, tênis e vôlei), Artes, Literatura e História.
- 2) Gestor escolar, com oito mandatos na rede municipal de Inhumas e um mandato na rede estadual em Goianira, totalizando nove mandatos como gestor educacional na rede pública.
- 3) Secretário Municipal de Educação de 2015 a 2016.
- 4) Vereador por dois mandatos consecutivos por Inhumas (PRTB – PDT).
- 5) Secretário Municipal de Cultura e Turismo, com atuação destacada em elaboração de projetos culturais, captação de recursos e gestão de eventos.

### REALIZAÇÃO

- 6) Gestor do Fundo de Assistência Social do Município por breve período em 2025.

Em dezembro de 2022, optei por deixar o cargo de diretor do Cepi Professora Lázara de Fátima e Silva Flores, escola de tempo integral, para me dedicar ao Mestrado, reconhecendo a importância do aprofundamento acadêmico para a consolidação da minha trajetória profissional.

## PRODUÇÃO ACADÊMICA E PUBLICAÇÕES

A conclusão do Mestrado possibilitou a publicação do meu primeiro livro em 2025, pela Editora UEG, na Série Educação em Inhumas – volume 3, intitulado:

- Livro autoral: *O Ensino Médio no Município de Inhumas: oferta e desafios da meta 3 do Plano Municipal de Educação*, com apoio da coordenação do PPGE – Inhumas/UEG.
- Coautoria do livro *Trabalho, estado e políticas educacionais*, capítulo 6: “Neoliberalismo: conceito, concepções e desdobramentos” (Editora UEG, 2024).

## ARTIGOS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ACADÊMICOS

Durante e após o Mestrado, participei de importantes eventos acadêmicos:

- NASCIMENTO, C. C. R.; CARVALHO, R. R. S. Ensino médio e o Plano Estadual de Educação de Goiás: desafios e contradições para a universalização da oferta. Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – UEG, 2022.

### REALIZAÇÃO

- Conferência de abertura da XI Semana de Integração da UEG – PPGE, Inhumas.
- Coordenador de sala de debates e apresentações do VIII Congresso Ibero-Americano e XI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, Recife – PE.
- Apresentação (presencial) dos resultados obtidos na pesquisa de Mestrado no VIII Congresso Ibero-Americano e XI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, Recife – PE.
- XVI Reunião Regional da Anped – Centro-Oeste / Pós-graduação na Região Centro-Oeste – Reflexos sobre educação, pesquisa e produção do conhecimento – 28 a 30 de agosto de 2024. Evento presencial realizado na UFJ – Universidade Federal de Jataí, cidade de Jataí / Goiás, no período de 28 a 30 de agosto de 2024 (carga horária: 40 horas). Apresentação dos resultados da pesquisa obtida pelo Mestrado.
- Participação no Ateliê 3 “Análise Documental” do IV Colóquio de Políticas Educacionais “Democracia e direito a educação em tempos de reconstrução social” e I Seminário do Projeto de Pesquisa Integrada: PNE – Tempo presente e desafios futuros. Realizado no dia 4 de maio de 2023 presencialmente, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Centro de Educação).
- Trabalho acadêmico apresentado na X Semana de Integração de 21 a 24 de novembro de 2022 – Conhecimento e Democracia para a Humanização da Sociedade. Universidade Estadual de Goiás (UEG); Unidade Universitária de Inhumas, com o tema: Ensino Médio e o Plano Estadual de Educação de Goiás: desafios e contradições para a universalização da oferta. Autores: Charles Cleio Rodrigues Nascimento (UEG) e Dra. Renata Ramos da Silva Carvalho (UEG).

REALIZAÇÃO

- Trabalho apresentado na disciplina de Pesquisa em Educação, ministrada pelas docentes Profa Dra. Valdirene Alves de Oliveira e Dra. Sylvana de Oliveira Bernard Noletto, no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE – Inhumas, em 2022, pela UEG – 2ª Turma, com o tema: Plano Nacional de Educação (PNE) e os desafios postos para o cumprimento da Meta 3. Charles Cleio Rodrigues Nascimento, 2022.
- IV Colóquio de Políticas Educacionais “Democracia e direito a educação em tempos de reconstrução social” e I Seminário do Projeto de Pesquisa Integrado: “‘PNE’ – Tempo presente e desafios futuros”, promovido pela Linha de Pesquisa Educação, Política e Práxis Educativas do Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGED), do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizado nos dias 3 a 5 de maio de 2023, em formato híbrido.
- Apresentação de Trabalho de Pesquisa na 41ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), realizada com a Ufam e a UEA, no período de 2 a 11 de outubro e 22 a 27 de outubro de 2023, em Manaus-AM (Presencial), carga horária de 65 horas.
- Apresentação do trabalho intitulado “A universalização do ensino médio no município de inhumas: desafios da Meta 3 do Plano Municipal de Educação”, Eixo 1 – Educação Básica, Políticas e Práticas Pedagógicas. No IV Colóquio de Políticas Educacionais “Democracia e direito a educação em tempos de reconstrução social”, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em maio de 2023.
- Artigo como coautores Charles Cleio Rodrigues Nascimento e Lais Klennys Cardoso Silva de Almeida. Trabalho intitulado “Tour virtual pedagógico pelos museus: a utilização das novas tecnologias e a modernização do espaço museológico”, no 5º Colóquio de Linguagens Midiáticas (EV006-2023), Grupo

REALIZAÇÃO

- de Estudo Novas Tecnologias e Educação (Gente/Cepae/UEG) e Grupo de Estudo Educação e Filosofia (GEEF/PPGE/UEG), janeiro e fevereiro de 2023.
- Grupo de Estudo da Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação – FE/UFG). Reuniões mensais *online* do Núcleo de Estudos e Documentação: Educação, Sociedade e Cultura – Nedesc – vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG), e participação do curso de extensão métodos e procedimentos no estudo de Políticas e Gestão da Educação. Período de 22 de dezembro de 2022 a 6 de julho de 2023.
  - Artigos e Anais: Seminário de Pesquisa PPGE – UEG (2022).
  - Participação do Projeto de extensão BIBLIOTECA HUMANA “Lendo” memórias, lemos vidas”, da Unidade Universitária de Inhumas, coordenado pela professora doutora Vera Lúcia Alves Mendes Paganini, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2023.
  - Participação no Educa Brasil 2023 (Congresso Internacional de Educação Básica), evento *online* promovido pelo Instituto Casa Grande entre os dias 30 de janeiro e 3 de fevereiro de 2023.
  - Reconhecimentos e honrarias
  - Medalha do Mérito Municipal “Comenda Professora Sônia Seabra”, em reconhecimento aos relevantes e significativos serviços prestados à comunidade inhumense, em especial na área educacional.
  - Framingham, Massachusetts – Homenagem em reconhecimento pela trajetória política como inhumense. Homenagem prestada pela Primeira vereadora brasileira eleita nos Estados Unidos (Margareth Basílio Shepard / Framingham City Councilor / Outubro de 2019).

REALIZAÇÃO

- Homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás em comemoração ao Dia da Escola e em homenagem aos profissionais da educação; reconhecimento pelos relevantes serviços prestados na educação do estado e em Inhumas.
- Título de cidadão inhumense / Câmara Municipal de Inhumas.
- Título de cidadão caturaiense / Câmara Municipal de Caturai
- Título de cidadão goianirense / Câmara Municipal de Goianira

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência ao cursar o Mestrado em Educação me proporcionou ampliar meus conhecimentos e aprimorar meus estudos, contribuindo com os avanços na área da educação, em defesa de uma escola pública, laica e de qualidade.

Atualmente, tenho recebido inúmeros convites para atuar na docência universitária, mas, por estar exercendo a função de Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Inhumas, ainda não assumi a docência. No entanto, faz parte dos meus planos lecionar em breve, contribuindo com a formação de novos profissionais da educação.

O Mestrado em Educação representou um marco significativo na minha trajetória profissional e pessoal, permitindo-me aprofundar a compreensão sobre os desafios educacionais, ampliar minhas competências em pesquisa e gestão e fortalecer meu compromisso com políticas públicas voltadas à qualidade e à universalização do Ensino Médio em Inhumas, no Estado de Goiás e no Brasil.

Este memorial reflete não apenas minha trajetória acadêmica, mas também a interconexão entre estudo, prática profissional e engajamento social, consolidando minha identidade enquanto educador, gestor e pesquisador.

### REALIZAÇÃO

## O MESTRADO COMO EXPERIÊNCIA REAL: UM CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO

Egresso: Laís Klennys Cardoso Silva

Orientadora: Carla Conti de Freitas

Linha de Pesquisa 1 – Trabalho, Estado e Políticas Educacionais

*“Lua Adversa  
Tenho fases, como a lua.  
Fases de andar escondida,  
fases de vir para a rua...  
Perdição da minha vida!  
Perdição da vida minha!  
Tenho fases de ser tua,  
tenho outras de ser sozinha.”*  
Cecília Meireles

O mestrado é uma dessas fases em que entramos e, tal qual um labirinto, exige reconexão para encontrar a saída. Nesse tempo de mudanças, de novas fases e reencontros comigo mesma, tecí a escrita de uma dissertação. Entre eventos, publicações e incontáveis textos, vivi uma jornada de transformação. Uma travessia que, por vezes, só pode ser compreendida no silêncio de uma solidão inédita.

Sou professora de história e quero contar um pouco sobre minha jornada com um recorte muito específico, transformação. Sobre a pessoa que entra na UEG em 2022.

No nosso início, na segunda turma, começamos em um período em que o mundo estava alterado, como diz Santaella, as coisas não voltariam a ser como antes da pandemia e, de fato, não foram. Por vezes nos reunimos de máscara, já houve aulas

### REALIZAÇÃO

suspensas por casos positivos e uma preocupação enorme com isso. Houve uma preocupação por parte da UEG, das professoras e também a nossa.

Em relação à pandemia, já havia uma tensão, e quando eu chego, como todos os meus colegas, também carrego uma bagagem. E essa bagagem fazia com que eu não me sentisse pertencente, por mérito. Por vezes eu questioneei minha entrada, e não havia para mim sentido de capacidade que justificasse a minha permanência no programa. Hoje, ao fazer o simples exercício de olhar o passado, consigo perceber a mudança. Sobre mudanças e permanências quero falar aqui. Nossas fases, afinal, quando nos permitimos vivê-las, conseguimos nos transformar.

Num dos nossos primeiros momentos de “celebração” decidimos fazer um “arraiá” da turma, lanche coletivo, roupas a caráter, tinha muito tempo que não fazíamos algo assim. A pandemia era um marco. Temos, então, um encontro a caráter, porém de máscaras. Se olharmos esse “arraiá”, será que ele faria sentido da mesma forma nos dias de hoje? Essas máscaras me pegam muito, contam o retrato do que nos foi posto pelo momento histórico vivido. Para além da festa, contam um pouco de nós, como turma.

Em momentos específicos precisamos do conceito de turma, e assim surgiram cafés, lanches coletivos, enfeitamos um *flamboyant*, que pousa maravilhosamente no nosso pátio lá na UEG, uma árvore que sabe que é uma estrela e parece posar para as fotos. Quantas vezes fizemos fotos umas das outras no pátio, foto com coruja, foto sem coruja, entre nós das amigadas que se formavam? E já viram o céu? Nossa!, ele é muito lindo! Mas também trocamos textos, resumos, caronas, desabafos e todos ouvimos a Monalisa tocar.

Talvez esse tenha sido o início de um processo que para mim foi transformador. Com a Monalisa havia música, com as professoras havia poesia. Aquilo me chamou a atenção desde cedo e qual é o poder da arte que tanto move. Durante o meu estágio, fizemos a proposta de levar a turma à exposição imersiva de Van Gogh. Que experiência transformadora! No estágio, eu passei a perceber a capacidade da minha orientadora de estágio, Professora Simone, de carregar o momento cultural com uma generosidade

REALIZAÇÃO

pedagógica, e eu carreguei esse traço pra mim. Aulas estão presentes na minha escrita e em tudo que eu faço.

Além de aulas, textos, livros, grupos de estudos (eu não disse que foi fácil), houve eventos. Eventos na nossa casa, eventos na PUC. Pude ir também a eventos na UFRN e na USP. Me arrependo é de não ter ido mais. São locais onde eu aprendi tanto... Conheci tanta coisa e pessoas

Mas foram nessas viagens que eu aprendi uma das coisas mais importantes que o mestrado viria a me ensinar: levar a vida com certa leveza. Nas trocas de experiência com os colegas, fui perdendo o medo de ser quem eu precisava ser naquele momento, viver aquela fase. Fui ganhando confiança e entendi que errar é um processo pro acerto. Houve uma aula na nossa casa, debaixo aqui da árvore que faz pose, do professor Ildeu, e eu sempre vou lembrar dessa aula em específico, porque ele, com todo o seu currículo, nos contou que segue aprendendo a ler, já que todo dia a gente aprende algo novo. Pode parecer pouco, mas com essa fala eu me libertei tanto. Me senti, enfim, no lugar em que eu deveria estar, no papel de aluna, pronta pra aprender, e a partir daquele momento eu passei a prestar atenção em tudo ao meu redor, eu estava em um processo de mudança.

Na hora de pensarmos em eventos fora, existe também um processo vivido até lá, do frio na barriga, do medo de apresentar até a escolha do roteiro de viagem. Nessas viagens, fui conhecendo pessoas tão diferentes de mim, tão elas mesmas... Saímos pra jantar com pessoas novas, conversávamos e aprendíamos sobre elas. Tive muitas ideias de aulas de material e simplesmente ideias enquanto conversávamos. Aproveitei um dia a mais do evento em São Paulo e fui a museus. Quando no Rio Grande do Norte as palestras começavam às 9h, acordávamos às 4h30 pra ver a praia e dar tempo de chegar na UFRN. Viver a fase de aprender a viver com pausas e respiros, e nesses momentos saber contemplar.

Toda essa construção foi acontecendo porque eu tive como confiar. Financeiramente, a UEG disponibilizou um auxílio-evento. Confiei nas minhas professoras que falavam:

REALIZAÇÃO

“Vamos, vai ser transformador”; e foi. E eu pude levar adiante um relacionamento que não termina com a minha defesa, aliás nenhum deles eu sinto que terminou. Mas até hoje a pobre coitada da minha orientadora Carla tem dias que acorda com minhas mensagens porque quero a opinião dela. Ela soube me ver e me acalmar, entendemos uma à outra como pessoas em pleno trânsito da nossa humanidade. Permaneci Laís, mas mudei porque os relacionamentos me mudaram. Encerrei fases e comecei fases. Aqui quero contar um caso simples e muito particular. Nunca fui muito próxima a professores de educação física. Eu tinha aquela visão genérica de que era entregar uma bola e pronto (ainda bem que eu mudei, né?).

Entre as amizades feitas, uma colega se tornou a minha leitora e eu a dela. Entre as primeiras aulas, nos pediram pra ler um livro da Débora Diniz, intitulado *Carta de uma orientadora: sobre pesquisa e escrita acadêmicas*, e lá falava da importância de se ter um leitor. E por vezes ela foi a minha e eu fui a dela. Acontece que ela era professora de educação física. A primeira lapada que eu levei do que ela escrevia foi a importância do corpo. Eu entendi que a educação não era essa proposta conteudista, mas que meus alunos precisariam sair do nosso convívio, aprendendo a ser corpo e mente.

Então, estou desde 2023 em uma mudança interna sobre como nutrir e cuidar do meu corpo, templo da minha mente. E essa importância eu consegui carregar comigo para a sala de aula, e partindo daqui todos os professores de educação física se tornaram meus grandes parceiros em atividades.

Durante o processo vivido escrevi artigos, com colegas de turma, com professoras, capítulos de livros. Aqui, enquanto escrevo, espero a publicação de mais um capítulo de livro que será lançado em Portugal. Apresentei por diversas vezes durante a minha formação, em cada um desses espaços que conversei sobre a pesquisa eu pude pegar um trecho que me foi dito e melhorar o que eu estava fazendo.

Algumas decisões de cunho pessoal também foram tomadas ao longo desse processo afinal, a vida não para enquanto pesquisamos. Às vezes, uma conversa despreziosa, ao final de um evento, se torna a chave para um novo caminho, para algo

REALIZAÇÃO

ainda a ser vivido. Em nossa turma, compartilhamos muitas transformações: colegas que se tornaram pais e mães, gestações que floresceram durante o percurso, despedidas de pessoas queridas. Tudo isso nos atravessou e nos moldou enquanto grupo.

No fim de uma das fases, a defesa, rememoro o professor Ildeu, pois mesmo com a minha defesa e titulação de mestra, eu ainda estou em processo de alfabetização, aprendendo a ler outras formas. Tenho letramentos pendentes e isso me faz querer voltar, saber que não acabou e que ainda teremos muito a descobrir.

Nesta trajetória, carrego comigo também a presença de meus filhos, uma nos meus braços no dia da defesa, outro ainda no campo do desejo, mas que hoje já me acompanha em eventos de egressos. Esses momentos revelam que não sou apenas a pesquisadora, a professora, a esposa ou a mãe: sou um ser humano em constante movimento, atravessado por muitas fases e possibilidades. Somos todos.

Nesse desabrochar, voltei a São Paulo e realizei um sonho antigo: visitar a Bienal do Livro. Lá, participei do lançamento da obra que narra nossa jornada como professoras, uma celebração do que vivemos e aprendemos. Durante esse percurso, também fui aprovada em um concurso público do Estado e hoje atuo como professora efetiva. A meus alunos, dedico tudo o que me foi dedicado. Sinto que, agarrada à literatura, tornei-me uma educadora mais inteira, mais leve. A bagagem que levo agora não é a mesma de quando cheguei: ela carrega sentido.

E foi isso que o mestrado representou para mim: uma experiência real, viva e profundamente humana repleta de aprendizados, erros, trocas e transformações.

É assim que desejo seguir conduzindo minha produção acadêmica tanto de artigos, capítulos e aulas como de experiências reais, que tocam e são tocadas pela vida.

Se eu pudesse resumir tudo em uma palavra, seria mudança.

Porque o que permanece, mais do que o título obtido, é a certeza de que a Laís que iniciou essa caminhada em 2022 não é a mesma que escreve aqui hoje.

#### REALIZAÇÃO

E é exatamente assim que deve ser.

Na véspera da minha qualificação, uma pessoa importante me disse algo que nunca esqueci:

*“Pipoca é tão boa, mas o milho precisa passar pelo fogo.”*

Desde então, compreendi que somos como a pipoca, precisamos atravessar o fogo das experiências para florescer em algo novo.

Compreendo, enfim, as palavras de Ailton Krenak: *“A educação não tem nada a ver com o futuro, afinal, ele é imaginário; a educação é uma experiência que precisa ser real.”* E é nessa realidade, feita de fases, presenças e recomeços, que encontro o eco do poema de Cecília Meireles: sou feita de ciclos, de idas e vindas, de momentos de luz e de recolhimento. E em cada um deles continuo a me tornar.

REALIZAÇÃO

## **CAMINHOS QUE SE ENTRELAÇAM: DA FORMAÇÃO À CONTINUIDADE DA PESQUISA**

Egressa: Patrícia Alves da Costa Ramos

Orientador: Wesley Luís Carvalhaes

Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

### *A PALAVRA MÁGICA*

*Cada palavra dorme na sombra / de um livro raro / Como desencantá-la? // É a senha da vida / a senha do mundo. // Vou procurá-la / Vou procurá-la a vida inteira / no mundo todo. // Se tarda o encontro, se não a encontro, não desanimo, procuro sempre. // Procuro sempre, e minha procura / ficará sendo / minha palavra.*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

O ato de criar, de conhecer e de existir é um movimento contínuo de procura, de inquietação, de dúvida e de esperança. A verdadeira “palavra” não está escondida em um livro, mas se realiza na busca incessante, no gesto de tentar compreender a si mesmo e tudo à sua volta. Assim vejo minha procura pessoal, acadêmica e profissional.

Em 1998, concluí a graduação em Letras na Universidade Estadual de Goiás (UEG), e seis meses depois me efetivei como professora da Educação Básica, na Rede Estadual de Educação de Goiás. Por 24 anos, minha prática profissional esteve fortemente vinculada ao exercício da docência, fundamentada em experiências empíricas e em observações da rotina escolar. No entanto, a experiência em docência e em funções de gestão escolar me despertou inquietações acerca da forma como o discurso educacional é produzido e reproduzido nas práticas pedagógicas. Em determinado momento, me vi imbuída do desejo de compreender, de modo mais crítico, as práticas discursivas que atravessam o cotidiano escolar e o papel da linguagem, da escola e da

### REALIZAÇÃO

cultura na formação dos sujeitos. Resolvi então buscar a pós-graduação como forma de ir além da sala de aula: um movimento de escuta, de encontro com outras vozes e de mergulho em um processo de autotransformação. A pesquisa acadêmica, nesse sentido, constituir-se-ia como um espaço de ampliação de horizontes: permitiria articular a prática docente com reflexões mais profundas sobre linguagem, ideologia e educação; possibilitaria ressignificar minha atuação como professora e me faria iniciar meu percurso como pesquisadora.

Em 2022, ao saber que o Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Goiás, em Inhumas (PPGE UEG), estava com processo seletivo aberto para o mestrado, decidi me lançar nesse desafio. Sem nenhuma bagagem como pesquisadora, mergulhei *de cabeça* para compreender esse universo acadêmico: leitura do edital, escolha do tema de pesquisa, elaboração do pré-projeto, organização do currículo *lattes* e inscrição. Foi tenso! Mas eu estava confiante e fui aprovada. Era a realização de um sonho e eu aproveitaria cada momento de estudo, cada evento, cada leitura...

A vivência na Linha de Pesquisa 2 – *Cultura, Escola e Formação* me oportunizou o diálogo com diferentes concepções de sujeito, cultura e saberes escolares, levando-me a compreender a escola como um espaço de produção simbólica e de disputas discursivas, em que a linguagem exerce papel central na constituição das identidades e das relações sociais. Para Bakhtin e Volochínov (2006), a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um fenômeno social e interativo, profundamente enraizado no contexto cultural e histórico. Mais do que um instrumento de interação com o mundo e expressão da dimensão histórica da experiência humana, ela exerce um papel fundamental na constituição sociopolítica dos sujeitos. É por meio da linguagem que as ideologias são expressas, negociadas e contestadas, evidenciando seu caráter essencialmente social e dialógico. Para Bakhtin (2011),

a única forma adequada de *expressão verbal* da autêntica vida do homem é o *diálogo inconcluso*. A vida é dialógica por natureza. Viver

REALIZAÇÃO

significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal etc. (p. 348, grifo do autor).

Tal concepção dialógica orientou meu olhar investigativo e minha prática pedagógica, permitindo-me reconhecer a sala de aula como um espaço de enunciação, no qual professores e estudantes produzem sentidos sobre o mundo e sobre si mesmos.

Foi a partir dessa compreensão da linguagem como prática social e discursiva que se delineou meu percurso investigativo. Sob a orientação do professor Dr. Wesley Luis Carvalhaes, minha pesquisa resultou na dissertação intitulada “Entrelaçamentos dialógicos: uma abordagem discursiva de propostas de redação do Enem”. O estudo, fundamentado nas teorias do Círculo de Bakhtin – especialmente nas contribuições de Bakhtin, Volochínov e Medviédev –, partiu da concepção de que todo enunciado se inscreve em uma rede de relações dialógicas, refletindo e refratando as vozes sociais que o constituem. Ao analisar as propostas de redação do Enem (enunciados oficiais que circulam amplamente no espaço educacional) dos anos de 2010, 2013, 2016, 2019 e 2022, a pesquisa evidenciou como esses enunciados, ao mesmo tempo que propõem temas de reflexão e avaliação, também projetam ideologias, valores e expectativas de desempenho que dialogam com contextos culturais e políticos específicos.

O desenvolvimento da pesquisa me proporcionou não apenas o aprofundamento teórico, mas também o amadurecimento ético e político diante do papel da escola e da avaliação na sociedade brasileira. Ao perceber que as propostas de redação, apesar de promoverem a reflexão crítica, também reproduzem desigualdades históricas de acesso e de repertório sociocultural, compreendi a urgência de repensar as práticas de ensino da escrita e o lugar do discurso avaliativo na formação dos estudantes. Essa compreensão impactou diretamente minha atuação como professora de língua portuguesa/produção textual, levando-me a propor estratégias pedagógicas mais dialógicas,

REALIZAÇÃO

que valorizam a autoria, a escuta e o reconhecimento das vozes dos alunos como sujeitos históricos e discursivos.

Durante o mestrado, a participação em eventos científicos, comunicações orais e publicações derivadas da pesquisa reforçaram o compromisso com a divulgação do conhecimento e o diálogo entre universidade e escola. Tais experiências consolidaram minha identidade como pesquisadora, contribuindo para o fortalecimento da produção intelectual local e para a inserção no campo acadêmico da Educação e da Linguística Aplicada. Além disso, em 2024, ao concluir o mestrado, assumi a função de Supervisora do Ensino Médio na Coordenação Regional de Educação em Inhumas, lugar que me permitiu implementar práticas pedagógicas, desde a formação continuada de professores até a elaboração e acompanhamento de estratégias de ensino que valorizam a dimensão dialógica da aprendizagem, fortalecendo o desenvolvimento integral dos estudantes em diversas unidades escolares.

Os impactos dessa formação extrapolaram o âmbito profissional. O mestrado contribuiu para o desenvolvimento de uma postura investigativa permanente, baseada na escuta, na reflexão crítica e no compromisso ético com a formação humana, além de estimular a participação em diferentes projetos e eventos em 2025. Após concluir o mestrado, participei de:

- 1) curso de extensão “Leituras, letramento e suas contribuições para uma educação mais inclusiva e cidadã”, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Luziânia, com 160 horas de duração;
- 2) apresentação do trabalho intitulado “Concepções freirianas e o ensino de língua portuguesa: uma abordagem dialógica, crítica e transformadora”, no GT 31 – Educação linguística crítico-dialógica: formação docente e ensino de línguas, do III Colóquio de Educação Internacional para o Sul Global (Ceisg);

REALIZAÇÃO

- 3) apresentação do trabalho intitulado “Quem fala no livro didático? Silêncios, representações e disputas no ensino de língua portuguesa”, no GT 26 – Implicações discursivas de materiais didáticos para um Brasil decolonial, do III Colóquio de Educação Internacional para o Sul Global (Ceisg);
- 4) aluna especial (cursando) da disciplina Cognição e Linguagem, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (PPGLL\_UFG) – Edital 01/2025;
- 5) submissão de dois artigos em revistas Qualis A (ambos aguardando resultado da avaliação);
- 6) um artigo aprovado – com Carta de Aceite – para ser publicado em uma revista Qualis A2.
- 7) inscrição nos Processos Seletivo de Doutorado (aguardando resultado) – PPGLL – UFG e PPG-IELT UEG (2025/2).

No âmbito social, a formação possibilitou reafirmar a certeza de que a educação constitui um espaço de resistência e transformação, onde o diálogo entre múltiplas vozes se mostra fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e inclusivas. A trajetória vivida e o constante “movimento do pensamento” experimentado durante o mestrado revelaram-me que o ato da formação implica também um processo contínuo de reinvenção, marcado pelo entrelaçamento dinâmico entre teoria e prática, discurso e ação.

Minhas perspectivas futuras direcionam-se à continuidade dessa trajetória investigativa, agora em nível de doutorado, com o intuito de aprofundar as discussões acerca da linguagem, do discurso e dos processos formativos. Candidatei-me em dois programas de doutorado com o propósito de, sendo aprovada, dar prosseguimento às reflexões desenvolvidas na dissertação, ampliando-as em torno da abordagem discursiva das propostas de redação do Enem, especialmente no que se refere ao dialogismo,

#### REALIZAÇÃO

aos signos ideológicos e à produção textual. Pretendo continuar aprofundando as discussões sobre as relações entre discurso, educação e sociedade, investigando novas formas de compreender a escrita como prática social e ideológica. Além disso, almejo contribuir com a formação e com a produção de saberes que fortaleçam a escola como espaço de pluralidade, emancipação e humanização. “Considero que a função essencial da escola é a socialização do saber historicamente produzido, tendo em vista a máxima humanização dos indivíduos” (Martins, 2012, p. 58). O desejo de realizar essa tarefa continua vivo em minha prática, em meu olhar e no compromisso de transformar a educação por meio da escuta, da palavra e do diálogo.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2011.

MARTINS, L. M. Da *formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências*. In: DUARTE, N. (org.). **Crítica do fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 47-64.

## REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

## **RECALCULANDO ROTAS: O MESTRADO EM EDUCAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOCENTE**

Egressa: Nathália Pereira Borges

Orientadora: Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto

Linha de Pesquisa 3 – Estado e Políticas Educacionais

Desde o ingresso no curso de Pedagogia, em 2013, o acesso a diferentes experiências formativas, sobretudo a militância estudantil e a iniciação científica, me levou à construção um sonho distante de que um dia ingressaria em um mestrado acadêmico em Educação. Esse sonho foi ganhando forma com a participação em uma pesquisa do Neppec (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura), em andamento desde 2008, sobre as Ações Afirmativas na UFG. Foi nesse ambiente que me engajei na pesquisa acadêmica, tema que se tornou objeto do meu Trabalho de Conclusão de Curso e, posteriormente, foi aprofundado no Mestrado, com foco nas Cotas Raciais na UEG (Universidade Estadual de Goiás), uma instituição pioneira na adoção de Ações Afirmativas no Brasil.

Em 2017, assumi meu primeiro concurso como Auxiliar de Atividades Educativas na Prefeitura de Goiânia, ainda na graduação, e me desliguei do Neppec. Lembro-me da fala certa da minha querida professora e orientadora, Gina Glaydes Guimarães de Faria: “Seria difícil voltar para a vida acadêmica, depois que entrasse no mercado de trabalho”. Tais palavras, de fato, se concretizaram. Uma vez formada, o cargo público e a possibilidade de conciliação como professora na rede privada mantiveram-me por cinco anos presa a uma rotina exaustiva que não permitia o devido preparo para a seleção de Mestrado, que tentei, sem sucesso e sem a dedicação necessária, em outras duas ocasiões.

### REALIZAÇÃO

No entanto, a vida, nos coloca no lugar certo, de formas inesperadas, nos tirando da zona de conforto.

Em agosto de 2021, um acidente de moto mudou completamente meus caminhos profissionais e formativos. O susto, o risco de morte por alguns segundos, me fez refletir sobre o que eu realmente queria para minha trajetória profissional e me moveu rumo à realização desse antigo sonho. Em meio ao repouso forçado, soube da prorrogação de prazo de inscrição para a seleção de mestrado do PPGE da UEG – UnU Inhumas. Mesmo com um braço imobilizado, inúmeras escoriações pelo corpo e sob efeito de fortes medicamentos para suportar a dor, decidi aproveitar aquele tempo do repouso para elaborar meu projeto de pesquisa e me inscrever na seleção. Fui classificada em 2º lugar na Linha de Pesquisa “Estado e Políticas Educacionais”, sob orientação da Profa. Dra. Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto.

O resultado desencadeou a reorganização da minha vida profissional para a dedicação integral ao curso no ano seguinte. Pedi demissão da escola em que eu trabalhava e solicitei licença por interesse particular da Prefeitura de Goiânia. Embora inicialmente achasse que precisaria me mudar para Inhumas, a logística se resolveu com um sistema de caronas solidárias que se manteve ao longo de todo o primeiro ano. Passei a prestar serviços de assistência pedagógica para professores, a fim de conseguir manter as despesas de deslocamento para as aulas do Mestrado.

O início do curso, em 2022, foi como um despertar para novos horizontes. A dedicação integral ao curso foi crucial no primeiro ano, em que as densas leituras e desafios de escrita exigiam constante aprendizagem e ressignificação, domínio da linguagem acadêmica, um mergulho em referenciais teóricos complexos. O primeiro ano do curso, embora intenso e cheio de desafios diários, foi profundamente acolhedor. No segundo semestre do curso, fui contemplada com a bolsa de pesquisa da Fapeg (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás), bolsa que me permitiu maior dedicação e solidificou meu currículo e minha trajetória enquanto pesquisadora, o que foi essencial para elevar a qualidade da pesquisa e conquistar novos espaços no mercado de trabalho.

#### REALIZAÇÃO

Foram construídas, nesse período, poucas e sólidas amizades, que me acompanham até hoje. Por outro lado, sempre recordava das sábias palavras da Profa. Dra. Valdirene Alves de Oliveira, no primeiro dia de aula, que marcaram minha jornada: “A Pós-Graduação é um processo solitário” (Oliveira, 2022). De fato, o Mestrado foi um processo extremamente solitário, principalmente na fase da escrita da dissertação. As ausências impostas pelo foco na pesquisa não são compreendidas pela família, pelos amigos, pelo companheiro. No final do percurso, são poucos os que permanecem e, de fato, são estes os que realmente importam.

O segundo ano de curso foi marcado por muitos desafios pessoais e acadêmicos. A missão de escrever uma dissertação permanecia viva e latente, enquanto a vida escancara nossa impotência diante das dores humanas, diante da morte, do luto. Em meio à realidade, veio a aprovação no exame de qualificação.

Durante todo o curso, tive a oportunidade de participar de eventos científico-acadêmicos, divulgando o trabalho produzido por meio da publicação de resumos expandidos e apresentações de trabalho. Também tive a oportunidade de publicar um artigo com minha orientadora, intitulado “O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a política de cotas raciais nos relatórios do ciclo de monitoramento”, na revista *Interterritórios*, em 2023; e um capítulo de livro com colegas e professores do programa, intitulado: “Educação e democracia da informação na contemporaneidade: uma reflexão necessária”, no livro *Temas em educação: olhares interdisciplinares, reflexões e saberes*, publicado pela Editora Bagai em 2023.

Ainda em 2023, passei a atuar como professora de apoio na UEG UnU Inhumas, na mesma instituição em que ainda me formava mestre. As aprendizagens e experiências adquiridas no Mestrado me qualificaram para a nova função, minha missão tornou-se apoiar o desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação e transtornos mentais.

Foi ali, na prática, que o conhecimento teórico floresceu, dando sentido às reflexões de Paulo Freire: “*Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender*”

REALIZAÇÃO

(Freire, 1996). Eu já não era a profissional de antes; a pesquisa me deu ferramentas para lidar com a complexidade da inclusão no Ensino Superior, exigindo sensibilidade e rigor acadêmico, ambos adquiridos durante meu percurso de Mestra em formação.

Além de me qualificar para a UEG, onde estou há mais de dois anos, o Mestrado também abriu portas para novas conquistas. Defendi minha dissertação em 30 de setembro de 2024, com o título: *Política de Cotas Raciais na Universidade Estadual de Goiás: acesso da população negra à Educação Superior Pública*. Ao término da minha pesquisa, pude assumir um novo concurso, na Prefeitura de Inhumas, como Professora do Ensino Fundamental.

O desvio de rotas, em 2022, propiciou a realização de um sonho, alcançado com estudo e dedicação, me levando exatamente ao lugar almejado. O Mestrado me tirou da estabilidade, da comodidade e me mostrou que “o caminho se conhece andando” (Machado, 1912). Desde então, a ideia de movimento, tornou-se mais presente. Levando-me a pensar que quando tudo está muito parado, muito certo, está na hora de me mover. Esse pensamento me ronda atualmente, depois de um ano da defesa da dissertação, vislumbrando a construção de um novo sonho, um futuro doutorado.

## REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.  
MACHADO, Antonio. *Campos de Castilla*. Madrid: Cátedra, 1912.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

PARTE 3

# Comunicação de Pesquisa



## **EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS: FORMAR PARA O MERCADO OU PARA A AUTONOMIA?**

Mestrando: Paulo Ventura Silva Bernardes

Orientadora: Liliane Barros de Almeida

Linha de Pesquisa 2 – Cultura, Escola e Formação

A escola, quando se deixa guiar apenas pelas pressões do mercado e pela pressa de resultados, perde de vista sua razão de existir, que é a formação humana. O conhecimento vem sendo transformado em mercadoria, apresentado de forma sintetizada, processada e facilitada para consumo rápido, o que empobrece a experiência de aprender, e converte a educação em um treinamento para a obediência, bem como para a conformidade social, em vez de um espaço de interrogação e emancipação. Esse processo cria uma falsa sensação de liberdade, que na prática aprisiona os sujeitos em discursos prontos, mantendo desigualdades históricas e silenciando possibilidades de crítica. A formação reduzida à preparação para o mercado preocupa-se apenas com habilidades úteis e imediatas, desconsiderando a construção rigorosa e questionadora do pensamento, tornando-se incapaz de formar pessoas autônomas e criativas. No lugar da reflexão cuidadosa, estabelece-se uma educação acelerada que valoriza a produtividade, a eficiência e os números, vazia do sentido cultural e político da escola. Educar é um ato intrinsecamente humano, no qual se decide o tipo de sociedade e de cidadania que se quer construir, sendo a escola, por sua própria natureza, uma instituição cultural, destinada a introduzir as pessoas no universo do pensamento e da cultura. Sua função então é provocar o movimento de passagem do ser natural e biológico ao ser racional, livre e autônomo, comprometido com o bem comum. Essa travessia não ocorre por meio da transmissão mecânica de conteúdos, mas pela vivência rigorosa e criativa do pensamento, porque a verdadeira aula não pode ser reduzida a um roteiro

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

de informações; tem de configurar-se como um exercício intelectual, no qual o professor pensa em voz alta e convida os alunos a participarem da aventura de compreender e questionar. A tensão que atravessa a educação está justamente nesse contraste entre a exigência de formar trabalhadores eficientes e adaptáveis, disciplinados e produtivos, e a necessidade de formar cidadãos críticos, criativos e capazes de resistir às pressões do mercado, reinventando a realidade. Nesse sentido, a educação só cumpre plenamente sua função pública quando recusa o utilitarismo e aposta no caminho mais exigente, cultivando a cultura, sustentando a cidadania, provocando a dúvida e fomentando o amadurecimento do pensamento. Formar pessoas autônomas e reflexivas é o que mantém viva a promessa de uma sociedade mais justa, democrática e solidária, horizonte em que a educação se afirma como espaço de liberdade, justiça e humanização, capaz de transformar vidas, dar sentido à experiência coletiva e projetar futuros que não se reduzam ao lucro ou ao consumo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Liliâne Barros de. Educação e direitos humanos: pensando sua relação como possibilidade de emancipação. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 234-243, abr./jun. 2017.

ALMEIDA, Liliâne Barros de. Educação e política na formação: provocações para um debate necessário. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 71, p. 1-15, e27587, out./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n71.27587>. Acesso em: 2 out. 2025.

COELHO, Ildeu Moreira. Cultura, educação e escola. In: COELHO, Ildeu Moreira. **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009. p. 181-202.

## REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em  
Educação – UnU Inhumas

V Seminário  
de Pesquisa

